

**De primeiro-ministro a ativista humanitário: tradução comentada
de discursos de Tony Blair**

Alice Gonçalves Castanho

**Trabalho de Projeto de Mestrado em Tradução
Área de Especialização em Inglês**

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Setembro, 2022

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da Prof. Doutora Iolanda Ramos

Para o meu avô Adriano.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Prof^a Doutora Iolanda Ramos, por todo o entusiasmo e disponibilidade com que aceitou este Trabalho e por todo o apoio, dedicação e indispensável ajuda, sem a qual não teria sido possível tê-lo feito.

Às minhas amigas, Rafaela, Maria, Raquel e Catarina, que sempre me ajudaram nas situações mais complicadas e que foram a minha família em Lisboa. À minha colega e supervisora no trabalho, Maria Inês, por toda a compreensão e ajuda que me disponibilizou durante estes 2 anos.

À minha família, em especial à minha avó “Nélita”, aos meus tios, Cristina, Miguel e Eduardo e aos meus pais que foram pilares essenciais durante os 5 anos que culminaram neste momento. Ao meu avô Adriano, que me fez quem sou hoje.

Por fim, à Inês, a minha parceira nesta aventura da vida. Sem ela não conseguiria ter chegado até aqui.

O meu sincero obrigada a todos!

RESUMO

Este Trabalho de Projeto procura associar uma fundamentação teórica sobre temas relacionados com a tradução de textos pragmáticos, nomeadamente, a tradução de discursos, a uma reflexão sobre a mediação cultural num trabalho prático de tradução. Tem como principal objetivo a tradução de cinco discursos políticos do antigo Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, realizados entre 1996 e 2021, fazendo simultaneamente uma contextualização cultural dos mesmos. A análise visa também salientar a dimensão pragmática dos discursos políticos e as estratégias utilizadas para a sua tradução.

Palavras-chave: discursos, interculturalidade, mediação cultural, política, pragmática.

ABSTRACT

This project aims to combine a theoretical background on topics related to the translation of pragmatic texts, namely the translation of speeches, with a reflection on cultural mediation in a practical translation project. Its main goal is the translation of five political speeches of the former British Prime Minister Tony Blair, made between 1996 and 2021, simultaneously making a cultural contextualization. The analysis also aims to highlight the pragmatic dimension of the political speeches and the strategies used for their translation.

Keywords: cultural mediation, interculturality, politics, pragmatics, speeches.

ÍNDICE

Introdução	1
1. O texto pragmático e a mediação cultural.....	3
1.1. A gênese da pragmática e a sua evolução	3
1.2. O tradutor como mediador cultural	4
1.3. A tradução do discurso político e da intencionalidade	6
2. Propostas de tradução dos discursos	8
2.1. Apresentação e contextualização do <i>corpus</i>	8
2.1.1. Contextualização e tradução de “Leader’s Speech” (1996).....	8
2.1.2. Contextualização e tradução de “Speech to the Global Ethics Foundation” (2000) 29	
2.1.3. Contextualização e tradução de “Tony Blair’s Address” (2003).....	43
2.1.4. Contextualização e tradução de “Speech on Improving Parenting” (2005)	46
2.1.5. Contextualização e tradução de “Post Brexit Britain”(2021).....	57
3. Comentário às propostas de tradução.....	63
3.1. Análise de “Leader’s Speech”.....	64
3.2 Análise de “Speech to the Global Ethics Foundation”.....	68
3.3 Análise de “Leader’s Address”	70
3.4. Análise de “Speech on improving parenting”	71
3.5. Análise de “Post Brexit Britain”	74
Conclusão.....	78
Referências Bibliográficas	80
ANEXOS	83

Introdução

O presente trabalho de projeto insere-se na componente não-letiva do Mestrado em Tradução, Área de Especialização em Inglês, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A ideia para este trabalho de projeto surgiu da vontade de associar uma fundamentação teórica sobre temas relacionados com a tradução de um tipo de texto pragmático, o discurso político, a um trabalho prático de tradução, além de uma reflexão sobre a mediação cultural, de forma a utilizar as capacidades e ferramentas obtidas ao longo do Mestrado.

Nessa medida, o Trabalho de Projeto tem como principal objetivo traduzir e comentar discursos políticos do antigo primeiro-ministro britânico Tony Blair em diferentes ocasiões (entre 1996 e 2021), fazendo também, simultaneamente, uma contextualização cultural dos mesmos. A análise visa também salientar a dimensão pragmática do *corpus* selecionado, tendo presente, desde um momento inicial, questões tradutórias como o trocadilho que acusava Blair de ser “Blair”, e refletir sobre a mensagem política e humanitária de Blair como figura pública.

Tony Blair foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte entre 1997 e 2007. Durante o seu tempo no governo, implementou várias reformas constitucionais, transformando a educação e estabelecendo o ordenado mínimo nacional. Após o seu mandato, Blair tem-se mantido ativo na política por meio do *Tony Blair Institute for Global Change*, de forma a auxiliar os governantes atuais a construir uma sociedade melhor, como se pode ler no respetivo site, e continua a apresentar o seu ponto de vista em situações como a morte de Filipe de Edimburgo, a pandemia Covid-19 e a guerra na Ucrânia.

Deve-se também a Tony Blair o elogio a Diana Spencer, Princesa de Gales, com a expressão que ficou consagrada na opinião pública, “The People’s Princess” ou a Princesa do Povo.

O trabalho aqui apresentado desenvolve-se em três partes, para além das reflexões na introdução e na conclusão. Na primeira, realiza-se uma abordagem teórica sobre o texto pragmático e a sua tradução, dando especial ênfase à tradução de discursos, particularmente do discurso político, fazendo uso de teorias da tradução, mediação cultural e interculturalidade.

Na segunda parte, a componente mais prática deste trabalho, são traduzidos cinco discursos de Tony Blair, apresentando-se uma contextualização sociocultural para cada um deles. A escolha destes discursos foi feita tendo por base o tema comum da intervenção política e da defesa dos direitos humanos, acompanhando o percurso de Tony Blair desde político trabalhista a ativista de causas globais. Os discursos escolhidos foram: “Leader’s Speech”, no Congresso do Partido Trabalhista em Blackpool, no ano de 1996; “Speech to the Global Ethics Foundation”, em 2000; “Tony Blair’s Address”, um dos seus discursos sobre a invasão do Iraque, em 2003; “Speech on improving parenting”, em 2005; e, por último, “Post Brexit Britain: We Can Succeed but It’s Change or Decline”, sobre o Brexit, em 2021.

O primeiro discurso, “Leader’s Speech”, é possivelmente o mais emblemático que pronunciou como líder da oposição, tendo culminado na sua eleição como Primeiro-Ministro, em 2 de Maio de 1997. O último discurso aborda uma questão de grande impacto, tanto para a política britânica como para as relações internacionais a nível global, o Brexit. Tanto quanto foi possível averiguar, não foram publicadas traduções integrais destes discursos em língua portuguesa.

Na terceira parte, é feita uma reflexão crítica sobre o trabalho, juntamente com um comentário analítico sobre as traduções. Para tal, recorre-se à proposta de Chesterman (2016) de identificar estratégias semânticas, sintáticas e pragmáticas na tradução.

A conclusão retoma as reflexões retiradas ao longo do projeto, relativamente à tradução dos discursos políticos, da intencionalidade e do papel do tradutor como mediador cultural entre dois povos.

1. O texto pragmático e a mediação cultural

1.1. A gênese da pragmática e a sua evolução

A pragmática, em áreas como a linguística e a tradução, é o estudo de como o contexto pode mudar ou até enriquecer o significado de algo. De acordo com Yan Huang (2007: 2), a pragmática estuda a ligação dos signos com os seus falantes e a sua definição terá sido primeiro discutida por filósofos como Charles Morris, Rudolf Carnap e Charles Peirce nos anos 30, que traçaram o estudo dos signos a que chamamos semiótica.

Como é referido por Stephen Levinson (1983: 1), foram também distinguidas por Morris três categorias dentro da semiótica: a sintaxe, que estuda a relação entre os signos; a semântica, que estuda a relação entre os signos e os objetos que os representam; e a pragmática, que estuda a relação dos signos com os seus utilizadores. Morris observou que certas interjeições e expressões eram definidas por certas condições relacionadas ao utilizador da língua, expandido a sua teoria comportamental da semiótica, argumentando que a pragmática é caracterizada por todos os aspetos psicológicos, fenómenos biológicos e sociológicos que ocorrem no uso de uma língua (Black apud Levinson, 1983).

Por sua vez, George Yule (1996: 3) define a pragmática como sendo o estudo do significado, estando mais relacionada com a análise do que uma pessoa quer dizer pelas suas formas de expressão do que propriamente com uma análise linguística, tendo em consideração a influência que o contexto e a relação entre os dois sujeitos poderá ter no significado do que foi dito. Consequentemente, a pragmática explora também a interpretação que é feita pelos interlocutores, realçando o que é dito “entre linhas” ou o que fica implícito mais do que explícito.

Dependendo da sua relação com o interlocutor, o locutor irá determinar aquilo que é essencial ser dito e o que poderá ficar subentendido, influenciando a mensagem que é recebida, como é usado no exemplo dado por Yule (1996: 5):

Two friends having a conversation may imply some things and infer some others without providing any clear linguistic evidence that we can point as the explicit source of the ‘meaning’ of what was communicated . . .

Her: So— did you?

Him: Hey— who wouldn’t?

Neste exemplo, conseguimos perceber o que os dois sujeitos estão a dizer, no entanto, não conseguimos inferir sobre o que estão a falar. Desta forma, é seguro afirmar que a pragmática não abrange só a linguística, mas também uma variedade de outras áreas como a psicologia, sociologia e filosofia.

De acordo com Yuang (2007: 4), nos anos 50 surgiram duas correntes de pensamento relativamente à pragmática: a anglo-americana e a europeia. Dentro da primeira, a pragmática era definida como o estudo do significado ou da dependência do uso da linguagem, incluindo temas como a implicação e os atos de fala. Esta forma de pensamento encara a pragmática como uma componente crucial da teoria da linguagem, juntamente com a fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Já na vertente europeia, a pragmática é vista de forma mais ampla, juntando uma perspetiva psicossocial do uso da comunicação.

A pragmática tem influenciado grandemente os Estudos de Tradução ao explorar as abordagens orientadas para o recetor na inteligibilidade da mensagem, salientando a importância da comunicação no processo tradutório e a complexidade da tomada de decisões por parte do tradutor (Tipton, 2019: 3-4).

1.2. O tradutor como mediador cultural

O processo de tradução consiste na mudança de um texto de partida na sua língua de partida para um texto de chegada, na língua pretendida pelo sistema cultural de chegada que o vai receber (Munday, 2016: 8). No entanto, num texto que esteja escrito numa língua de partida, onde a cultura a que essa mesma língua pertence seja completamente diferente da de chegada, cabe ao tradutor o papel de minimizar a distância entre os dois.

Esta tarefa pode ser dificultada por um conjunto de fatores como, por exemplo, um texto pouco explícito, uma cultura diferente e tudo o que não está escrito, mas que está implícito na mensagem que se quer passar. Neste caso, destaca-se o papel da comunicação intercultural quanto ao contacto entre diferentes culturas e o estabelecimento de uma antropologia cultural humanista e hermenêutica (Rubel, 2003:

4-5; Ribeiro, 10-11) e da pragmática transcultural quanto à construção de significado em comunidades diferentes com expectativas diferentes (Yule, 1996: 128).

De acordo com Jakobson (apud Bassnett, 2002: 23-25), uma mera tradução de um sistema de signos para outro iria resultar numa perda significativa da equivalência do que é dito. A este respeito, pode acrescentar-se um exemplo, de conhecimento próprio, de um ritual de agradecimento em coreano: a pessoa A dirá *kamsahamnida* (obrigada) em jeito de agradecimento por algo, mas ainda que exista uma expressão parecida ao português “de nada” (*cheon-man-e-yo*), normalmente, o que é dito pela pessoa B nestas situações é: *aniya / aniyeyo*, que significa literalmente “não”. No entanto, a pessoa B não está de forma alguma a recusar o agradecimento dado pela pessoa A. Antes está, com uma simples palavra, a dar a entender que “não foi nada”.

Cabe ao tradutor ter a função de estabelecer a ponte entre duas culturas, facilitar a sua comunicação e passar a mensagem da forma mais adequada possível, encontrando soluções para problemas como a equivalência de expressões idiomáticas. Susan Bassnett (2002: 32) fornece um exemplo que elucida esta questão:

The Italian idiom “menare il can per l’aia” provides a good example of the kind of shift that takes place in the translation process. Translated literally, the sentence “Giovanni sta menando il can per l’aia” becomes “John is leading his dog around the threshing floor.”

The English idiom that most closely corresponds to the Italian is to “beat about the bush”, also obscure unless used idiomatically, and hence the sentence correctly translated becomes “John is beating about the bush.”

No entanto, é pertinente mencionar também as limitações do tradutor. Apesar de existir uma certa liberdade com o propósito de transmitir a mensagem adequada, é necessário lembrar que o tradutor não é o autor do texto de partida e que haverá sempre margem para uma interpretação diferente daquela que o autor quereria. Com efeito, como mediador cultural, o tradutor facilita a comunicação mas não deixa de aplicar os seus próprios conhecimentos na interpretação do texto e do contexto de partida (Katan, 2009: 88).

Segundo Eco (apud Dusi, 2015: 183), estas adaptações são sempre alvo de interpretações, querendo assim dizer que o que vemos ou lemos não é uma “tradução” literal do significado, mas antes uma interpretação do significado feita pelo tradutor. Por outras palavras, a tradução é sempre uma mudança feita não entre duas línguas, mas

entre duas culturas. Assim, cabe ao tradutor decidir se quer adaptar o texto para que este seja adequado na cultura de chegada, ou se deixa o conhecimento desta cultura diferente ao encargo do leitor (Dusi, 2015: 183).

De acordo com Susan Bassnett (2011: 7), a importância da tradução tem aumentado exponencialmente em anos recentes e a qualidade mais procurada nos tradutores deixou de ser a sua competência linguística, mas sim a sua capacidade intercultural, a capacidade de traduzir a cultura. Desta forma, é seguro afirmar que o tradutor é o responsável pela mensagem que transmite, não na medida em que possa alterar o seu conteúdo, mas sim na medida em que é responsável pela forma como passa a mensagem e se esta é perceptível para o público-alvo, um aspeto especialmente importante na tradução de discursos políticos.

1.3. A tradução do discurso político e da intencionalidade

A tradução do discurso político é uma área bastante importante e sensível que inclui não só a tradução e interpretação de discursos políticos como também de textos jornalísticos de cariz político.

De acordo com Burkhardt (apud Schäffner e Bassnett, 2010) todo o tipo de notícia jornalística sobre acontecimentos políticos é uma recontextualização e esta, por sua vez, implica uma transformação do texto. Pode argumentar-se que existe uma distinção entre a comunicação comum sobre política, por exemplo, duas pessoas a discutirem política num contexto informal, e o discurso político na comunicação social e em contextos políticos. A política, como a conhecemos, envolve espaços de debate, sendo os media a maior fonte de disseminação da informação política para o público. Normalmente, este tipo de publicação nos jornais é acompanhado de comentários que podem e, provavelmente, vão influenciar a opinião pública (Silva, 2019: 20-22). Muitos destes textos, quando chegam ao público-alvo, já foram alterados ou editados, como referem Schäffner e Bassnett (2010: 5), passando assim pela recontextualização.

A recontextualização de um texto poderá ser influenciada pelo tradutor, como é sublinhado por Jeremy Munday (2016: 215), para quem fatores como a pressão por parte dos encarregados, editoras ou até de círculos governamentais são especialmente pertinentes na tradução e adaptação de notícias. Podemos acrescentar que nos vem à memória imediatamente a censura ocorrida durante o Estado-Novo (Afonso, 2012: 20-22) ou na Alemanha Nazi.

Conforme citado por Susan Bassnett (2011: 8), Christina Schäffner (2004: 117-50) indica que as reações ao que é dito noutra país são, normalmente, reações à informação que foi dada na tradução, intensificando a invisibilidade do tradutor neste tipo de tradução.

Além disso, Jeremy Munday (2016: 115) evoca Katharina Reiss (2000), que no seu livro *Translation Criticism: The Potentials and Limitations. Categories and Criteria for Translation Quality Assessment*, distingue três tipos de texto na atividade tradutória: expressivo, operativo e informativo, incluindo mais tarde também o “audiomedial”. De acordo com o tipo de texto que está em causa, a estratégia de tradução será diferente.

O texto expressivo é aquele que mais expressa as intenções do autor, estando este em primeiro plano, e a forma do texto é visualmente agradável; o texto informativo, por sua vez, consiste na “simples comunicação dos factos”, como a informação, conhecimento, opiniões. Usa uma linguagem lógica e o conteúdo é o foco principal do texto; por último, o texto operativo é aquele cujo objetivo é persuadir ou influenciar a opinião do leitor, por exemplo, levando-o a comprar um produto ou até mesmo a concordar com determinada ideologia de um discurso político. Por sua vez, o “audiomedial” inclui tipos de texto como filmes e músicas, sendo referidos como “multimodais”.

Pode-se assim concluir que o texto político se integra no texto operativo, um texto com o intuito de persuadir o leitor, de o incitar a determinados comportamentos e ideias. Podemos também afirmar que a intencionalidade é um aspeto chave para a transmissão da mensagem de forma eficiente e credível, o que enfatiza a importância da tradução pragmática, sendo de sublinhar que o significado pragmático se prende à intencionalidade e à contextualização das mensagens (Hatim e Munday, 2004: 346). Deste modo, o tradutor não traduz meramente palavra por palavra mas assume o papel de mediador entre duas culturas que podem ser ou não extremamente diferentes (Munday, 2016: 115-117).

Importa também esclarecer que o conceito de tradução política se aplica quer à tradução como uma ação política, quer à tradução de textos políticos, sendo esta a que se desenvolve neste trabalho de projeto. Por sua vez, os textos são considerados políticos se forem produzidos por um político, mas também se implicarem alguma forma de luta política (Gagnon, 2010: 252). Os discursos de Tony Blair aqui traduzidos correspondem a ambas as vertentes.

2. Propostas de tradução dos discursos

2.1. Apresentação e contextualização do *corpus*

Como foi referido na Introdução, foram selecionados cinco discursos representativos da intervenção política de Tony Blair desde 1996 até 2021 e que, tanto quanto foi possível apurar, não se encontram traduzidos na íntegra para português. Optou-se por se fazer primeiro uma breve apresentação dos discursos e do contexto em que foram feitos em público, seguindo-se a respetiva tradução, num total de 19 739 palavras. Os textos de partida estão reproduzidos nos anexos deste trabalho de projeto.

2.1.1. Contextualização e tradução de “Leader’s Speech” (1996)

O discurso aborda e comenta o tema das eleições que se aproximavam. Tony Blair ataca o governo conservador de John Major e cita 10 compromissos que iriam ser cumpridos com um governo trabalhista que ganhasse as eleições e subisse ao poder, baseando-se no maior financiamento da educação, na redução do desemprego nas camadas mais jovens, em mais financiamento do Serviço Nacional de Saúde e na construção de uma nova relação com a União Europeia. Realça também a aprovação de uma lei que proíbe o porte de armas na sequência de um massacre em Dunblane, onde um atirador matou 16 crianças e um professor numa escola primária, e refere os ataques bombistas em Londres por parte do IRA, no ano de 1996, não sendo perceptível a quais se refere em particular.

São também enumeradas várias figuras relevantes ao longo do discurso. Para uma melhor compreensão do texto, visto se tratar de elementos extratextuais, considera-se pertinente explicitar quem eram estas personalidades e quais foram as suas funções na época. As referências para estas informações encontram-se como nota da tradutora (NT) na tradução do discurso.

— Diana: apesar da pesquisa efetuada, não foi possível averiguar com exatidão quem era esta figura a quem Blair se dirige no início do discurso. No entanto, pode presumir-se que fosse um membro relevante do partido, talvez a líder trabalhista de Blackpool.

— John Prescott: foi vice-líder do Partido Trabalhista e defendeu muitas das características comuns à facção mais à esquerda dentro do partido, nomeadamente, a

oposição à adesão britânica à Comunidade Europeia, podendo ser este um exemplo do que Blair afirma quando diz: “We didn’t always see eye to eye” no discurso. Assumiu o cargo de vice-líder em 1994 ao lado de Tony Blair, que ocupou a liderança do partido. A postura firme de Prescott e o seu passado sindicalista na classe operária representavam um contraste claro com Tony Blair, que pertencia à classe média-alta.

— John Major: foi primeiro-ministro do Reino Unido de 1990 a 1997, partilhou a maior parte das opiniões conservadoras de Thatcher. Os seus primeiros anos como Primeiro-Ministro coincidiram com uma recessão económica e, apesar de ter havido uma melhoria no desemprego e na inflação, o seu governo começou a tornar-se impopular por causa do aumento dos impostos. Além disso, o povo começava a sentir-se cansado e impaciente com o Partido Conservador, que já estava no poder há 18 anos, e também devido ao envolvimento de alguns ministros em escândalos, mencionados por Blair neste discurso, como o caso “Cash for Questions”.

— Michael Heseltine: estudou em Oxford e aos 18 anos juntou-se ao Partido Conservador. Foi Secretário de Estado do Ambiente e da Defesa, tendo renunciado ao cargo na sequência do Caso Westland, que expôs algumas fragilidades dentro do partido, tendo Heseltine discordado de Margaret Thatcher sobre a compra, por parte de uma empresa americana, de uma empresa de helicópteros que estava na falência. Sob a liderança de John Major, regressou ao gabinete como Secretário de Estado do Ambiente (1990-92), Presidente da Junta do Comércio e, entre 1995 e 1997, Primeiro Secretário de Estado e Vice-Primeiro Ministro.

— David Blunkett: político do Partido Trabalhista que foi Ministro da Administração Interna e Ministro do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social (2005) no governo de Tony Blair. Após o partido ter ganhado as eleições em 1997, Blunkett foi nomeado Ministro da Educação, tendo implementado várias reformas nas escolas, nomeadamente a exigência de as escolas fornecerem às crianças até aos 11 anos de idade uma “hora de alfabetização” diária e uma “hora de numeracia”, a fim de melhorar as competências básicas. Estas reformas são exemplo do que Tony Blair refere quando afirma: “Tomorrow David Blunkett will set out how to ensure that every primary school child leaves school able to read to the adequate standard.”

— Bob Hughes, Joan Lestor, Neil e Glennis Kinnocks: estas figuras, que Blair enumera quando fala sobre a posição do Partido Trabalhista quanto ao apartheid, foram todas membros do partido e lutaram por diferentes causas, Hughes contra o apartheid e Lestor contra as agressões contra menores, incluindo a violência sexual. Neil Kinnocks

foi líder do partido e a sua mulher, Glennis Kinnocks, foi Ministra de África e da ONU no Reino Unido.

— Sam McCluskie: foi um político trabalhista, que faleceu em 1995.

Neste discurso, Tony Blair já alertava para as consequências de uma saída da União Europeia:

Let me make one thing plain. I will not scrap Britain's veto in Europe. Our options on a single currency should remain open, to be determined according to our national interest. Any change will only come with the full consent of the people. But make no mistake: leave Europe, or retreat to its sidelines, as these Tories want to do, and this country will lose its influence and its inward investment.

Discurso do líder do partido em Blackpool, 1996

Tony Blair (Partido Trabalhista)

Diana, amigos, colegas, este ano encontramos-nos no papel de oposição. No próximo ano, se o povo britânico assim o quiser, será o fim de 18 anos governados pelos Tories e iremos encontrar-nos sendo o novo governo trabalhista da Grã-Bretanha. (Aplausos) É entusiasmante!

É também uma grande responsabilidade. “Uma oportunidade para servir, é tudo o que pedimos.” Foram as palavras finais de John Smith no seu último discurso dado antes de morrer. Temos uma dívida de inspiração para com John Smith e uma dívida de honra para com Neil Kinnock¹. (Aplausos) Eu não comecei o Novo Trabalhismo; o Neil sim. Tenciono retribuir a ambos o que fizeram, em pleno. Tudo o que peço é uma oportunidade para servir. E na altura das próximas eleições apenas restarão mil dias até ao novo milénio, mil dias para nos prepararmos para mil anos!

Como pai, como líder, como membro da família humana, faço esta pergunta sobre o futuro da Grã-Bretanha: vivemos numa era de extraordinária e revolucionária

¹ NT: Consulte-se *Britannica*, The Editors of Encyclopaedia. "Neil Kinnock". Encyclopedia Britannica, 24 Mar. 2022, <https://www.britannica.com/biography/Neil-Kinnock-Baron-Kinnock-of-Bedwellty>. Accessed 10 May 2022.

mudança no trabalho, em casa, através da tecnologia, através dos milhares de maravilhas da ciência moderna. As possibilidades são empolgantes, mas o desafio é claro. Como é que criamos na Grã-Bretanha uma nova era de conquista na qual todas as pessoas, não apenas algumas, mas todas as pessoas, possam partilhar?

Para todas as pessoas ou só para algumas? Essa é a diferença entre nós e o Partido Conservador que governa a Grã-Bretanha neste momento. Essa é a escolha que temos de fazer. Esse é o desafio do século XXI. Quero conduzir a Grã-Bretanha para esta era de conquistas e hoje dizer-vos como.

Mas primeiro devemos dar as boas-vindas a todos os dirigentes e Embaixadores de todo o mundo. Gostaria de saudar em particular neste momento o Embaixador israelita e o representante do povo palestiniiano. (Aplausos) Estão aqui juntos e têm as nossas orações para que as lágrimas e o derramamento de sangue dos últimos dias possam mais uma vez acabar e a paz seja restaurada.

Também aqui se encontram pessoas de todas as comunidades da Irlanda do Norte. Quero dizer-lhes isto pessoalmente: Nenhum líder que tenha os melhores interesses da nação em mente, poderia fazer outra coisa que não o de levar a cabo este processo de paz. Com o governo irlandês, com os partidos da Irlanda do Norte, posso assegurar-vos que será uma prioridade tanto para mim como para John Major. Toda a força e energia de que disponho serão canalizadas para isso. Temos sido responsáveis nas nossas ações sobre o processo de paz desde o início e continuaremos a sê-lo agora. (Aplausos)

Digo isto ao Sinn Fein e, após os acontecimentos das últimas 24 horas, também aos grupos Lealistas. Têm a vossa oportunidade de escolher o caminho da paz. É vosso dever escolhê-lo enquanto membros da raça humana. Honrem-no e desempenharão o vosso papel. Falhem nesse dever e juro-vos que a busca de justiça e reconciliação prosseguirá sem vós. A escolha é vossa. (Aplausos)

Meus amigos, também gostaria de pedir desculpa por uma pessoa ausente hoje. A direção do partido convidou Aung San Suu Kyi, da Birmânia, para ser nossa convidada aqui esta semana. Por razões que todos compreenderão, ela não pode estar connosco. Esperamos convidá-la no próximo ano, como cidadã livre e um exemplo para os democratas de todo o mundo. (Aplausos)

Têm de ter cuidado com os flashes, estão a deixar-me os olhos vermelhos! (Risos e aplausos) Tem sido um ano engraçado para mim. Primeiro, foi Estaline. Depois, foi Kim Il Sung. E agora é diabo com os olhos demoníacos. Não podemos

voltar a Bambi? (Risos e aplausos) Ou então, tenho uma ideia melhor: que tal o título oficial de Kim Il Sung? Grande líder, Presidente Eterno, Querido Líder Amado e Sagaz. (Risos) Porque não? É o que John Prescott me chama! (Aplausos) Às vezes.

Deixem-me dizer-vos uma coisa: em John Prescott ² tenho o melhor chefe-adjunto que algum líder poderia ter. (Aplausos) Se estivesse a lutar na selva, não haveria ninguém que eu preferisse ter comigo do que John Prescott, e se John Major estivesse a lutar na selva, não haveria ninguém com quem eu preferisse que ele estivesse do que Michael Heseltine!

Pergunto-vos, este governo Tory — alguma vez houve um governo na história deste país que se tenha colocado perante o povo britânico com menos para merecer a sua reeleição do que este? Basta dizer as palavras “mais cinco anos de Tory” e sentimos os nossos sentidos e a nossa consciência repugnados com o que fizeram ao nosso país. (Aplausos) Olhem para eles: o partido que cortava impostos mas que nos deu os maiores aumentos da história em tempo de paz; o partido da lei e da ordem que duplicou a criminalidade e nos deu um Ministro da Administração Interna ouvido em tribunal mais vezes do que as pessoas que ele supostamente deveria estar a prender; o partido agricultor que nos deu a doença das vacas loucas; o partido que criou o Inquérito Scott e quando encontrou erros por parte do governo tentou ignorá-los e teriam conseguido, não fosse o brilhantismo daquele homem, Robin Cook. (Aplausos)

E depois os Nolan Principles³, o escândalo “Cash for questions”⁴ e hoje de manhã mais revelações. Sabiam que os Conservadores mudaram a lei para deixar Hamilton apresentar o seu caso? Bem, vamos alterar a lei para que os Conservadores resolvam os seus problemas. (Aplausos) Para cunhar uma frase, seremos duros com a corrupção e duros com as causas da corrupção. Pediremos ao comité liderado por Nolan para investigar o financiamento político, e legislaremos de modo a que os

² NT: Consulte-se Kellner, Peter. "John Prescott". *Encyclopedia Britannica*, 27 May. 2021, <https://www.britannica.com/biography/John-Prescott>. Accessed 23 March 2022.

³ NT: Os “Seven Principles of Public Life” ou “Nolan Principles” são um código de conduta, que serve de guia para o trabalho dos funcionários públicos. Foi criado por Lord Nolan e utilizado no “Committee of Standards in Public Life”, um organismo público criado por John Major em 1994 para aconselhar o Primeiro-Ministro sobre os padrões éticos da vida pública. Consulte-se:

“The Seven Principles of Public Life.” GOV.UK, Crown copyright, 31 May 1995, www.gov.uk/government/publications/the-7-principles-of-public-life. Accessed 23 March 2022.

⁴ NT: O escândalo “Cash for questions” surgiu em 1994 após Mohamed Al-Fayed ter nomeado ministros que tinham aceitado dinheiro em troca da apresentação de perguntas parlamentares em seu nome. Foi devido a esta situação que foi criado o “Committee of Standards in Public Life”. Consulte-se: Michael, Tom. "Mohamed al-Fayed". *Encyclopedia Britannica*, 23 Jan. 2022, <https://www.britannica.com/biography/Mohamed-al-Fayed>. Accessed 5 April 2022.

Conservadores nos digam de onde vem o dinheiro para estas campanhas publicitárias negativas e enganosas. (Aplausos)

Digo isto também a John Major. Se ele quer ser visto como um homem honesto, então que faça uma campanha honesta. (Aplausos) Já agora, Matthew Harding manda cumprimentos. Aqui está ele, este Primeiro-Ministro, tão fraco, tão incapaz de imprimir a sua autoridade no governo que nominalmente lidera, que deu à luz o primeiro "ismo" na política para designar não a existência de uma filosofia política, mas a ausência dela. “Majorismo”: manter o partido unido enquanto o país se desmorona. (Aplausos)

Ainda assim, ele tem a sua arma secreta. E eu tenho a minha. Kenneth Clarke! O Sr. Vê Tudo Cor-de-Rosa! Deixem-nos dizer a Kenneth Clarke e a John Major que irá ser realmente tudo cor-de-rosa quando as pessoas deste país disserem adeus a este governo de uma vez por todas. (Aplausos)

É altura de mudar. Os Conservadores nunca tiveram em vista os melhores interesses para a Grã-Bretanha Pegaram apenas nas melhores palavras: liberdade, escolha, oportunidade, aspiração, ambição. Consigo recordar claramente o momento exato em que soube que tinha perdido as últimas eleições. Estava nas Midlands a angariar votos numa comum propriedade suburbana. Conheci um homem que estava a polir o seu Ford Sierra, trabalhador por conta própria como eletricista, o seu pai sempre votou no Partido Trabalhista. Disse-me ele que costumava votar no Partido Trabalhista, mas que comprou a sua própria casa, criou o seu negócio e estava a sair-se bastante bem. Então, disse ele, tinha-se tornado num Tory. Não era rico, mas estava a ganhar mais dinheiro do que antes e, na parte que lhe tocava, estar a ganhar mais dinheiro significava ser também um Tory.

Nesse momento tornou-se claro para mim a base do nosso fracasso, a razão pela qual toda uma geração cresceu sob a alçada dos Conservadores. Sabem, as pessoas julgam-nos com base nos seus instintos sobre o que acreditam ser os nossos instintos. E aquele homem a dar brilho o carro era evidente: os seus instintos eram para progredir na vida e ele pensava que os nossos instintos eram impedi-lo. Mas isso nunca foi a nossa história ou propósito.

Sei que no meu próprio círculo eleitoral, os mineiros de 1945 que votaram no Partido Trabalhista o fizeram para que os seus filhos não tivessem de descer aos túneis e trabalhar nas condições em que os pais tinham trabalhado. (Aplausos) E em 1964, os seus filhos votaram no Partido Trabalhista porque viram a oportunidade de a geração seguinte ir para a universidade e fazer melhor do que os seus pais tinham feito. A

verdadeira missão radical do Partido Trabalhista, novo e velho, é esta: não reter as pessoas, mas ajudá-las a progredir. Todas as pessoas. (Aplausos)

Não é essa a essência daquilo em que acreditamos? Cada geração ser melhor do que a anterior, a esperança ser passada como herança de pais para filhos, o que está agora, pela primeira vez numa geração, em risco sob o governo Conservador. A nossa tarefa é repor essa esperança, construir uma nova era de conquistas num mundo novo e diferente.

Hoje, competimos numa era de mercados globais e aviso os nossos adversários conservadores: não existe futuro para a Grã-Bretanha como uma economia de baixos salários, baixa competência e baixa tecnologia. (Aplausos) Iremos competir com base na qualidade ou não competimos de todo. Isto significa uma economia estável, o investimento a longo prazo, a libertação do empreendedorismo do nosso povo.

Em primeiro lugar, vamos esclarecer o elementar. Vejamos os Conservadores: duas recessões, uma das quais eliminou um terço da nossa base de manufatura; pediram tanto dinheiro emprestado que entraram para o Guinness; a libra perdeu valor; o dinheiro do petróleo do Mar do Norte foi-se e todo o dinheiro da venda de ativos também. Sabem, por vezes diz-se que os Conservadores são cruéis mas eficientes. Na verdade, eles são os gestores mais impotentes, irresponsáveis e incompetentes da economia britânica na história deste país. (Aplausos)

O Partido Trabalhista vai ser o partido da economia sã e da boa gestão doméstica. As taxas de juro mundiais e as taxas de inflação estão baixas, vamos mantê-las também assim na Grã-Bretanha. Existirão objetivos definidos e mantidos. Perder o controlo das finanças públicas não é radical, é apenas imprudente e nós não o faremos. Gordon Brown, o Chanceler do Ferro (Aplausos) - pode ser um trabalho duro e ele fá-lo brilhantemente. Dizem que é mais fácil passar pela segurança no nosso congresso sem um passe do que conseguir que o Gordon autorize despesas! E no caso de alguém ter alguma dúvida, é assim que vai continuar.

Precisamos também de um sistema fiscal que seja justo e que encoraje trabalho e negócios. Claro, os poucos que estão no topo enriqueceram com o governo conservador. Mas aumentaram os impostos às famílias normais na Grã-Bretanha como nunca antes visto numa era de paz. Nós não vamos carregá-las de impostos ainda mais. Estas famílias já sofreram o suficiente. Em vez disso, um novo governo trabalhista irá tentar diminuir os impostos para os que têm os rendimentos mais baixos, sendo que alguns deles pagam 80 a 90% de taxa marginal de tributação. Se os incentivos através de taxa

de tributação mais baixas são a solução para o diretor que recebe 200.000 libras por ano, então porque não resultam para pessoas que recebem 5.000 ou 10.000 libras por ano? (Aplausos)

Além disso, neste novo mundo, muito mais pessoas estarão empregadas por conta própria ou em pequenas empresas, e nós vamos ajudá-las. A Federação das Pequenas Empresas acaba de acolher o nosso programa como base de uma verdadeira parceria entre um governo trabalhista e pequenas empresas. Então, os Conservadores que se cheguem para lá. O Partido Trabalhista é o partido das pequenas empresas na Grã-Bretanha de hoje.

Daremos à Grã-Bretanha uma rede de transportes moderna e integrada, construída em parceria entre o financiamento público e privado, e restauraremos um sistema unificado de caminhos-de-ferro com um caminho-de-ferro britânico de propriedade pública e de prestação de contas pública no seu núcleo. (Aplausos) Bom para a Grã-Bretanha e bom para os negócios.

Conduzir a Grã-Bretanha a uma era de conquistas significa que a Grã-Bretanha liderará na Europa, e tanto para as empresas como para a Grã-Bretanha construiremos essa relação nova e positiva com os nossos parceiros europeus. Permitam-me deixar uma coisa clara: não vou suprimir o veto da Grã-Bretanha na Europa. As nossas opções sobre uma moeda única devem permanecer em aberto, a serem determinadas de acordo com o nosso interesse nacional. Qualquer alteração só será feita com o pleno consentimento do povo. Mas não tenham dúvidas: deixar a Europa ou ficar à sua margem, como os Conservadores querem fazer, terá como consequência este país perder a sua influência e o seu investimento interno. Seria um desastre para os empregos e para a indústria. Os Tories podem vangloriar-se do isolamento perpétuo, mas eu digo que isso não é defender a Grã-Bretanha; isso é uma traição aos interesses britânicos. (Aplausos)

Com uma boa relação na Europa, podemos obter mais proveito. A Grã-Bretanha terá a Presidência da União Europeia no primeiro semestre de 1998. Uma das nossas principais prioridades nessa Presidência será a realização do mercado comum. Hoje, mesmo em oposição, estabeleci um prazo - junho de 1998, o fim da presidência britânica, para a realização do mercado comum na Europa. E vou agora iniciar conversações com outros líderes europeus para que nos possamos preparar para cumprir esse prazo. Novas oportunidades para as nossas empresas e novos empregos para o nosso povo. O nosso objetivo é que, no final do primeiro mandato de um novo governo

trabalhista, nos setores do gás e da eletricidade, das telecomunicações, dos contratos públicos, dos serviços financeiros, tenhamos um verdadeiro mercado comum na Europa, aberto aos produtos e aos serviços britânicos. Esta é a forma de tirar o melhor partido da Europa para a Grã-Bretanha. (Aplausos)

E uma nova era de conquistas na nossa indústria, também. Apoio ao processo de fabrico, bem como aos serviços; apoio à investigação e desenvolvimento, à ciência e engenharia; e uma nova era de relações industriais na Grã-Bretanha. Haverá justiça, não favorecimentos, tanto para empregadores como para empregados. O governo trabalhista de hoje não é o braço político de ninguém, a não ser do povo britânico. Mas vamos resolver estes argumentos sobre as leis industriais de uma vez por todas. Não haverá regresso aos anos 70, mas deverá haver e haverá direitos civis básicos para todos no trabalho, legislados no início de um governo trabalhista. (Aplausos)

Que direitos são estes? São apenas a devida reivindicação da civilização: um salário mínimo nacional. Como qualquer outro país desenvolvido do mundo, teremos um sob um governo trabalhista na Grã-Bretanha. (Aplausos) Faremos parte do capítulo social europeu, como qualquer outro governo, Conservador ou Trabalhista, está no resto da Europa. Haverá o direito de qualquer indivíduo aderir a um sindicato (Aplausos) e se a maioria da força de trabalho o desejar, que o sindicato represente esses trabalhadores. (Aplausos) Direitos humanos básicos.

No Quartel-General de Comunicações do Governo ouço pessoas a dizer que mudámos de ideias. Eu não mudei. Comprometi-me pessoalmente com essas pessoas a restaurar os seus direitos sindicais na íntegra e vou fazê-lo. (Aplausos) Aplaudem, e com razão. Mas deixem-me dizer-vos algo que acredito que no final é ainda mais importante. Faço um apelo a ambos os lados da indústria. Há algumas semanas visitei a fábrica de construção JCB em Staffordshire. O administrador, pelo menos no passado, financiou o partido Conservador. Estou-me nas tintas para isso. Ele tem boas relações sindicais, mão-de-obra é valorizada e apoiada, as partes interessadas na empresa, o produto é o melhor. Isso é o futuro. Estamos do mesmo lado, estamos na mesma equipa.

Visitei também a Raytheon Jets no norte do País de Gales, não muito longe daqui. Uma fábrica que os sindicatos ajudaram, com a gestão, a salvar da transferência para os Estados Unidos. Peço em nome do futuro deste país: esqueçam o passado, acabaram-se os padrões contra os trabalhadores. Estamos do mesmo lado, na mesma equipa, e a Grã-Bretanha unida jamais será vencida! (Aplausos)

Estes são os alicerces desta nova era de sucesso⁵. E para todo o nosso povo pode ser tornada realidade. Existe apenas um caminho duradouro para níveis de vida mais elevados, melhores salários, empregos mais seguros no mundo de hoje. Ganharemos pelos nossos cérebros e pelas nossas capacidades ou não ganharemos de todo. Na Grã-Bretanha ainda nos encontramos na economia 30-30-40: 30 por cento estão muito bem, 30 por cento vão-se aguentando, 40 por cento passam dificuldades ou pior. Quando os Conservadores falam sobre o espírito de empreendedorismo estão-se a referir a alguns milionários feitos por si próprios. Bem, desejo-lhes boa sorte. Mas deve haver um espírito de empreendedorismo e de sucesso não só na fábrica, como também no escritório: na adolescente de 16 anos que começa como secretária com a possibilidade realista de se tornar gerente; no jovem licenciado com a confiança de tomar iniciativas; na secretária que tira tempo para aprender uma nova língua e depois vai à procura de um novo e melhor emprego. Estas pessoas têm empreendedorismo dentro delas. Têm talento e potencial dentro de si próprias. Perguntem-me as minhas três principais prioridades para o governo e eu digo-vos: educação, educação e educação. (Aplausos)

A primeira maravilha do mundo é a mente de uma criança. Por vezes sentamos-nos a ler um jornal, a ver televisão, e olhamos para cima e vemos os nossos filhos num computador, e ficamos maravilhados com o que eles conseguem fazer, usam o computador tão facilmente como leríamos um livro. No entanto, estamos hoje em 35º lugar no campeonato mundial de padrões de educação - 35º lugar. Existe um ditado: “Deem-me a criança de 7 anos e eu mostrar-vos-ei o homem de 70.” Deem-me o sistema educativo que é hoje o 35º no mundo e eu dar-vos-ei a economia que é amanhã a 35ª no mundo. (Aplausos)

Por isso, vamos iniciar esta tarefa a todos os níveis: melhoria radical e reestruturação para os nossos filhos; uma profissão docente formada, capaz de estar ao lado dos melhores do mundo e valorizada como tal. Não aos vales de creche conservadores, sim a creches apropriadas para todas as nossas crianças. (Aplausos)

⁵ NT: A expressão “new age of achievement”, aqui traduzida por “nova era de sucesso”, estabelece uma ligação com o discurso “The Agenda for a Generation”, proferido no Ruskin College, em dezembro de 1996, no qual Blair fala sobre a reforma do sistema de educação na Grã-Bretanha e as medidas que planeia tomar como primeiro-ministro. A expressão ocorre várias vezes ao longo do discurso. Consulte-se: <http://www.educationengland.org.uk/documents/speeches/1996ruskin.html>. O artigo “Educação: A Cruzada de Tony Blair”, de dezembro de 1997, integra alguns excertos do discurso, traduzidos para português do Brasil. Consulte-se: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141216.htm>.

Amanhã, David Blunkett⁶ mostrará como assegurar que cada criança da escola primária saia da escola capaz de ler de acordo com os padrões adequados. (Aplausos) Uma alfabetização garantida pelo estabelecimento de escolas intensivas de Verão com duração de três semanas para todos aqueles que ficam para trás, com o objetivo de assegurar que todas as crianças de 11 anos estejam à altura do padrão de leitura e interpretação de que necessitam.

Trata-se de uma escolha de prioridades, não é? Os Conservadores optam por gastar esses milhões de libras no programa para subsidiar um pequeno número de crianças nas escolas privadas. Sob o governo trabalhista esse programa será gradualmente eliminado, o dinheiro investido para garantir que todas as crianças de 5, 6 e 7 anos estejam numa turma de 30 alunos ou menos. Essas são as nossas prioridades. (Aplausos)

Não haverá retorno ao *11-plus*⁷. O sistema abrangente irá manter-se, modernizado para o mundo de hoje. (Aplausos). Modernizado tendo em conta as diferentes capacidades das crianças, mas não as diferenciando. Avaliação contínua, objetivos estabelecidos, ação imediata quando não forem atingidos. Deve haver tolerância zero para o insucesso nas escolas britânicas. Isto se quisermos levar a nossa tarefa a sério. Vou contar-vos a minha visão do futuro. Gostaria de um sistema educativo público na Grã-Bretanha tão bom, tão atraente, que os pais optassem por deixar para trás o apartheid educativo do passado, privado e público, quebrando as divisões de classe que não têm lugar num país desenvolvido no séc. XXI. (Aplausos)

A educação não deve ser sobre riqueza. E esta era de conquistas será construída com base na nova tecnologia. No ano passado, anunciei um acordo com a British Telecom para a ligação gratuita de escolas, faculdades, universidades, bibliotecas à autoestrada da informação. Para seu crédito, as companhias de serviços por cabo seguiram o exemplo. Foi um início histórico. Mas foi apenas o início. Hoje, vamos mais longe. A indústria de cabo e a British Telecom deram-nos agora o compromisso de manter os custos das nossas escolas para o acesso à Internet e à autoestrada da informação tão baixos e previsíveis quanto possível, e comprometeram-se a conseguir reduções reais nos preços para essas escolas.

⁶ NT: Consulte-se *Britannica*, The Editors of Encyclopaedia. “David Blunkett”. *Encyclopedia Britannica*, 2 Jun. 2021, <https://www.britannica.com/biography/David-Blunkett>. Accessed 10 May 2022.

⁷ NT: O *11-plus* foi um exame criado em 1944, realizado pelos alunos de 11 anos, quando fazem a mudança do ensino básico para o ensino secundário, de forma a saber se o mais adequado para o aluno seria uma escola secundária pública ou uma escola técnica.

Acordámos com eles de forma a pôr isto em prática. Portanto, temos os fios, temos as ligações de baixo custo. Mas agora precisamos de mais: o hardware, os próprios computadores. Em Janeiro, mais uma vez mesmo na oposição, nomeámos Dennis Stevenson, um dos principais empresários do país, para presidir a uma comissão de peritos independentes para examinar a forma como obtemos esse material informático e a formação dos professores para o utilizar. O seu relatório final, a ser publicado ainda este ano, estabelecerá o terceiro bloco de construção para mostrar como, a seu tempo, nenhuma criança ficará sem acesso a um computador e nenhuma escola será incapaz de os utilizar devidamente.

Os cabos gratuitamente, as ligações a baixo custo, os planos para computadores, e depois a peça final. O que importa no final é o material educativo que passa desses cabos para os computadores e para a mente da criança. Tal como as escolas têm de comprar livros, pagarão os vários cursos e serviços oferecidos. Mas vamos certificarnos de que a qualidade é elevada. A concorrência garantirá que os preços são baixos. No governo estaremos a convidar licitações para uma franquia de forma a fornecer a rede de educação especializada que a autoestrada necessita. O nosso objetivo é que todas as escolas tenham acesso à autoestrada da informação, aos computadores que o permitem e aos programas de educação para o fazerem. Com a universidade para a indústria, para as competências dos adultos, isto soma uma grelha nacional de aprendizagem para a Grã-Bretanha. Isto é a era das conquistas a tornar-se realidade. (Aplausos)

Imaginem só: Grã-Bretanha, a superpotência das capacidades do mundo. Porque não? Porque não será possível? Conquistas, aspirações concretizadas para todo o nosso povo. Porque um grande povo equivale a uma grande Grã-Bretanha. Governem um país onde uns são filhos e outros enteados e vejam o que acontece. Não está certo e não é do melhor interesse das pessoas. Enormes custos por causa do desemprego, criminalidade, enfraquecimento do tecido social e impostos mais altos para resolver a situação. As despesas com o Estado Social duplicaram sob o governo conservador e mesmo assim a pobreza continua a aumentar. E o tipo de sociedade que temos, que mundo é este em que pais que não trabalham têm filhos que não trabalham, em que os jovens se viram para as drogas e para a cultura vergonhosa do desespero porque nenhum trabalho os chama após saírem da escola? Que tipo de mundo é este onde existem mais casas de férias mas também mais sem-abrigo e ruas pavimentadas com medo? (Aplausos) Que tipo de mundo é este onde a melhor educação, trabalho e capacidade está disponível apenas para alguns? É um mundo onde alguns podem ser bem sucedidos. Mas pergunto-

vos: é um mundo do qual nos podemos orgulhar? Essa é a questão moral dos nossos tempos, Sr. John Major. (Aplausos)

Quando estava a crescer as famílias eram estruturadas, a noção de responsabilidade social era forte, a criminalidade era baixa. Havia uma ética e um espírito nacional que nos tinha feito ganhar a guerra e que permaneceu connosco durante a paz. O que era forte nessa altura é agora frágil. Falha-nos o nosso propósito nacional, a nossa noção de responsabilidade social é desprovida de expressão, a família está sem qualquer apoio. É justo querer continuar. É justo querer fazer o bem. Mas se tudo o que temos são as nossas posses e não o que partilhamos, perdemos todos. (Aplausos)

Hoje ofereço-vos, e oferecemos ao nosso país, uma nova visão. Se queremos construir uma nova era de conquistas, todos devemos construir primeiro uma sociedade decente para a concretizar. Uma sociedade na qual cada indivíduo é valorizado, cada pessoa tem a oportunidade de desenvolver o seu potencial; uma sociedade para a qual nós contribuímos e que depois contribui de volta; uma sociedade baseada não em preconceitos ultrapassados, mas no dever comum da humanidade, a nossa crença de que temos a obrigação de melhorar a vida de todos nós; uma sociedade de oportunidades; uma sociedade de responsabilidade; uma sociedade que nos dá porque nós damos a essa sociedade. A história chamar-lhe-á a sociedade decente, a nova era da conquista na Grã-Bretanha.

Estes vão ser os seus princípios. Iremos respeitar a vida das famílias. Vamos desenvolvê-la e encorajá-la da forma que pudermos, pois as famílias fortes são a base de comunidades fortes. Daremos oportunidades a quem não as tem. Como primeiro passo, implementaremos um Programa para retirar 250.000 jovens do fundo de desemprego e inseri-los no mercado de trabalho, financiado por uma taxa única e eficaz sobre os lucros excessivos dos serviços públicos monopolistas privatizados. (Aplausos) Colocaremos um teto sobre as cabeças dos sem-abrigo, libertando essas receitas de capital da venda de casas do concelho e deixaremos que sejam construídas casas para o nosso povo. (Aplausos) Prezaremos e melhoraremos o ambiente, aliviaremos o congestionamento, reduziremos a poluição, desenvolveremos a nossa qualidade de vida, tanto nas zonas rurais como nas cidades e vilas.

Em troca dessas oportunidades, responsabilidade. Estou orgulhoso de que nos dias de hoje o Novo Trabalhismo personifique o partido da lei e da ordem na Grã-Bretanha. (Aplausos) Iniciei esse processo, Jack Straw levou-o adiante.

Simplemente digo às pessoas que nos dizem que é errado querer reprimir os crimes violentos, os traficantes de droga, os vizinhos antissociais, os hooligans: tentem viver ao lado deles. (Aplausos)

São os pobres e os fracos que sofrem mais com a criminalidade. Então iremos ser severos não só com as causas do crime, mas com o crime em si mesmo. Foi visível naquele filme de retrospectiva do ano, no dia em que eu e John Major visitámos Dunblane juntos. Foi um dia arrepiante, horrível e intenso. Os deputados conservadores queixam-se de que a nossa resposta tem sido emocional. Se tivessem estado naquele ginásio, se tivessem falado com aqueles pais, sentados naquelas cadeiras minúsculas onde os seus filhos também tinham estado sentados, também teriam sido emotivos. Creio que devemos proibir o uso e porte de armas particulares. (Aplausos)

Iremos fazer mais. Iremos dar às pessoas com deficiência os direitos que os Conservadores lhes negaram. Ninguém deverá ser excluído desta era de conquista. Trabalharemos com o setor do voluntariado, e amanhã David Blunkett anunciará os nossos planos para uma rede nacional de voluntários do milénio.

Proporcionaremos segurança na velhice. Deixem-me dizer-vos o seguinte: os anteriores governos trabalhistas cumpriram o seu dever para com os reformados britânicos, e o mesmo acontecerá com o próximo governo trabalhista. (Aplausos) A revisão que anunciámos será criada sob um governo trabalhista nos termos que anunciámos para ver como cumprimos esse dever nos tempos de hoje. Irá também rever toda a questão dos cuidados comunitários em que os idosos têm de vender as suas casas para pagar os custos dos cuidados de enfermagem. (Aplausos) Isso posso eu garantir. Mas não farei promessas sobre dinheiro enquanto não souber que podem ser cumpridas. Essa é a regra que nos guia; não pode haver exceções e peço-vos que compreendam isso. Fazer promessas que não conseguimos cumprir não ajuda ninguém. (Aplausos)

Uma coisa posso prometer de bom grado aos reformados e a todos os outros, de muito bom grado. O próximo governo trabalhista irá dismantelar o mercado interno conservador do Serviço Nacional de Saúde e irá melhorar e renovar o serviço de saúde como um serviço público decente para o povo. (Aplausos) Agora já se vê porque é que vale a pena ganhar, porque é que vale a pena fazer a diferença. Não haverá mais hospitais a lutar com hospitais. Não haverá mais médicos a competir com outros médicos. Não haverá mais burocracia falsa e dispendiosa, e, no lugar de um conservador que não se preocupa com o serviço de saúde, teremos Chris Smith, que se preocupa. (Aplausos) E vamos melhorá-lo, não apenas mantê-lo como está. Claro que as

coisas vão ser feitas de maneira diferente. Trata-se de um mundo novo. Não há como voltar atrás no tempo. Novos desafios, novas ideias. Mas o nosso governo pode ser, e será, um grande governo radical reformador, dando à Grã-Bretanha o estado social de que necessita no século XXI.

As grandes reformas não devem parar com o Estado Social. Vamos modernizar o próprio governo para que sirva os interesses do povo. (Aplausos) Não um governo maior; um governo melhor. Para que os habitantes locais possam decidir como gerir serviços locais. Um parlamento para a Escócia, uma assembleia para o País de Gales, legislada durante o primeiro ano de um governo trabalhista. E deixem-me dizer-vos isto: é realizável precisamente porque teremos o consentimento claro do povo escocês e galês antes de o fazermos. (Aplausos) Uma autoridade diretamente eleita para Londres, a nossa capital. (Aplausos) Uma democracia local renascida, o estado a ser uma ONG no caixote do lixo da história, onde pertence. (Aplausos)

Mais do que isso. Hoje posso fazer outro anúncio sobre os nossos planos para a Lotaria Nacional. Tem sido um grande sucesso, mas será que todo o dinheiro foi para boas causas? Não. Queremos financiar projetos específicos de ambiente, educação e saúde pública através das receitas da Lotaria Nacional. Eu quero que o dinheiro do povo seja gasto nas prioridades do povo. (Aplausos) Preparando todos os nossos professores para que possam usar a nova tecnologia que irá melhorar a educação das crianças; trabalhando com o setor voluntário; isolando casas; apoiando o talento e potencial nacional; reclamando o espaço público para os peões. O fluxo de dinheiro da lotaria do milénio, um quinto do total, deve concentrar-se em dar à Grã-Bretanha uma vantagem no século XXI, e sob o nosso governo assim será.

Há mais que podemos fazer com o governo. Se Clem Attlee voltasse hoje pensaria que praticamente tudo está mudado, incluindo algumas coisas neste aspeto, suponho. Mas não a forma como gerimos o governo e o parlamento. Gastamos 300 mil milhões de libras por ano no sector público. Mas muito do que o governo faz não é para nos ajudar a ter sucesso. Na verdade, está a impedir-nos de o ter. Se forem um jovem, por exemplo, a acabar a escola, sair de casa, procurar um emprego, têm de contactar com 11 gabinetes governamentais, não só com um. Encontrar cuidados para um parente idoso pode ter quatro paragens, não uma. Pode demorar até duas semanas para receberem o primeiro subsídio de desemprego e um em cada sete está errado. Demora um mês para conseguir o primeiro abono de família. Uma pequena empresa de

engenharia em Blackpool gasta tanto a lidar com inspetores como a contratar um membro extra de pessoal. E só está a piorar.

As fraudes no sistema? Provavelmente chegam tanto como a 8 mil milhões de libras por ano ou mais. Por conseguinte, teremos como prioridade a introdução de um programa de reforma deste sistema de governo. O nosso objetivo é coordenar os serviços entre departamentos governamentais, utilizando as vantagens da tecnologia agora disponível para fornecer um serviço moderno e atualizado aos utentes do Estado. Governo para o povo, não governo para o governo. (Aplausos)

Devemos também reformar o Parlamento. Uma reforma já conseguimos: mais mulheres como membros do parlamento do que alguma vez sucedeu. (Aplausos) Outra que poderemos conseguir é reformar o tempo do primeiro-ministro para responder a perguntas, de forma que beneficie o parlamento; acabar com o maior símbolo de privilégio de qualquer democracia no mundo, assegurando que os pares hereditários não possam votar na Câmara dos Lordes. (Aplausos)

Iremos limpar o financiamento político na Grã-Bretanha. É claro que sabemos de onde vem este tipo de dinheiro. Digo simplesmente que é importante que asseguremos que todos reconheçam a sua responsabilidade de tornar a nossa política melhor.

Uma era de conquistas, no país e no estrangeiro. Iremos ter uma defesa forte, na NATO, com os nossos aliados, os Estados Unidos da América. Seremos a ponte no Atlântico entre eles e a Europa. Mas também lutaremos pela democracia e pelos direitos civis em todo o mundo. (Aplausos) Não há maior orgulho para mim do que a nossa batalha total e inequívoca para acabar com o apartheid e ver Nelson Mandela libertado das suas correntes. Assim, saudamos os Bob Hugheses, as Joan Lestors, os Neil e Glenys Kinnocks⁸ que desempenharam o seu papel nesse processo, e pomos de lado as náuseas que sentimos perante aqueles Tories que tinham defendido o apartheid e usado camisas que apelavam para que Nelson Mandela fosse enforcado, sim, enforcado, e que depois se juntaram para serem vistos com ele. (Aplausos)

Imaginem a Grã-Bretanha uma vez mais como personagem principal na Europa, uma força para a boa promoção da democracia, direitos civis e comércio livre entre nações, lidando com o peso da dívida no centro de qualquer estratégia de

⁸ NT: Consulte-se Wilson, Brian. "Lord Hughes of Woodside Obituary." *The Guardian*, 20 Jan. 2022, www.theguardian.com/politics/2022/jan/14/bob-hughes-lord-hughes-obituary.

desenvolvimento ultramarino, ajudando a moldar as Nações Unidas e as instituições de cooperação internacional para um novo mundo.

Pode acontecer. Pode acontecer. O povo britânico quer mudança. Tenho a certeza disso. Mas precisam de confiar em nós. Quero que confiem em nós.

Recentemente, o chefe de uma das maiores e mais bem sucedidas empresas disse-me que as empresas não têm só prospetos, têm também contratos de desempenho: um contrato que estabelece objetivos e prioridades que permitem ao público e à empresa medir o nível de sucesso ou fracasso. E ele desafiou-me a publicar um contrato de desempenho para um novo governo trabalhista. Hoje estou a fazer isso. Estes são os votos que faço para com o meu país.

No final do mandato de 5 anos de um governo trabalhista:

Prometo que teremos aumentado a proporção do nosso rendimento nacional que gastamos em educação.

Prometo que teremos reduzido a proporção que gastamos nas despesas dos fracassos sociais do Estado Social.

Prometo que teremos reduzido os gastos com a burocracia dos serviços de saúde e aumentado os gastos com os cuidados ao paciente.

Prometo que teremos reduzido o número de desempregados de longa duração e reduzido para mais de metade o número de jovens desempregados. (Aplausos)

Prometo que teremos reduzido para metade o tempo que os jovens criminosos levam a ser presentes em tribunal.

Prometo que manteremos os empréstimos e a inflação governamentais dentro dos objetivos baixos e prudentes que estabelecemos dentro do ciclo económico.

Prometo que iremos cumprir as promessas que fazemos quanto aos impostos.

Prometo que o tamanho das turmas será reduzido nas escolas primárias e os parâmetros subirão em todas as escolas.

Prometo que, com o consentimento do povo, teremos devolvido o poder à Escócia, ao País de Gales e às regiões de Inglaterra, e prometo que teremos construído uma relação nova e estruturada na Europa.

Este é o meu compromisso para com o povo britânico. Julguem-me com base nisso. A responsabilidade é minha. Para o futuro, não para o passado, para muitos, não para poucos, para a confiança, não para a traição, para a era da conquista, não para a era do declínio: este é o meu pacto para com o povo britânico.

Posso fazer esta promessa, posso fazê-la porque me ajudaram a transformar o nosso partido num grande partido de reforma para a era moderna. Quatrocentos mil membros, e continua a crescer! Uma nova constituição que podemos realmente citar nos nossos discursos, líder incluído. Um partido aberto e em contacto. Novo Trabalhismo e novos membros. E estou orgulhoso deles. Mas deixem-me dizer-vos isto: não esqueço que este partido só sobreviveu para que os novos membros aderissem porque os membros antigos ficaram com ele durante os bons e maus momentos. (Aplausos)

Deixem-me tentar explicar-vos isto. Eu não nasci Trabalhista, tornei-me Trabalhista. Quando se olha para o passado, tenta-se pensar nas coisas que nos moldaram. O meu pai era um homem muito ambicioso. Ele era a ambição em pessoa, bem-sucedido, era um homem que se esforçava. Uma manhã acordei e disseram-me que ele tinha tido um AVC durante a noite e que poderia não passar daquele dia. O meu mundo desabou. E ensinou-me uma coisa: ensinou-me o valor da família, porque a minha mãe trabalhou durante três anos para o ajudar a falar e a andar novamente. Mas também me ensinou algo mais. Quando isto aconteceu os amigos da onça desapareceram. É o costume. Mas os nossos amigos a sério, os verdadeiros amigos, ficaram connosco. Ajudaram-nos e apoiaram-nos por nenhuma outra razão que não o facto de ser a coisa certa a fazer.

Eu não finjo que tive uma infância desfavorecida. Não tive. Mas foi-me dada uma noção de valores na minha infância. Há um ano ou mais, eu e John Prescott fomos ao funeral de Sam McCluskie. Muitos de vós recordarão Sam McCluskie⁹, ele era um grande homem, grande apoiante do movimento trabalhista. Penso que seria justo dizer que nem sempre estivemos absolutamente de acordo em tudo! Quando estava a sair da igreja, uma das suas irmãs veio ter comigo e pôs-me uma pequena fita vermelha na mão, algo que guardo comigo até hoje, e disse que era uma recordação que o Sam costumava ter e que queria que eu ficasse com ela. Fiquei envergonhado, virei-me para ela e disse-lhe: “Olhe, não conhecia o Sam assim tão bem e, muito honestamente, muitas vezes não nos entendíamos.” E ela disse: "Eu sei disso, mas, no vosso coração, querem a mesma coisa: um mundo melhor."

É isso. É isso em que acreditamos. Sim, somos um partido socialista democrático. De facto, assim é dito nas palavras da Cláusula IV, a nova Cláusula IV,

⁹NT: Consulte-se Pattinson, Terry. “OBITUARY: Sam McCluskie.” *The Independent*, 18 Sept. 1995, www.independent.co.uk/news/people/obituary-sam-mccluskie-5648721.html.

aquela que redigi e que o partido apoiou esmagadoramente. (Aplausos) Mas está numa tradição maior do que isso: maior do que a social-democracia europeia, maior do que qualquer 'ismo', maior do que qualquer um de nós. Está numa tradição cuja chama permanecia viva nos corações humanos muito antes de se pensar no Partido Trabalhista; uma tradição muito acima da ideologia, mas não para além dos ideais.

Não somos uma seita ou um culto. Fazemos parte do amplo movimento do progresso humano, o casamento da ambição com a justiça, o constante esforço do espírito humano para fazer melhor, para ser melhor. É o que nos separa dos Conservadores. E já lá estava há muito tempo, mesmo quando os antigos profetas do Antigo Testamento defenderam pela primeira vez a causa dos marginais, dos impotentes, dos desfavorecidos. Estava lá quando Wilberforce lutou contra o tráfico de escravos contra os interesses particulares do dinheiro Tory. Estava lá quando o movimento sindical começou como um instrumento contra os abusos no local de trabalho. Estava lá quando o jovem Jack Jones foi lutar na guerra civil espanhola pela liberdade de outro povo a partir de nada mais do que a bondade do seu coração. (Aplausos)

Foi aí que dissemos, tendo derrotado o mal de Hitler, que o Estado Social deve ser construído para que a miséria dos anos 30 nunca mais regresse ao nosso país. E é aqui, agora, nesta sala, enquanto construímos em torno do Partido Trabalhista a nova força de progresso na política britânica para trazer a nova era de conquista para o nosso povo. Mil dias, sim, para nos preparar para esses mil anos.

Considerem mil anos de história britânica e o que ela nos diz. O primeiro parlamento do mundo, a revolução industrial à frente do seu tempo, um império, o maior que o mundo já conheceu, abandonando a paz, a invenção de praticamente todos os dispositivos científicos do mundo moderno, duas Guerras Mundiais em que o nosso país se esgotou, em que duas gerações morreram, mas que, na derrota da força mais maligna alguma vez libertada pelo homem, mostraram o exemplo mais sustentado de bravura na história da humanidade.

Esta é a nossa nação, as nossas características: o senso comum, a defesa dos mais fracos, a independência feroz. Mas a mais notável qualidade britânica é a coragem: não apenas a bravura física, mas a coragem de pensar de novo, de quebrar a convenção quando esta nos impede de melhorar, de inovar enquanto outros se conformam; de fazer as coisas à nossa maneira. Digo ao povo britânico: tenham a coragem de mudar agora. Estamos a regressar a casa. Estamos de volta como o partido do povo e é por isso que o

povo está a voltar para nós. Quando Alan Howarth tem a coragem de cortar relações de toda uma vida porque já não consegue aguentar o Partido Conservador de hoje e vê a sua casa como o Novo Trabalhismo, eu digo-lhe bem-vindo, e bem-vindos todos os outros. (Aplausos)

Quando os homens de negócios me dizem: “Tony, nunca pensei estar a fazer isto, mas aqui está um grande cheque para te ajudar a vencer a campanha mais desonesta e negativa da história”, eu agradeço-lhes. Precisamos disso. (Aplausos) E quando antigos eleitores do Partido Conservador escrevem e me dizem que nunca pensaram num milhão de anos que votariam Trabalhista, mas odeiam os conservadores e pensam que nós merecemos uma chance, eu escrevo-lhes de volta e digo bem-vindos, obrigado. Obrigado por nos darem essa oportunidade. Obrigado por verem que as mudanças que fizemos são reais. Obrigado por terem a coragem de mudar o seu voto. E quando uma viúva de 76 anos, de Liverpool, membro do partido desde antes de eu nascer, me envia um cartão de Natal que diz: “Tony, por favor, ganha por mim”, então eu digo-vos que temos o dever de ganhar, um dever para com ela e milhões como ela. (Aplausos)

Não me interessa de onde vêm; o que importa é para onde o nosso país vai. Se acreditam no que eu acredito, então juntem-se à nossa equipa. O Partido Trabalhista regressou a casa por vocês, então regressem a casa por ele. O Partido Trabalhista está a regressar a casa! (Aplausos) Dezassete anos de dor nunca nos impediram de sonhar. O Partido Trabalhista está a regressar a casa! (Aplausos) Tal como fizemos em 1945 e 1964, sei que foi naquela altura, mas pode ser hoje outra vez! O Partido Trabalhista está a regressar a casa! (Aplausos) O Partido Trabalhista está a regressar a casa!

O povo está a regressar a casa! Porque a Grã-Bretanha é a sua equipa e o povo faz parte dela, todos sabem que se libertarmos o potencial do nosso povo a Grã-Bretanha ganha vida com a nova energia, as novas ideias, a nova liderança, e a Grã-Bretanha pode enfrentar o mundo e vencer. Seremos invejados em todo o mundo, não apenas por causa dos nossos castelos e palácios e da nossa gloriosa história, mas porque devolvemos essa herança de esperança às gerações, demos a volta a este país pela vontade do povo em unidade com o partido do povo, e construímos esta era de conquista durante a nossa vida.

Esta é a nossa missão para a Grã-Bretanha hoje. Sabíamos que podíamos fazer melhor. E fizemos. Sabíamos que podíamos ser melhor, nós, o Partido Trabalhista. E somos. Também a Grã-Bretanha consegue fazer melhor. A Grã-Bretanha consegue ser

melhor do que isto. Mil dias para nos prepararmos para mil anos, não só virar uma página da história, mas escrever um novo livro, construindo a grandeza da nossa nação através da grandeza do seu povo. Pensem na possibilidade de mudança. Chega de esbanjar os bens da nação. Acabou-se a corrupção. Não há mais escândalos como “Cash for questions”. Não há mais mentiras. Não há mais promessas quebradas. Digo aos Conservadores: "Já chega! Despachem-se e saiam!" (Aplausos) Os dias de glória da Grã-Bretanha não terminaram, mas os dias de governo conservador sim. (Aplausos)

Nós temos o programa. Nós temos o povo para fazer mudanças significativas no nosso país. Vamos agora chamar a nossa nação para o seu destino. Vamos guiá-la para a nova era de conquista e construir para nós, para os nossos filhos, para os nossos netos, uma Grã-Bretanha unida para triunfar no séc. XXI. (Aplausos prolongados)

2.1.2. Contextualização e tradução de “Speech to the Global Ethics Foundation” (2000)

Este discurso, que aborda questões éticas fundamentais para o século XXI, foi a principal inspiração para a ideia de base deste trabalho de projeto. Com efeito, foca-se em alguns assuntos cruciais, como a globalização, o sentido de comunidade dentro de uma nação, a importância da comunidade internacional e o papel da fé e da religião em todos estes aspetos.

Após a II Guerra Mundial, com a gradual independência das colónias britânicas, a Grã-Bretanha tornou-se um destino de imigração para pessoas de todas as partes do mundo, provenientes sobretudo da *Commonwealth*, que deixaram a sua marca na cultura britânica.

O discurso é fortemente marcado pela posição de Blair a favor da globalização. Logo no início, o texto parte do exemplo da Irlanda do Norte, que, após anos de violência e conflitos entre Unionistas e Nacionalistas, e após serem discutidos acordos de desarmamento juntamente com partidos como o Sinn Fein, é finalmente eleito um governo.

São abordados também temas como o desenvolvimento tecnológico e o que isso implicará na noção do “eu” e da comunidade, as vantagens da globalização e qual a melhor forma de lidar com as mudanças sociais, políticas e tecnológicas que se avizinhavam.

Discurso à Global Ethics Foundation, Universidade de Tubinga, 2000

Tony Blair (Partido Trabalhista)

Local: Tubinga, Alemanha

É uma honra estar aqui a falar na Universidade de Tubinga. Uma das mais antigas e influentes sedes do conhecimento. Um reconhecido centro de erudição e ciência que tem estado e continua a estar na vanguarda do desenvolvimento intelectual da Europa. E também a cidade geminada com Sedgefield, a minha circunscrição eleitoral em Durham, que representei no Parlamento do Reino Unido por mais de 17 anos. Tubinga esteve no centro da Reforma, algo que tem relevância para alguns dos temas sobre os quais quero falar hoje. Em 1534, o Duque Ulrich iniciou a Reforma em

Tubinga e em 1536 estabeleceu o seminário luterano que desempenhou um papel tão proeminente no desenvolvimento do luteranismo na Alemanha. Mas em 1817 a Faculdade de Teologia Católica da universidade foi restaurada. Desde então, tem coexistido num ambiente de compreensão mútua e diálogo criativo. É um bom ponto de partida para reflexão. Hoje quero expor a minha opinião sobre os valores éticos que nos devem guiar na era da globalização. Devo argumentar que, num mundo de mudanças, é a crença na comunidade, e na igualdade de todos, que nos oferece a única esperança de um futuro próspero e pacífico. Algo que uma filosofia puramente de interesse próprio e materialista levará à ruína. Irei dividir o discurso em quatro partes:

1. A natureza da mudança global.
2. A comunidade dentro de uma nação.
3. A doutrina da comunidade internacional.
4. O papel da fé religiosa e da compreensão.

A Irlanda do Norte.

Primeiro, como sei que o progresso na Irlanda do Norte é uma das razões pelas quais fui convidado a estar aqui, direi algo sobre esse assunto: A história da Irlanda do Norte ensina-nos muitas coisas, mas principalmente ensina-nos o valor de uma sociedade cívica onde as divisões antigas podem ser curadas. Hoje em dia, o empenho e o diálogo desfizeram o deprimente status quo do passado. “Trabalhar em conjunto” eram anteriormente palavras ofensivas, mas agora são a base para um novo futuro que nos oferece esperança em vez de guerra. Claro que existem aqueles que recusam esta mudança. Pessoas que acreditam que se não nos enquadramos na sua visão do mundo, não pertencemos a nenhuma. Mas são uma minoria. A maioria rejeita esta velha mentalidade. Votaram pela mudança. Pela primeira vez, a Irlanda do Norte tem um governo inclusivo que foi eleito pelo povo. Tenho orgulho do que foi alcançado na Irlanda do Norte. Sinto-me honrado pelo interesse que isso despertou em todo o mundo. Com o apoio e as orações de milhões de pessoas fora da Irlanda do Norte, sei que podemos construir um futuro de paz e harmonia na Irlanda do Norte. Mas qual é a lição fundamental que aprendemos com este exemplo? Para mim, é esta: no século XXI não existe lugar para tradições limitadas e exclusivas. É uma lição que salienta a suprema

importância no mundo moderno de compreender a nossa dependência uns dos outros, para o progresso futuro.

O desafio da mudança.

Estamos a viver numa era de mudança global, uma das mais dramáticas e imprevisíveis da história do mundo. Dificilmente passa um mês sem haver algum descobrimento de nos tirar o fôlego na ciência ou na tecnologia. Em 1990 dois futurólogos americanos publicaram um livro intitulado *Megatrends 2000*. Não precisaram de olhar mais além do que uns meros 10 anos. Ainda assim, existe uma palavra que não aparece no livro, a palavra “Internet”, o fenómeno que hoje está a mudar as nossas vidas. O nosso mundo move-se a uma velocidade vertiginosa e a mudança contínua está entre as coisas mais difíceis de aguentar para os seres humanos. Não admira que a nossa era tenha sido apelidada de “era da ansiedade” ou, como no título do novo livro de Francis Fukuyama, *A Grande Ruptura*. Creio que não é exagero afirmar que estamos no meio da maior revolução económica, tecnológica e social que o mundo já viu desde que a revolução industrial começou há mais de dois séculos. A globalização não é apenas um fenómeno económico e é por isso que a nossa resposta não pode ser simplesmente económica. Durante a maior parte do século XX, marcado por conflitos ideológicos e divisões, tal conceito teria sido impensável. Seguindo essa lógica, poderia dizer-se que a globalização começou aqui na Alemanha, com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Ontem à noite passei com o Chanceler Schroeder na Ponte Glienicke, local de troca entre espões do Leste e do Ocidente. Estas trocas continuaram até há pouco mais de uma década, o Muro de Berlim só caiu há 11 anos. Só depois das barreiras ideológicas terem caído por todo o globo é que se passou a escolher não o Estado ou o mercado, mas a forma como se desenvolve um mercado dinâmico, um Estado inteligente, e uma sociedade civil ativa. No início desta semana participei num evento de lançamento do primeiro rascunho de um livro sobre o projeto do genoma humano. O poder que esta informação coloca ao nosso alcance quase desafia a nossa compreensão. Só as gerações futuras conseguirão avaliar o seu verdadeiro significado por completo. Muitos de nós reagiram com uma mistura de admiração e mau pressentimento. Admiração pelas novas fronteiras que a ciência nos abriu. Mau pressentimento sobre o que está do outro lado; sobre o que isto poderá significar relativamente à nossa noção de nós próprios, dos nossos destinos, do que nós

consideramos ser a ordem natural das coisas. A globalização trouxe-nos progresso económico e bem-estar material. Mas trouxe-nos também medo no seu caminho. Crianças a quem são oferecidas drogas nos recreios da escola; que crescem sexualmente a uma velocidade que considero assustadora; pais que lutam diariamente para conseguir ganhar o suficiente para viver, criar uma família, cuidar dos seus familiares mais velhos; um mundo onde um em três casamentos acaba em divórcio; onde se pode ter ou não ter emprego devido a uma decisão tomada numa sala de reuniões a quilómetros de distância; onde os laços de família, a localidade e o país parecem estar sob constante pressão e ameaça. Ainda assim, é um mundo onde o nosso nível de vida aumenta, as nossas oportunidades de viagem e comunicação são aquelas que os nossos avós nem se atreviam a imaginar. É um mundo com um paradoxo no seu âmago: maior liberdade individual, mas maior interdependência. Podemos fazer mais e, no entanto, a natureza da globalização é que o que nós fazemos afeta mais os outros. Compramos e consumimos mais por escolha pessoal e, mesmo assim, as oportunidades que temos e a nossa qualidade de vida dependem mais das escolhas que fazemos em conjunto, quanto a boas escolas, poluição ambiental, segurança nas ruas, ou até a nível internacional, quanto a acordos de comércio mundial ou controlo de armamento nuclear. Por isso, a mudança é rápida e intensa, cheia de oportunidades e de perigos. O problema é: moldamo-la ou somos moldados por ela? Dominamo-la ou deixamo-la dominar-nos? É essa a única chave para a política no mundo moderno: como gerir a mudança. Resistir-lhe: é inútil. Deixar acontecer: é perigoso. Então, a terceira alternativa: gerimo-la. Mas não se consegue gerir se não existirem regras para o fazer, juízos de valor sobre como e por quê a estamos a gerir de uma determinada forma. Aqui é onde temos de resolver um claro conflito entre velhos e novos, modernistas e tradicionalistas. O tradicionalista lamenta a morte das antigas relações familiares, aponta para uma maior estabilidade da vida familiar do passado, aponta para a fealdade e desordem de grande parte do novo mundo. O modernista vê novas oportunidades, rejeita o preconceito do passado, as velhas hierarquias, é impaciente para agarrar os benefícios materiais que a modernidade traz. Na política, a parte fascinante é que há a esquerda e a direita em ambos os lados. Uma esquerda tradicionalista que odeia uma economia global; uma direita tradicionalista que teme os imigrantes. Uma esquerda modernizada que às vezes encolhe facilmente os ombros à ameaça da vida familiar; uma direita modernizada que acredita na supremacia das forças de mercado. A resolução do conflito prende-se com a aplicação dos valores tradicionais ao mundo moderno: deixar atitudes antiquadas para

trás, mas redescobrir a essência dos valores tradicionais e deixá-los guiar-nos na gestão da mudança. Os teólogos entre vós dirão que é reunir a fé e a razão. O que são estes valores? Para mim, expressam-se da melhor forma na ideia moderna de comunidade. No cerne da questão está a crença na igualdade de valor de todos, a crença fundamental que guia a minha política, a nossa responsabilidade mútua na criação de uma sociedade que promove tal igualdade. Notem que se trata de igualdade de valor, não de igualdade de rendimentos e investimentos; ou, simplesmente, trata-se de igualdade de oportunidades. Acima de tudo, garante o nosso direito igual à dignidade, liberdade, à não-discriminação, assim como também à igualdade de oportunidades económicas. A ideia de comunidade gira à volta do paradoxo do mundo moderno: reconhece a nossa interdependência e reconhece o nosso valor individual. Permite-nos unir o novo e o velho. O tradicionalista tem razão em preocupar-se com o colapso da vida familiar. O modernista tem razão em dizer que isso não nos deve criar preconceito contra as famílias monoparentais, a maioria das quais não optam por sê-lo. O modernista tem razão em dizer que os mercados globais são bons. O tradicionalista tem razão em preocupar-se com a injustiça que deles pode advir. O modernista precisa de valores. O tradicionalista precisa de uma realidade moderna. Desta forma, a globalização no dinheiro, viagens, comunicação, tecnologia, pode estender-se também a uma ética global.

A comunidade dentro de uma nação.

Portanto: comecemos a aplicar este princípio ao governo moderno. Abraçamos a mudança. Fazemo-lo com base na construção de uma comunidade, na qual os cidadãos são de igual valor. Oportunidade para todos; responsabilidade de todos.

Hoje em dia, é bastante claro o que os governos têm de fazer para promover a prosperidade. A política macroeconómica já não é de esquerda nem de direita. É certa ou errada. De facto, são os governos de centro-esquerda que têm frequentemente vindo a limpar os défices herdados da direita. Na Grã-Bretanha, em maio de 1997, deparámo-nos com uma necessidade de empréstimo de 28 mil milhões de libras esterlinas por ano e uma dívida nacional duplicada. No nosso primeiro ano estávamos a pagar mais juros sobre a dívida do que estávamos a gastar em todo o sistema escolar. Estamos agora com excedente e destinados a continuar assim, embora tenha havido muitas decisões difíceis ao longo do caminho. Pela primeira vez na minha vida adulta, as taxas de juro de longo

prazo na Grã-Bretanha são inferiores às da Alemanha. Mas é somente uma base. Por cima tem de ser construída uma economia moderna cuja matéria-prima é o conhecimento, as competências, a aptidão e a inteligência das pessoas. Aqui existe certamente uma divisão política. Para mim, o desafio é usar o poder da comunidade, agindo em conjunto, para quebrar as barreiras que impedem a oportunidade para todos. A educação baseada na excelência para todos e a aprendizagem ao longo da vida, não apenas na escola, torna-se a prioridade económica, bem como social, para uma nação moderna na economia do conhecimento. Quando o muro de Berlim estava erguido, a corrida ao armamento ocupou as nações líderes do mundo. Hoje em dia, é a corrida ao conhecimento. Estamos hoje a passar por uma revolução na educação na Grã-Bretanha. Estamos a aumentar, acentuadamente, as despesas com a educação. Todas as crianças de 4 anos recebem agora educação pré-escolar, as de 3 anos virão a seguir. As escolas primárias estão a ser reorientadas em torno da literacia e numeracia, onde necessitamos de uma melhoria drástica no aproveitamento. Vamos abrir a educação dos 11 aos 18 anos, criando escolas especializadas, que se focam numa determinada área do saber; construir Academias nas nossas cidades do interior, para serem escolas de excelência em áreas que estejam desfavorecidas; introduzir novos contratos de trabalho para os professores conseguirem ligar o seu salário ao seu desempenho; fechar más escolas; despedir diretores ineficazes, recompensar melhor os outros; e expandir massivamente a universidade e a continuação da educação. Para além disso, existe um enorme investimento na formação e educação não só de adultos, mas também de crianças na área das tecnologias de informação. Em breve será aberta uma Universidade para a Indústria, que oferecerá cursos de competências de alta qualidade e facilmente acessíveis através da Internet. Estamos a fazer muito, mas a cada dia me preocupo se deveria ser feito mais. Porque sei que ainda existem crianças a serem criadas sem a esperança de conseguirem dar o seu melhor. E milhões, literalmente, de adultos que não sabem nem ler nem escrever corretamente. Tanto potencial desperdiçado, traído pelo passado. Mas não precisamos só de educação. Precisamos de empresas, de encorajar pequenos negócios, de novas abordagens sobre como devemos lidar com os impostos sobre o comércio de forma a estimular o crescimento e recompensar os empreendedores. E depois, há uma nova frase para a exclusão social das políticas governamentais modernas. Hoje em dia podemos atingir o pleno emprego na Europa. Mas não apenas pela gestão da procura. Precisamos de medidas específicas para esse núcleo sólido de desempregados, cujos problemas não são apenas a falta de trabalho,

mas que vivem frequentemente numa cultura de pobreza, abuso de drogas, baixas aspirações e instabilidade familiar, excluídos, separados da maioria dominante da sociedade. O nosso *New Deal*¹⁰ no Reino Unido tirou 250.000 deles das ajudas sociais para o trabalho e ajudou mais 200.000 com formação profissional. Em breve anunciaremos como renovaremos o programa para o próximo Parlamento, e continuaremos a avançar para o objetivo do pleno emprego. Tudo isto exige de nós, enquanto comunidade, um sentido de responsabilidade para ajudar os outros; para dar a cada pessoa a oportunidade de desenvolver o seu potencial. Sem os valores de comunidade e solidariedade não haveria uma motivação para agir. Sim, melhorar a educação é vital em termos económicos. Mas também o é em termos morais. Privar uma criança de oportunidades educativas é negar o seu valor de igualdade. Esta parte do plano, embora talvez não as medidas específicas, seria do conhecimento de qualquer partidário do centro-esquerda, modernista e tradicionalista. Mas não se pode construir uma comunidade baseada apenas em oportunidades ou direitos. Têm de ser combinados com responsabilidade e dever. Esta é a negociação ou pacto que está no cerne da sociedade civil moderna. Sinceramente, não creio que se possa defender o Governo, que se possa gastar dinheiro dos contribuintes em serviços públicos ou exclusão social, por outras palavras, que se possa agir como uma comunidade, sem este pacto de oportunidades e responsabilidades em conjunto. Se investirmos de modo a dar ao desempregado a oportunidade de um emprego, ele tem a responsabilidade de o aceitar ou perder o subsídio. E sobre a criminalidade, não hesito em ser muito severo relativamente a isso. Não se trata apenas do facto que os vulneráveis sofrem mais com a criminalidade. É que esta viola o pacto entre cidadãos. Na Grã-Bretanha, estamos agora a introduzir medidas que significam prisão imediata para os que façam assaltos pela terceira vez; penas longas, e com um tempo mínimo para cumprir a pena efetiva, por violação; e estamos a reservar lugares de prisão suplementares por crimes violentos. Os vizinhos violentos podem ser despejados. Tudo isto é controverso. A oposição do Partido Conservador por exemplo, recusou-se a apoiar-nos quando afirmámos que aqueles que violam o trabalho comunitário deviam perder os seus benefícios. Nós ajudamos os toxicodependentes, mas testamos os criminosos para o uso de drogas e, se derem positivo, exigimos que tenham tratamento. Somos implacáveis com os traficantes

¹⁰ NT: O *New Deal* foi um programa de reforma económica estabelecido pelo Presidente Franklin D. Roosevelt de forma a reformar as áreas da agricultura, finanças, indústria e mão-de-obra. Consulte-se: <https://www.britannica.com/event/New-Deal>

de droga. E acreditamos na lei e na ordem. Aprovámos medidas para lidar com vizinhos barulhentos e com comportamento antissocial. Encorajámos os tribunais a utilizá-las mais. Saberão, infelizmente, vergonhosamente para nós, que nós, tal como outros países, temos um problema com o hooliganismo no futebol. No país, temos um regime rigoroso e tem funcionado. Precisamos de fazer mais para lidar com o problema quando os fãs ingleses viajam para o estrangeiro. Fá-lo-emos. Mas não se trata apenas de futebol. Estamos agora a tentar dar à polícia mais poderes para lidar com comportamentos antissociais provocados pelo álcool que causam violência e miséria em demasiadas cidades e vilas em demasiadas sextas-feiras e sábados à noite. Curiosamente, no estado atual da lei, na Grã-Bretanha a polícia tem o poder de aplicar multas no local por se andar de bicicleta nos passeios e por não se apanhar as fezes dos cães na via pública. E no entanto, os agentes da polícia têm de lidar com pessoas embriagadas que ficam ofensivas e agressivas, muitas vezes a polícia não pode fazer nada sem um processo longo e dispendioso através da esquadra da polícia, dos tribunais e outras instâncias. É perfeitamente legal para uma empresa privada colocar um grampo na roda de um carro e exigir 100 libras para que seja desbloqueado. No entanto, não existe um órgão de poder comparável à nossa polícia pública. Creio que isso deveria mudar. Na segunda-feira encontro-me com alguns dos nossos polícias mais graduados e quero dizer-lhes que os seus agentes têm o poder de cobrar multas no local por comportamento inebriado, barulhento, ofensivo e antissocial. Obviamente, quando se trata de verdadeira violência e intenção criminosa grave, os tribunais devem continuar a ser a única opção. Mas estou a falar de lidar com o comportamento incómodo de embriaguez. Um bandido poderá pensar duas vezes antes de pontapear os nossos portões, andar com os cones de trânsito pelas nossas ruas ou praticar violência à noite indiscriminadamente se achar que pode ser multado pela polícia, levado a um multibanco e que lhe peçam para pagar naquele momento uma multa de, por exemplo, 100 libras. Se a polícia quer esse poder e eu acredito que o quererá, e o público apoiará, então deverá obtê-lo. Alguns partidários da esquerda libertária mostram-se chocados com algumas das nossas medidas; tal como alguns partidários da direita acham que a comunidade não deve ter a responsabilidade de proporcionar empregos às pessoas. Ambos estão errados. O caminho de hoje é uma sociedade civil moderna de regras e de ordem, mas sem preconceitos ou discriminação. Somos tolerantes a qualquer sexualidade das pessoas, contra todas as formas de discriminação, mas intolerantes a uma conduta antissocial. Tomámos os nossos valores tradicionais de respeito pelos

outros e solidariedade, aceitámos a necessidade de ação do governo, mas estamos a reformular tanto os valores como o papel do governo para enfrentar o desafio de um mundo em mudança.

A comunidade como uma ideia internacional.

Agora vamos sair dos nossos estados-nação e analisar o mundo em que o estado-nação se encontra hoje. Nenhuma das grandes questões que todos nós enfrentamos, comércio, finanças, ambiente, proliferação nuclear, crime organizado e drogas, pode ser enfrentada hoje em dia pelas nações a agirem sozinhas. A história dos últimos 100 anos e mais mostra a importância vital de renovar as instituições de cooperação internacional e de construir alianças entre os principais intervenientes. Durante séculos, estadistas e filósofos, chocados com os horrores e a futilidade da guerra, procuraram conciliar o ideal de uma comunidade internacional com a realidade de um mundo baseado nos estados e nos seus interesses. Em 1309, o poeta Dante propôs no seu livro *O Reino* que todas as nações deveriam viver sob uma só lei e que esta lei mundial impediria um dia as nações de entrarem em guerra umas com as outras. Duzentos anos mais tarde, o académico holandês Erasmo de Roterdão, no seu livro *A Guerra e a Queixa da Paz*, apelou a todos os reis e governantes terrenos para que criassem um Conselho de Homens Justos para lidar com as disputas de modo a que, segundo ele, as guerras não gerassem guerras. No final do século XVI, o Duque de Sully escreveu o *Grand Design*¹¹ sugerindo que os 15 estados da Europa criassem um Conselho da Europa para lidar com os problemas que surgiam entre eles, como faria um parlamento nacional. Em 1625, Hugo Grócio expôs no seu livro *O Direito da Guerra e da Paz* o primeiro sistema abrangente de direito internacional. William Penn esboçou um Parlamento Europeu e o abade de Saint-Pierre em 1716 concebeu o *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa* para unir os governantes das nações num Senado, onde se votaria em vez de se fazer a guerra. Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e muitos outros sonharam com um tipo de ordem mundial, de acordo com os seus tempos, que iria abolir a guerra e juntar as nações. No entanto, foi só após a I Guerra Mundial que foi realmente elaborada e aprovada uma constituição jurídica mundial na Conferência de Paz de Paris, em 1919. Foi chamado de “Pacto da Liga das Nações”. Acabaram por se juntar nesta liga 61 nações, com exceção dos Estados Unidos. Embora nunca tenha sido um

¹¹ NT: Não foi encontrada tradução em português para esta obra.

parlamento mundial, muitas pessoas hoje reconhecem-na como a verdadeira mãe da atual ONU. Apesar de ter sido bem-sucedida ao início, a Liga não conseguiu cumprir o seu objetivo de prevenir outra guerra mundial. Tornou-se num espelho da discordância em que se encontrava o mundo. O seu Conselho discutiu a invasão japonesa da China, a invasão italiana da Etiópia, a invasão alemã da Checoslováquia e da Áustria, e foi impotente para impedir qualquer uma delas. O elaborado sistema de segurança coletiva que a Liga representava nunca funcionou porque, no final, os laços comuns de confiança e de valores partilhados que teriam de estar na base dessa segurança coletiva não existiam. Tragicamente, demasiadas partes do mundo concordaram com Mussolini que enfrentavam uma escolha simples entre o fascismo e o comunismo. Felizmente ele estava errado, apesar de milhões terem morrido a derrotar ambos. A Carta das Nações Unidas tem servido, durante meio século, como a constituição política da humanidade. Mas basta lermos o Preâmbulo para nos apercebermos do enorme fosso entre o que é prometido e o que é cumprido, entre as esperanças e as promessas de 1945 e de 1919 e as frustrações da Bósnia, Congo, Angola e Afeganistão. Ainda não tornámos realidade a nossa determinação de salvar as gerações seguintes do flagelo da guerra, de unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais e de praticar a tolerância e viver juntos em paz uns com os outros como bons vizinhos. E temos tido apenas um êxito limitado nos nossos esforços para reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e valor da pessoa humana, para promover o progresso social e melhores condições de vida em maior liberdade. A forma como respondemos coletivamente à globalização determinará, de muitas maneiras, se podemos colmatar o fosso entre essas aspirações e a realidade atual. Creio que só teremos sucesso se começarmos a desenvolver uma doutrina da comunidade internacional baseada no princípio iluminista do interesse próprio. Tal como dentro dos países, também entre países. Uma comunidade baseada no valor igual de todos, baseado em direitos e responsabilidades mútuos. Isto não quer dizer que as nações não procurem os seus próprios interesses ou que não haja ocasiões em que esses interesses entrem em conflito de uma forma que diminua ou ultrapasse o desejo de compreensão mútua. Não somos ingênuos. Mas é para dizer que, cada vez mais, os nossos problemas são partilhados e as nossas sociedades e economias são ameaçadas onde não existe compreensão para resolver estes problemas, e beneficiam muito onde esta existe. Deixem-me especificar: primeiramente, o comércio livre é a chave para a prosperidade das nações mais pobres e também essencial para a competitividade das nações mais ricas. O protecionismo, por

outro lado, é o resultado de uma visão míope do interesse nacional. Até há pouco tempo não tínhamos qualquer organização formal para supervisionar o comércio mundial, mas hoje em dia, temos a Organização Mundial do Comércio. Mais notável ainda, a China irá em breve juntar-se a ela. Os países desenvolvidos precisam de ir mais longe, particularmente para libertar o comércio dos produtos agrícolas, para satisfazer tanto a nossa obrigação moral para com os pobres, como o nosso interesse próprio a longo prazo. É por isso que acredito que devemos reiniciar a ronda de negociações da OMC antes do final do ano. Em segundo lugar, o facto de o alívio da dívida estar na agenda da Cimeira G8 em Okinawa, daqui a três semanas, realça até onde chegou o conceito de solidariedade baseada no interesse próprio iluminista. Nós, na Grã-Bretanha, estamos a anular a nossa dívida. Mas devemos fazer mais e espero que na G8 o façamos. Estaremos também a estudar formas de trabalhar em parceria com outros para fazer recuar as doenças que retêm o mundo em desenvolvimento: SIDA, malária, tuberculose. Em terceiro lugar, a criminalidade e as drogas são problemas internacionais. O mundo dos negócios globalizou-se, tal como o negócio do crime e do tráfico de drogas. Quando se ouvem histórias de barões da droga a oferecerem-se para pagar a dívida nacional de um país em troca da liberdade de ação, apercebemo-nos da escala da ameaça que enfrentamos. Tal como agora na União Europeia, a luta contra a criminalidade constituirá uma parte importante da cimeira do G8. Discutiremos medidas que ataquem diretamente o núcleo dos cartéis de droga e do crime, identificando e depois confiscando os lucros criminosos resultantes das suas atividades. Estamos também a estudar a elaboração de referências comuns para julgar os centros financeiros internacionais, de modo a estarmos mais aptos a controlar o branqueamento de capitais e a criminalidade financeira, dos quais dependem as mais sofisticadas e perigosas organizações criminosas internacionais. Também iremos avaliar formas de controlar o comércio dos químicos precursores, que são usados no fabrico das drogas sintéticas que assolam as nossas cidades e ruas. Em quarto lugar, enquanto nações individuais, somos impotentes para tentar parar a destruição do nosso ambiente, do qual nós e as nossas gerações futuras dependemos. Mas em Quioto mostrámos que existe um consenso internacional sobre a importância de combater o aquecimento global. Na geração anterior à nossa, isto teria sido impensável. Precisamos agora de tirar partido desse acordo de princípio para assegurar que os compromissos que assumimos sejam seguidos na prática. Estamos a trabalhar de perto com a Alemanha nesta questão. Em Okinawa defenderemos também um novo esforço em matéria de energias renováveis. Dois mil

milhões de pessoas não têm acesso ao recurso mais básico do mundo moderno: a eletricidade. Precisamos de encontrar formas sustentáveis de lhes dar esse acesso se quisermos ter alguma hipótese de colmatar o fosso global entre ricos e pobres. Em quinto lugar, apesar do fim da Guerra Fria, a ameaça de proliferação nuclear ainda está conosco. Mas o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares e o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares representam uma determinação coletiva em banir do mundo a possibilidade de uma guerra nuclear. Finalmente, na agenda do G8, há a tecnologia. Não seremos capazes de lidar com as implicações globais das revoluções da informação e da biotecnologia se não o pudermos fazer com base em valores comuns e responsabilidade mútua. Em Okinawa, tomaremos medidas para evitar a emergência de uma divisão digital global e alargar a oportunidade da educação. Estaremos também a procurar formas de construir um maior consenso científico internacional sobre alimentos geneticamente modificados, e sobre questões mais amplas de segurança alimentar e de culturas agrícolas. Problemas comuns e interesses comuns levaram a uma responsabilidade mútua e a benefícios mútuos. A UE é a manifestação mais óbvia à nossa volta da necessidade de as nações cooperarem em conjunto. Este não é um discurso sobre a Europa, embora eu tenha todo o gosto em responder a perguntas sobre o assunto. Apesar do que possam ter lido, isto também não é uma resposta ao interessante e importante discurso feito pelo presidente Chirac ao parlamento alemão no início desta semana. Apresentarei a visão britânica sobre o futuro da Europa num discurso a proferir no outono. Não tenho dúvidas de que é importante para a Grã-Bretanha ser um parceiro integral e um líder na Europa. E como disse ontem à noite, é tempo de termos a confiança na Grã-Bretanha para percebermos que podemos moldar e influenciar os acontecimentos na Europa e, de facto, estamos a fazê-lo. A Europa não é uma conspiração contra nós, mas antes uma oportunidade.

Compreensão inter-religiosa.

Há algo mais que também podemos fazer e menciono isto porque estou a falar aqui em Tubinga e tenho Hans Kung ao meu lado. Podemos fazer o nosso melhor para ultrapassar as divisões religiosas que ainda ameaçam a nossa paz. Existe uma contradição entre tentar renovar politicamente a doutrina da comunidade e ignorar a dimensão da compreensão inter-religiosa. A fé e a razão não são oponentes mas sim parceiros. No passado, e cada vez mais nos dias de hoje, valorizamos o papel que as

religiões desempenham na promoção da paz. A paz e a religião nem sempre foram companheiros de viagem, é verdade, mas hoje, com uma maior compreensão entre as religiões, um mundo mais justo e pacífico está cada vez mais próximo. Vivemos numa época rica de exemplos de diálogo inter-religioso. A recente peregrinação do Papa a Jerusalém vem-me à mente quando judeus, muçulmanos e cristãos se encontraram num espírito de fraternidade. Igualmente pungente e mais próxima da experiência cultural de Tubinga foi a assinatura no ano passado do grande marco no entendimento luterano-católico: a “Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação da Federação Luterana Mundial e da Igreja Católica” Tais exemplos dão grande esperança e enviam um sinal claro ao mundo de que a fé não permitirá que as suas diferenças doutrinárias se interponham no caminho de uma maior cooperação. O diálogo e a compreensão religiosa são essenciais para a paz. A ignorância cria medo que, por sua vez, cria conflito. Tal diálogo não tem de negar ou banalizar as diferenças, mas deve olhar para os elementos comuns na fé. A nossa comunidade global é como uma tapeçaria: fios individuais atrás e uma imagem perceptível à frente. Todas as nossas diferentes crenças constituem a nossa comunidade global, mas são todas formas diferentes de ponderar a mesma questão fundamental: a natureza da existência. Se é verdade que só através de um compromisso claro com valores partilhados é que sobrevivemos e prosperamos num mundo de mudança, então a fé religiosa tem certamente o seu próprio papel a desempenhar no aprofundamento de tal compromisso. O que é a fé senão a crença em algo maior do que nós próprios? O que é a ideia de comunidade senão o reconhecimento nacional da nossa própria interdependência? Na verdade, a fé é uma aliada da razão. A religião tem frequentemente resultado em fanatismo. Mas a ideologia política também. No entanto, uma sociedade onde existe uma fé religiosa irá sempre, no meu ponto de vista, ser inerentemente mais propensa a procurar fazer o bem para a humanidade e quanto mais rápido deixar de ver a razão como uma inimiga, mais depressa lá chegaremos. Mas como a religião se moderniza, é um tema para outra ocasião e outro orador. As religiões podem ajudar a tornar as nossas comunidades em comunidades de valor. A inevitabilidade da globalização exige uma globalização paralela dos nossos melhores valores éticos; não uma concentração ou uma uniformização desnecessária dos ricos valores que constituem as nossas comunidades de fé. Mas as premissas básicas da nossa fé, a solidariedade, justiça, paz e dignidade da pessoa humana, são o que precisamos na era da globalização.

Conclusão:

Tradicionalmente, estes eram valores religiosos. Mas sabemos agora, através de várias disciplinas bastante diferentes, que são valores universais. Os economistas chamam-lhes “capital social”. Os biólogos que estudam a evolução chamam-lhes “altruísmo recíproco”. Os teóricos políticos chamam-lhes comunitarismo ou sociedade civil. Cada uma destas designações representa o que é realmente uma ideia bastante simples: o que nos dá o poder de sobreviver num ambiente em rápida mudança são os hábitos de cooperação, as redes de apoio, a nossa amplitude de confiança. E aprendemos esses hábitos em famílias, associações de escolas e comunidades. É aí que aprendemos a gramática da união, o dar e receber de direitos e responsabilidades, onde transmitimos a nossa história coletiva, os nossos ideais, de geração em geração. Sem estas coisas, a sociedade é demasiado abstrata para ser real. Comunidade é onde as pessoas sabem o nosso nome e onde sentem a nossa falta se não estivermos lá. Comunidade é uma sociedade com um rosto humano. E é disso que precisamos em alturas de mudança. É um facto extraordinário, e comovente, que as nossas grandes tradições de fé tenham sobrevivido, enquanto os sistemas políticos, económicos e sociais têm aparecido e desaparecido. Onde quer que se encontre um grupo que tenha conseguido libertar-se dos laços circundantes da pobreza e da privação, aí se encontrará invariavelmente famílias fortes, associações e comunidades de fé. É aí que descobrimos que uma crise partilhada é uma crise reduzida para metade e uma celebração partilhada é uma celebração duplicada. Assim, a perspetiva que vos apresento é que os valores tradicionais e a mudança não são inimigos, mas sim amigos, porque é precisamente no epicentro da mudança que precisamos dos fundamentos humanos da estabilidade. É quando os ventos sopram mais forte que se precisa de raízes profundas. Quando sabemos que não estamos sozinhos, podemos enfrentar o futuro sem medo. É a comunidade que nos permite fazê-lo. São os valores que sustentam as comunidades. E é num novo mundo, com valores globais, que ultrapassam as fronteiras nacionais e os horizontes ideológicos, que seremos guiados até ao nosso destino: um mundo mais pacífico, seguro e próspero para todos.

2.1.3. Contextualização e tradução de “Tony Blair’s Address” (2003)

Após os ataques da Al-Qaeda aos Estados Unidos da América a 11 de Setembro de 2001, o primeiro-ministro britânico Tony Blair comprometeu-se publicamente a manter-se ao lado dos seus aliados americanos. Aderindo ao princípio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) de que um ataque a um membro é um ataque a todos, as forças britânicas participaram na operação para destituir a Al Qaeda e derrubar o regime talibã no Afeganistão.

A descoberta de armas e tecnologias proibidas no Iraque após as inspeções levadas a cabo pela ONU, na década de 1990, levaram o Presidente Bill Clinton a ordenar o bombardeamento de diversas instalações militares em 1998. Após o bombardeamento, o Iraque proibiu que os inspetores voltassem a entrar no país.¹²

Face à possível ameaça causada pela aquisição destas armas por parte de grupos terroristas, o governo britânico e o governo norte-americano decidiram invadir o Iraque em 20 de Março de 2003.

Apesar disto, a opinião pública na Europa e no Médio-Oriente era fortemente contra a guerra, sendo esta por vezes descrita como uma nova forma de imperialismo. Em Julho de 2004, foi também conduzida uma investigação relativamente aos ataques do 11 de Setembro que mostraram que não tinha existido qualquer tipo de relação entre o governo do Iraque na altura e a Al-Qaeda, provando-se falsa uma das justificações dadas pelo governo do Estados Unidos.

Em Junho de 2016, foi publicado o “Chilcot Report”, uma investigação feita sobre o papel da Grã-Bretanha na guerra. Concluiu que não tinham sido exploradas todas as alternativas pacíficas com o Iraque e que a ameaça das armas de destruição maciça “had been presented with a certainty that was not justified.” (Gallagher, 2021 s.p.). Estas conclusões acabaram por justificar a acusação de Blair ter sido “Bliar”, um trocadilho em língua inglesa, aglutinando o apelido “Blair” e o adjetivo “liar”. Trata-se de um vocábulo que se apresenta intraduzível como uma só palavra na língua portuguesa, tendo de se manter o vocábulo ou de recorrer à tradução equivalente por meio do segmento “Blair mentiroso”. Tal como acontece com *Brexit*, tentar fazer um jogo de palavras equivalente em português acabaria por causar estranheza no leitor/ouvinte da mensagem.

¹² Consulte-se: *Britannica*, The Editors of Encyclopaedia. "Iraq War". Encyclopedia Britannica, 26 May. 2021, <https://www.britannica.com/event/Iraq-War>. Accessed 10 May 2022.

Discurso de Tony Blair em 20 de Março de 2003.

Tony Blair

Na terça-feira à noite dei a ordem para as forças militares britânicas fazerem parte de uma ação militar no Iraque. Hoje, militares britânicos estão empenhados a partir do ar, terra e mar. A sua missão: retirar Saddam Hussein do poder e desarmar o Iraque das suas armas de destruição maciça.

Sei que esta estratégia despertou uma profunda divisão de opiniões no nosso país, mas também sei que o povo britânico estará unido e terá as nossas forças armadas nos seus pensamentos e orações. As nossas forças armadas são as melhores do mundo, e tanto as suas famílias como a Grã-Bretanha podem orgulhar-se delas.

A ameaça à Grã-Bretanha de hoje não é a mesma que existia na geração do meu pai. guerra entre grandes potências é pouco provável. A Europa está em paz, a Guerra Fria já este novo mundo enfrenta uma nova ameaça de desordem e caos nascida quer de estados brutais como o Iraque, com armas de destruição maciça, quer de grupos de terrorismo extremistas. Ambos detestam o nosso estilo de vida, a nossa liberdade, a nossa democracia.

Este meu medo, já enraizado, baseado em parte na informação que recebo, é de que estas ameaças se possam acumular e provocar uma catástrofe tanto ao nosso país como ao nosso mundo. Estes estados tiranos não querem saber da santidade da vida humana, aliás os terroristas regozijam em destruí-la.

Alguns dizem que se agirmos nos tornaremos num alvo, mas a verdade é que todas as nações o são. Bali nunca esteve na linha da frente de ação contra o terrorismo, a América nunca atacou a Al-Qaeda, foi a Al-Qaeda que atacou a América. A Grã-Bretanha nunca foi uma nação que se esconde nas traseiras, mas mesmo que fôssemos, não nos serviria de nada. Se os terroristas obtiverem estas armas, que agora estão a ser fabricadas e comercializadas por todo o mundo, a carnificina que infligiriam às nossas economias, à nossa segurança, à paz mundial, iria muito além da nossa imaginação.

A minha opinião como primeiro-ministro é que esta ameaça é real, crescente e de natureza completamente diferente de qualquer ameaça convencional à nossa segurança que a Grã-Bretanha já enfrentou anteriormente.

Durante 12 anos o mundo tentou desarmar Saddam Hussein, após as suas guerras em que centenas de milhares de pessoas morreram. Inspectores de armas das Nações Unidas afirmam que grandes quantidades de venenos químicos e biológicos como o antraz, o agente neurotóxico VX e gás mostarda continuam por explicar no Iraque.

Portanto, a nossa escolha é clara: recuar e deixar Saddam enormemente fortalecido ou proceder ao seu desarmamento pela força. A retirada pode dar-nos um momento de descanso, mas creio que se seguiriam anos de arrependimento pela nossa fraqueza.

É verdade que Saddam não é a única ameaça, mas também é verdade, e nós britânicos sabemos, que a melhor maneira de lidar pacificamente com as ameaças futuras é lidar com as ameaças presentes com determinação.

A destituição de Saddam será uma bênção para o povo iraquiano, quatro milhões de iraquianos estão em exílio, 60% da população está dependente da ajuda alimentar, milhares de crianças morrem todos os anos devido à desnutrição e doenças, centenas de milhares foram expulsas das suas casas ou assassinadas. Espero que o povo iraquiano ouça esta mensagem, nós estamos convosco, o nosso inimigo não sois vós, mas os vossos governantes bárbaros.

O nosso compromisso com o esforço humanitário pós-Saddam será total, ajudaremos o Iraque a avançar para a democracia, e colocaremos o dinheiro do petróleo iraquiano num fundo fiduciário da ONU para que beneficie o Iraque e mais ninguém.

O Iraque também não deve ser a nossa única preocupação, o Presidente Bush e eu comprometemo-nos com a paz no Médio Oriente com base num Estado de Israel seguro e num Estado palestino viável. Esforçar-nos-emos por fazê-lo.

Mas estes desafios e outros que se avizinham, a pobreza, o ambiente, as doenças que nos assolam, exigem um mundo de ordem e estabilidade. Ditadores como Saddam e grupos terroristas como a Al-Qaeda ameaçam a própria existência de tal mundo.

É por isso que pedi às nossas tropas para entrar em ação esta noite.

Como tantas vezes antes, da coragem e determinação dos homens e mulheres britânicos, ao serviço do nosso país, depende o destino de muitas nações.

Obrigado.

2.1.4. Contextualização e tradução de “Speech on Improving Parenting” (2005)

Em 1998, o governo trabalhista promulgou a lei *Crime and Disorder Act* no âmbito de diminuir a criminalidade e na qual foram também introduzidas as *Anti-Social Behaviour Orders*, também conhecidas como “*Asbos*”, destinadas a combater os crimes de desordem menos graves, como furtos, intimidação e embriaguez dentro das comunidades.

Em 2005, no terceiro mandato de Blair, a Grã-Bretanha parecia estar a passar por uma fase turbulenta socialmente, como demonstra um aumento acentuado da criminalidade e do tráfico de drogas. Tanto a polícia como os funcionários dos setores públicos e da educação pareciam não estar preparados para lidar com esta crise social de forma eficaz pois lutavam para conseguir atingir os objetivos burocráticos que lhes eram pedidos.

Após um atentado suicida em Londres a 7 de Julho de 2005, no qual extremistas islâmicos fizeram explodir bombas e mataram 54 pessoas, Blair começou a realçar a necessidade da existência de uma cultura comum em vez dos vários grupos étnicos que se separavam em diferentes comunidades (BBC News).

Neste discurso, Tony Blair anuncia várias reformas para ajudar os pais na educação dos filhos, resolver os problemas da criminalidade nas camadas mais jovens e do tráfico de droga, valorizando a importância do sujeito na comunidade, numa relação em que todos dão e recebem.

"Discurso sobre a melhoria da parentalidade", Watford 2005.

Tony Blair (Partido Trabalhista)

Watford.

Muito obrigado a todos, obrigado por terem vindo. É bom estar novamente aqui em Watford e dizer a todos que sei que esta é uma zona importante, e agradecer a muitos de vós, que sei que têm trabalhado muito para tentar fazer a diferença aqui.

Talvez antes de começar o meu discurso, espero que me perdoem se eu disser algo sobre os acontecimentos recentes na América. Todo o nosso país está triste pelos povos da costa do Golfo da América que foram afetados por uma terrível, terrível tragédia natural. Queremos expressar a nossa empatia e solidariedade e oferecer as nossas orações e pensamentos às pessoas que foram afetadas pelo que aconteceu. Tal como disse ao presidente ontem, este país estará pronto para ajudar no que for possível. Mas sei que as pessoas, particularmente as pessoas que sabem o que se passou, que conhecem pessoas naquela zona, lamentam profundamente tudo o que sucedeu.

Agora gostaria também de dizer, antes de começar o meu discurso previamente preparado, que estive numa reunião hoje cedo com pais que, por uma variedade de razões e por formas muito diferentes, tinham aceite ajuda com a parentalidade, e penso que a primeira coisa a dizer, embora o fio condutor de hoje seja o Plano do Respeito¹³, o comportamento antissocial, a criminalidade, a forma como a abordamos, é que o problema da parentalidade é algo que afeta, bem, afeta qualquer pessoa que seja pai ou mãe, e digo sempre às pessoas que o trabalho de Primeiro-Ministro é difícil, por vezes penso que o trabalho de Ministro da Administração Interna é pior e é por isso que o fazes, Charles, mas o trabalho de ser pai é difícil, para quem quer que seja e qualquer que seja a sua situação. Isto deve-se parcialmente ao facto de que o stress e as dificuldades da vida moderna são maiores, temos mais pressão em cima de nós para tentarmos equilibrar o trabalho e a vida em família. Isto é porque os nossos filhos tendem, de formas que por vezes não queremos, a crescer muito mais cedo do que as crianças cresciam quando eu era jovem e embora existam muitas influências benignas

¹³ NT: A *Respect Agenda* ou Plano do Respeito, como foi aqui traduzido, foi um plano implementado pelo governo trabalhista para resolver os problemas de comportamento antissocial, ou *Asbo*, que visava uma intervenção precoce nos sujeitos de risco com programas de ajuda à parentalidade, para melhorar o desempenho escolar e com criação de atividades dinâmicas para os jovens, como o desporto e as artes. Consulte-se Casciani, Dominic. "BBC Q&A: Respect Agenda." BBC News. 2006. http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4597378.stm

na nossa sociedade, existem também muitas malignas: os perigos de abuso do álcool ou das drogas, as dificuldades quando os miúdos se começam a relacionar com outros miúdos que são más influências e a lista continua. Ser pai não é uma tarefa fácil, ser uma criança também não é uma tarefa fácil na nossa sociedade atual e quando falamos deste assunto, temos isso em consideração.

Uma outra coisa que queria também dizer no início é que reconhecemos uma responsabilidade no governo de lidar com ambas as partes deste plano. Agora, há uma parte difícil e uma parte de aplicação da lei, mas há também uma parte que tem a ver com apoio, tem a ver com programas como o *Sure Start*¹⁴, tem a ver com o desenvolvimento de ajuda adequada para as pessoas, tem a ver com o New Deal para as comunidades, tem a ver com o investimento em instalações para os jovens, tentando encorajar os jovens a praticarem desporto e assim por diante, e assegurando que há coisas para eles fazerem nas suas comunidades locais.

Bem, a ausência de todas essas coisas não desculpa as pessoas terem maus comportamentos, mas penso que se formos sensatos a este respeito, reconhecemos que a criação das infraestruturas certas de apoio, instalações, coisas e amenidades que as pessoas podem utilizar na sua comunidade, é na realidade uma parte importante da abordagem desta questão.

Chamámos a este Plano Respeito e é algo que me é muito querido há muito tempo, já antes de me tornar líder da oposição, quanto mais primeiro-ministro, e o que está realmente em causa é isto: é como mudamos não só a lei, mas a cultura do nosso país para voltar a colocar a maioria cumpridora da lei no comando das suas comunidades locais. O comportamento antissocial, particularmente a criminalidade violenta, permanecem no topo da preocupação do público e com razão, desde pequenos atos de vandalismo a consumo excessivo de álcool, até a graves crimes relacionados com droga e armas, existem aspetos da vida de hoje na Grã-Bretanha que são totalmente inaceitáveis. Não estamos sozinhos nestes problemas e as raízes por vezes são muito, muito profundas, mas não há causa ou justificação para o derrotismo, para dizermos que não há nada que possamos fazer a este respeito.

¹⁴ NT: *Sure Start* foi um programa implementado pelo governo trabalhista de forma a apoiar crianças com menos de 4 anos e as suas famílias em zonas desfavorecidas, ao proporcionar-lhes o melhor começo de vida possível, com oportunidades iguais na educação e na saúde. Consulte-se Berg, Viktor. "What is a Sure Start Children's Centre? Reviews for Day Nurseries & Nursery Schools", 16 de Fevereiro de 2021. <https://www.daynurseries.co.uk/advice/what-is-a-sure-start-childrens-centre>

Agora devemos, antes de mais, eliminar dois mitos nesta área. Um deles é que as notícias sobre a criminalidade são todas sombrias. Não são, a polícia está a fazer um trabalho fantástico juntamente com agentes de apoio comunitário e comunidades locais para combater o crime. Desde 1997 a criminalidade diminuiu, o furto de carros e os assaltos, mais de 40% e isto é o primeiro período do governo, desde a guerra, em que tal acontece.

Muitas das dificuldades surgem, como saberão, e provavelmente já leram muitas das estatísticas sobre a criminalidade, torna-se imensamente confuso, uma delas, porque têm o inquérito sobre a criminalidade na Grã-Bretanha, é a medida da preocupação do público com o crime e o crime registado, que é o crime que a polícia realmente regista. Estes são dois conjuntos diferentes de estatísticas, tornaram-se muito confusos para as pessoas, e depois, só para confundir ainda mais a posição, a polícia, por razões muito sensatas, mudou de facto a base do registo do crime e, por isso, tem-se frequentemente três conjuntos de números ao mesmo tempo. É difícil, por isso, por vezes, para as pessoas entender este quadro e além disso é muito importante salientar que se for vítima de um crime, não importa muito o que dizem as estatísticas, é o seu próprio sentimento pessoal e a afronta à sua dignidade e à sua qualidade de vida que lhe interessam e não se o seu caso é subtraído ou adicionado a um conjunto de estatísticas. Mas é relevante mencionar isso. As notícias não são sombrias de todo. Na verdade, o crime diminuiu e sobretudo o crime registado, em relação aos crimes violentos, mas se olharmos novamente para as estatísticas, a violência doméstica e as violações sexuais têm aumentado. Na verdade, a esmagadora probabilidade é de que, como a polícia está a incentivar as pessoas a fazerem queixa de casos de violência doméstica e a registá-los, não estejam a acontecer mais, mas estão a ser registados mais e isso é uma coisa boa, não uma coisa má.

No entanto, a questão não tem a ver com estatísticas, mas sim com perceção e, com demasiada frequência, com uma feia realidade que faz com que as pessoas tenham medo e se zanguem com a pequena minoria que faz da vida um inferno para a maioria decente.

O segundo mito, se assim posso dizer, é que o governo ou a polícia e as autoridades têm andado a mandriar nos últimos anos. Na verdade, temos agido repetidamente para tentar dar à polícia e a outros os poderes de que necessitam. Foi a

Lei do Crime e Desordem de 1998¹⁵ que introduziu os Planos de Comportamento Antissocial¹⁶. Agora foram atualizados uma e outra vez e racionalizados à medida que precisamos de fazer melhorias, mas foram os planos de parentalidade e os contratos de comportamento aceitável, novamente introduzidos em 1998, e depois houve nova legislação para os avisos de sanções fixas e para outras formas de assegurar que houvesse uma ação adequada e imediata sobre o comportamento antissocial, que foram introduzidas na legislação de 2003. Por exemplo, há quase 100.000 avisos de sanções fixas que foram emitidos ao longo dos últimos anos. Costumávamos ter problemas, por exemplo, com bandos de jovens nas esquinas das ruas, e ainda temos em muitas partes do país, mas mais uma vez foram introduzidas ordens de dispersão para lidar com isto. Assim, o poder para fechar casas usadas por traficantes de droga, o poder para lidar com coisas como graffiti e vandalismo, afixar cartazes e assim por diante, tudo isto foi introduzido, com números extra de polícia e números extra de agentes de apoio comunitário, e existem exemplos reais de sucesso, eu próprio já vi alguns.

É importante compreender que, mais uma vez, não é que tudo isto esteja perdido, e algumas das pessoas que conheci anteriormente hoje são pessoas que mudaram as suas próprias vidas e a vida da sua comunidade como resultado das mudanças que foram feitas. Mas, e tem de ser um grande mas, a verdade é que ainda há muito a fazer, e nós sabemos isso. Apesar de ser verdade que foram dados novos poderes à polícia e às comunidades locais, e os números da polícia estão mais altos do que nunca, estando algumas coisas a melhorar, ainda existem demasiadas comunidades a viver com medo e demasiados exemplos, alguns bem conhecidos, outros nem tanto, do que eu chamaria atos de violência graves e aleatórios que chocam, não apenas pelas suas consequências para a vítima, mas pelo que dizem sobre a cultura e psicologia da minoria sem lei na nossa comunidade.

E quando disse no início que precisávamos de mudar a nossa cultura, bem como a nossa lei, deixem-me explicar o que quero dizer com isso. Na raiz disto não está apenas um conjunto de atos individuais de violência ou comportamento antissocial. A

¹⁵ NT: Lei aprovada no âmbito de combater o comportamento desordeiro e a criminalidade, abolindo a ideia de que uma criança entre os 10 e os 13 anos não tem intenção criminosa, estabelecendo novas penalizações também aos pais e incentivando a prevenção de tal comportamento. Consulte-se: "Crime and Disorder Act 1998." *The Guardian*, Guardian News and Media Limited, 19 Jan. 2009, www.theguardian.com/commentisfree/libertycentral/2009/jan/13/crime-disorder-act.

¹⁶ NT: Consulte-se "BBC Q&A Anti-social behaviour orders". BBC News. 20 March 2002. <https://www.bbc.com/news/uk-politics-10792686>

razão pela qual lhe chamo um Plano do Respeito é esta: Não são os atos criminosos que são maus por si só, embora sejam, evidentemente, mas sim o que eles indicam cumulativamente, que é o desrespeito pelas outras pessoas, pelos seus direitos, pela comunidade, quando as comunidades só conseguem funcionar com regras de conduta civil que todos devem estar preparados para aceitar, para dar e receber e, especialmente, com respeito pelos outros. Essa é a única forma de fazermos as coisas funcionarem. E a importância da família nisto é que é na família que primeiro temos de aceitar a ideia de dar e receber, do respeito pelas outras pessoas, e temos de assegurar que se tem em conta os outros, bem como nós próprios. E sei que isto pode parecer trivial, mas não creio que seja, no seu nível mais baixo trata-se na verdade apenas de boas maneiras para com as outras pessoas e de um comportamento adequado para com elas, de lhes mostrar algum respeito. No seu pior nível, claro, é uma total indiferença para com qualquer outra coisa que não seja para consigo mesmo, quando se tem traficantes de droga na rua, ou pessoas que se tornam violentas depois de beberem demasiado álcool, ou um total desrespeito pelo efeito que o seu comportamento tem na vida dos outros. Para confrontar e mudar essa cultura, que mais uma vez realço ser característica de uma minoria, não da maioria, novas leis não conseguem fazer o trabalho todo, ao fim ao cabo apenas lidam com as consequências, mas conseguem indicar uma nova abordagem e determinação por parte dessa maioria de que está na altura de nos impormos.

No entanto, acredito que isto só acontecerá se o sistema de justiça penal e a sua cultura também mudarem. E é aqui que quero dizer uma coisa e acho que as pessoas até podem achá-lo difícil, mas creio que seja fundamental apontá-lo: o sistema de justiça penal que temos neste país ainda pergunta, primeiro que tudo, como havemos de proteger os arguidos de possíveis transgressões do estado ou da polícia? Essa é a verdadeira atitude que o sistema de justiça penal tem em mente. E eu acho que a primeira pergunta deveria ser: como é que havemos de proteger a maioria da minoria perigosa e irresponsável? Por outras palavras, coloquei esta questão no sentido inverso, e um sistema de justiça penal que não o faz, ou seja, não protege a maioria nem protege o seu direito a ter respeito por parte das pessoas a quem mostram respeito, é um sistema de justiça penal que não é de facto justo e esse é o problema que temos.

Agora o que isso significa é emitir não só uma série de novas leis, mas também sinais, através do sistema, que deixem claro que é assim que as coisas vão ser. Agora o que o governo está a tentar fazer é introduzir toda uma série de coisas que irão ajudar.

Uma é, por exemplo, com uma nova agência de Crimes Graves e Organizados que surgirá no próximo ano e tentará montar todo um sistema, um novo sistema para tentar combater o crime organizado. Outras são coisas a fazer, por exemplo, com a apreensão de bens de traficantes de droga e pessoas que estão a traficar drogas, a garantia de que podem ser despejados dos locais de onde negociam, que se estiverem na rua e tiverem dinheiro com eles, que o dinheiro lhes pode ser confiscado, toda uma série de poderes relacionados, existe a legislação para o comportamento antissocial como referi anteriormente. Depois existe também o problema do que devemos fazer quando, às vezes, o comportamento antissocial resulta de crianças bastante novas com mau comportamento, que acabam por nunca passar pela panóplia do sistema de justiça penal, e como é que tentamos fazer com que os pais dessas crianças tenham o bom senso de que têm de facto a responsabilidade de garantir que os seus filhos se comportam corretamente e como é que os ajudamos a fazer isso.

Sabem, há alguns anos provavelmente a conversa sobre o tipo de planos de parentalidade e aulas parentais e o apoio às pessoas como pais, ou teria parecido algo bizarra ou perigosa, e de facto ainda há pessoas que vêem isto desta forma: é um aspeto do estado paternalista ou estamos a interferir com os direitos do indivíduo. E penso que a questão é esta, precisamos de dar esse apoio às pessoas e precisamos de o fazer especificamente em circunstâncias em que se não dermos esse apoio, e também pressionarmos as pessoas a enfrentarem as suas responsabilidades como pais, elas acabam por ter um impacto em toda a sua comunidade local. Portanto, não é algo que possamos simplesmente dizer que depende apenas de si, se o faz ou não corretamente, porque infelizmente a forma como o faz irá afetar a vida de outras pessoas.

Agora uma coisa que me pareceu muito forte quando falei com as pessoas há pouco foi que se trata realmente de dar apoio às pessoas e também uma oportunidade, não se trata apenas de punir severamente as pessoas. Agora, acho que as pessoas precisam de entender se os seus filhos estão fora de controlo e se estão a incomodar a sua comunidade local. Se for o caso, algo irá ser feito, não podem sair impunes. Por outro lado, se queremos resolver este problema realisticamente também precisamos de disponibilizar algum apoio e ajuda. É esse o equilíbrio que queremos atingir.

E anuncio hoje que ainda este ano vamos delinear planos para uma grande extensão do uso de planos e contratos de parentalidade. Os planos de parentalidade oferecem um programa de atividades para apoiar os pais, definem os seus direitos e responsabilidades. Por exemplo, um plano de parentalidade pode esclarecer aos pais a

sua responsabilidade de garantir que os seus filhos vão à escola, que frequentam clubes de literacia e numeracia ou que frequentem programas que lidem com problemas tão variados como a gestão de raiva ou abuso de álcool e drogas. Os planos de parentalidade podem também impedir as crianças de visitar áreas como os centros comerciais, assegurar que uma criança está em casa a ser supervisionada durante a noite, onde for necessário. Os próprios pais podem ser forçados pelo plano a aceitar apoio e conselhos sobre como trazer disciplina e regras à vida dos seus filhos. Um plano pode, por exemplo, garantir que os pais fazem face a problemas como não ir a reuniões de pais, quando os seus filhos têm mau comportamento na escola, ou se forem incapazes de controlar os seus filhos em casa.

Estes requisitos podem ser aplicados durante um período de 12 meses, o que assegura que as lições são aprendidas e o comportamento é alterado para sempre. Os planos de parentalidade são também uma ordem judicial e, por conseguinte, têm de ser levadas a sério por aqueles que lhes estão sujeitos, e embora a maioria dos pais que recebem estes planos possam inicialmente reagir de forma negativa, penso que muitas vezes acabam por valorizar o apoio que recebem e a grande maioria cumpre de facto os planos.

É por isso que acreditamos que um leque mais vasto de autoridades, tais como assistentes sociais e equipas locais de comportamento antissocial, devem ser permitidas nos planos de parentalidade. As escolas também podem ser autorizadas a candidatar-se a propostas para serem consideradas pelo grupo que está a ser criado para disciplina escolar. Estes novos poderes também vão ser aplicados a crianças mais pequenas e isto é algo muito importante. Demasiadas vezes ficamos mais perturbados quando o problema fica incrivelmente sério. Talvez fosse mais sensato se interviéssemos um pouco mais cedo e tentássemos evitar que o problema surgisse de uma forma tão grave. Portanto, isto aplicar-se-á não só onde se têm cometido delitos criminais, ou onde as crianças tenham sido, diga-se, excluídas da escola, como é o caso atualmente, mas também se estiverem a mostrar a propensão para se envolver em comportamento antissocial, se estão a começar a sair da linha, assegurando que lidamos com as crianças antes que essas situações se concretizem. Sinceramente, ainda não há muito tempo existia uma sensação de fatalismo sobre o comportamento antissocial, era quase como se as pessoas aceitassem que era inevitável e que não havia nada a fazer. Acredito que, com a mistura certa de sanções e de apoio, conseguimos preveni-lo. Programas de apoio às famílias, iniciativas de educação parental que ofereçam apoio, formação e conselhos

práticos dentro de um currículo claro, mostraram ser muito bem sucedidos. Por exemplo, para além de olharmos para algumas práticas em Bristol, que estávamos a examinar esta manhã, também estamos a observar de perto o Projeto das Famílias Dundee que não só oferece apoio intensivo a famílias como também as coloca sob condições rigorosas de cooperação, sendo que o seu incumprimento poderá resultar numa condenação.

A experiência dos últimos anos mostra a extensão deste problema e mostra também a extensão da nossa preocupação. Mas nunca acreditei que devemos ser derrotistas no que toca a estes problemas. Há coisas que podem ser feitas para mudar estes problemas, mas tal como disse Charles logo no início, nada irá mudar a menos que ponhamos em prática o sistema certo dentro do sistema de justiça penal, as leis certas, se estamos a pôr em prática as medidas certas de apoio e sanções quando necessário e se é algo em que toda a comunidade se envolve.

Uma das coisas que aprendi ao longo dos últimos 8 anos como Primeiro-Ministro, e ficarão satisfeitos por saber que aprendi alguma coisa, é que por vezes existe o perigo no governo de pensar que se pode sempre resolver todos os problemas. Não posso educar os filhos das pessoas por elas e, pessoalmente, não posso andar na rua para ter a certeza de que está tudo bem nas comunidades locais. Contudo, o que posso fazer é fornecer os poderes necessários à polícia, às autoridades locais e àqueles que precisem, permitir que as comunidades locais retomem o controlo das suas próprias comunidades utilizando estes poderes e fornecer o sistema correto de sanções e apoio às famílias onde deles necessitam. É isso que pretendemos fazer. E acho que há uma grande mudança que está a ocorrer em todo o nosso sistema de justiça penal neste momento. Pode parecer que está apenas no início, mas quero vê-la intensificada e desenvolvida nos próximos anos: a ideia de que a maioria que respeita a lei e que quer viver numa sociedade de responsabilidade e respeito mútuos, que reconhece que para uma comunidade funcionar de forma sensata, tem de haver esse sentido de respeito por outras pessoas e respeito dado a outras pessoas. Algo que não iremos alcançar a não ser que tenhamos um sistema de justiça penal e um conjunto de medidas de apoio estabelecidas que nos permita lidar de um modo fundamental com este problema do comportamento antissocial e do desrespeito.

Isto significa mudar a maneira como a lei funciona de uma forma que, honestamente, há uns anos as pessoas não achariam aceitável. Então, por exemplo, serão dados poderes à polícia com os quais irão poder encerrar bares e clubes onde

ocorrem lutas todas as quintas, sextas e sábados à noite e proceder a uma revisão da licença do bar ou do clube. Serão utilizados mais avisos de penalização, trata-se de uma multa sumária em que a pessoa é normalmente levada para a esquadra da polícia onde lhe é passada uma multa, haverá também o poder para despejar pessoas que estejam a causar distúrbios nas suas casas, se for o caso em que estejam continuamente a afetar a vida de todas as outras pessoas, para que os traficantes de droga possam ser despejados das casas que usam para o tráfico, e estas são medidas que irão ser postas em ação muito rapidamente. Por outras palavras, não terão de ser submetidas a longos períodos de avaliação onde demoram muito tempo a começar a ser executadas. Penso que esta é a única forma de conseguirmos lidar com a situação.

Uma das razões pelas quais iniciámos a legislação especial sobre o comportamento antissocial foi o facto de ter surgido de conversas que eu estava a ter quando andava por diferentes partes do país onde as pessoas sentiam literalmente que a sua comunidade tinha fugido completamente do seu controlo. E quando costumava falar com agentes da polícia sobre isto e dizia: “Bem, se há algum graffiti ou vandalismo, o que é que vão fazer em relação a isso?” Quer dizer, podem tentar acusá-los e é verdade, a polícia poderia, em teoria, acusar as pessoas, mas a partir do momento em que tivessem todo o trabalho que precisavam de fazer, passar pelo processo complicado de o levar a tribunal que culmina em meses de trabalho para a polícia e a verdade é que simplesmente não iria ser feito, era um fardo completamente desproporcional colocado nos ombros das forças policiais para que a situação fosse resolvida. E todo o objetivo da legislação de comportamento antissocial é alterar os termos de troca se assim o desejarmos, alterar as regras do jogo, garantir que quando precisamos de agir rapidamente, somos capazes de o fazer.

E a última coisa que queria dizer é isto: vocês são todos pessoas que estão envolvidas de uma forma ou de outra nesta área. Existe legislação sobre esta questão, mais legislação, que temos em consideração neste momento. O que precisamos é do vosso feedback sobre as coisas que estão a funcionar, as coisas que não estão a funcionar, as coisas que deveríamos estar a fazer melhor e que não estamos a fazer, queremos saber de qualquer coisa que considerem ser de importância fundamental para realizar este trabalho para que, quando viermos a desenvolver esta próxima fase de legislação e de medidas, estejamos de facto a fazer o correto, não de acordo connosco sentados no governo, em Whitehall, ou em Downing Street, em Westminster, abstraídos do mundo real, mas com o que vai de facto funcionar nas ruas das comunidades locais.

Agora, algumas das pessoas aqui presentes são vencedoras do Prémio Taking a Stand, dado àqueles que mostram empenho em combater o comportamento antissocial, e todos vocês são pessoas que mostraram que é possível fazê-lo, todos vocês são pessoas que mostraram que, na verdade, o fatalismo que agarra muitas das partes do sistema, o derrotismo não se justifica. Mas é difícil, exige muito trabalho nas comunidades locais, exige muito entusiasmo, dinamismo, energia e empenho das pessoas. A nossa tarefa como governo é permitir que isso aconteça mais facilmente, mas precisamos do vosso feedback para que seja feito corretamente.

Portanto, o que estou realmente a assinalar hoje, bem como a anunciar estas mudanças no uso das ordens parentais e como podemos dar o equilíbrio certo de sanções e apoio em relação a pessoas que, no papel de pais, têm problemas que estão a afetar toda a comunidade. Além disso, estou a indicar que queremos levar isto a um novo nível nos próximos meses, mas precisamos do feedback da rua, da comunidade, das pessoas realmente empenhadas em fazer o trabalho certo para o conseguir.

E assim, o discurso de hoje faz parte de um processo que irá continuar nos próximos meses, no qual quanto mais nos for dada a informação de que necessitamos, mais poderemos então, por assim dizer, testar qualquer das propostas que temos no mundo real, não no mundo teórico, mas no mundo real, e mais fácil será fazer a diferença aqui.

Não acredito que neste mundo moderno precisemos de viver num país onde existe este desrespeito por outras pessoas, não precisamos de o fazer. A verdade é que se somos países civilizados que têm avanços materiais tremendos, que conseguiram levar as nossas economias a um nível elevado e todo o resto, que gozam de uma qualidade de vida que francamente os nossos avós teriam considerado absolutamente extraordinária. Se conseguirmos fazer tudo isto, podemos certamente encontrar o caminho certo para trazer de volta aquele precioso respeito com que muitos de nós crescemos e que valorizamos, da forma correta para o mundo moderno e é disso que se trata. Não é uma noção muito complicada, mas é uma noção muito desejada e espero que juntos possamos alcançá-la.

2.1.5. Contextualização e tradução de “Post Brexit Britain”(2021)

Ao contrário do que se possa pensar, o *Brexit* é algo que já vem a ser discutido antes de 2020. Em 1975, foi realizado um referendo sobre a permanência, ou não, da Grã-Bretanha na UE, tendo o resultado sido favorável à sua permanência.

Após a Cimeira dos países líderes da União Europeia em Bruxelas, em 2016, o Conselho Europeu anunciou reformas relativamente à integração britânica na União Europeia, solicitadas pelo conservador David Cameron, que à data era primeiro-ministro, numa tentativa de evitar a saída do Reino Unido da UE. Cameron juntou-se a Jeremy Corbyn, à data o líder do Partido Trabalhista, na campanha *Remain*, enquanto a campanha da oposição *Leave* foi dirigida por Boris Johnson, atual primeiro-ministro britânico. As referências para estas informações encontram-se como nota da tradutora (NT) na tradução do discurso.

Em 2019, já com Boris Johnson nesse cargo, o parlamento britânico aprovou o texto que permitiu finalizar a saída do Reino Unido. Em 2020, deu-se início a um período de transição, de forma a ambas as partes negociarem a sua futura relação. Foi atingido um consenso no dia 24 de Dezembro do mesmo ano, oficializando o *Brexit*.

Em Dezembro de 2019, surgiu na China a doença SARS-CoV-2, também conhecida por COVID-19, tendo sido declarada a 11 de Março de 2020 como sendo uma pandemia. A situação implicou a implementação de quarentena em vários países do mundo, fechando fronteiras terrestres e áreas, com restrições de viagens, fecho de instalações e mudança do trabalho e das aulas presenciais para teletrabalho. Tudo isto causou insegurança e instabilidade social e financeira a nível global, expondo as fragilidades na sociedade e a falta de acesso aos cuidados de saúde para muitas populações, bem como a falta de preparação dos governos e dos sistemas de saúde para lidar com uma pandemia.

Neste discurso, Tony Blair aborda num tom quase de advertência que se deve usar o *Brexit* como um catalisador para a mudança, no sentido de melhorar as falhas que a pandemia expôs, tanto a nível do governo como socialmente.

A Grã-Bretanha pós Brexit: Podemos ser bem sucedidos mas é a mudança ou a ruína

Discurso de Tony Blair na Chatham House, sexta feira, dia 15 de Janeiro de 2021 às 13h00

Fiz campanha contra o Brexit tão veementemente e durante tanto tempo porque acreditava que era um erro estratégico, não só político como também de destino. Ainda não mudei de opinião quanto à sua sensatez, mas mas a realidade é o que é. Fizemo-lo. Devemos viver com isso. E devemos tirar o maior proveito possível disso. Como disse recentemente, se um regresso à Europa vier a ser realizado por uma nova geração, a Grã-Bretanha deverá fazê-lo como uma nação de sucesso que a Europa está desejava de receber e não como um mendigo sem mais opções.

De qualquer forma, devemos aproveitar e ver nas consequências do Brexit uma oportunidade e uma obrigação de revitalizar o nosso país e a sua posição no mundo, fazendo da necessidade uma virtude. Para prosperar após o Brexit, a Grã-Bretanha deve mudar radicalmente. Já não se trata de “sair ou ficar”¹⁷ mas sim de “mudar ou cair na ruína”.

O Brexit obriga precisamente a isso porque sem essas mudanças, o futuro da Grã-Bretanha é inevitavelmente mais pobre e mais fraco.

Os defensores do Brexit entram em pânico com esta afirmação ríspida, mas é aqui que deve começar qualquer debate sensato sobre o futuro. Tal como o Brexit é uma realidade, também as suas consequências a curto prazo o são. Isto não quer dizer que a longo prazo, estas consequências não possam ser revertidas, e que o futuro da Grã-Bretanha não seja promissor.

Acredito que o poderá ser, mas é necessário reconhecer que se deixarmos estes espaços de decisão sobre a mais relevante União política e “desliberalizar” o nosso comércio no maior mercado comercial do mundo, tanto à nossa porta como no nosso continente, o efeito imediato não pode ser outro senão o de perder poder político e enfrentar circunstâncias económicas mais difíceis.

¹⁷ NT: Consulte-se: Josephson, Paul R. “United Kingdom - The ‘Brexit’ Referendum.” *Encyclopedia Britannica*, www.britannica.com/place/United-Kingdom/The-Brexit-referendum. Accessed 7 April 2022.

Portanto, a resposta correta é utilizar o Brexit como um choque, um catalisador para a mudança que é necessária mesmo sem o Brexit, e que poderia ter sido feita sem ele, mas que, devido ao desafio que representa, o Brexit possibilita de certa forma.

Assim sendo, num discurso que se pretende curto, apresento algumas breves ideias, embora cada uma merecesse ser mais desenvolvida.

Primeiramente, um país é mais influente e poderoso a nível externo se for bem sucedido a nível interno. As pessoas irão prestar-nos mais atenção, ter as nossas opiniões mais em consideração, estarão mais dispostas a ser nossas aliadas se a nossa economia for forte, a nossa sociedade coesa, se olharem para nós e virem uma nação a ser tomada como exemplo.

A Grã-Bretanha tem muitos pontos fortes: algumas empresas a nível mundial, incluindo nas novas tecnologias, um setor financeiro proeminente, as nossas Universidades como centros de inovação, a língua inglesa, uma boa localização geográfica e, apesar de todas as divisões causadas pelo Brexit, somos maioritariamente uma democracia liberal e tolerante em termos sociais. Nem as questões climáticas, nem a política identitária nos divide tanto como o rancor em relação aos Estados Unidos.

Devemos aproveitar os pontos fortes e desenvolvê-los. O objectivo deve ser colocar-nos na vanguarda da inovação tecnológica e fazer da Grã-Bretanha o melhor lugar do mundo para fazer negócios. Precisaremos de grandes reformas nos nossos serviços públicos, na segurança social, nas nossas regiões e na nossa infraestrutura como parte de uma grande visão, um grande plano para a renovação económica e social da Grã-Bretanha. É fácil falar. Difícil de fazer. Principalmente depois da Covid-19. E não nos podemos dar ao luxo de perder qualquer parte do Reino Unido durante o processo.

Em segundo lugar, precisamos de rever e reformular as nossas alianças. Uma coisa que aprendi nos 10 anos em que fui Primeiro-Ministro, é que as alianças só realmente se solidificam se estivermos preparados para gastar capital político para as assegurar. Todos podem ser “amigos” quando a coisa está fácil. É quando os nossos aliados nos vêem a tomar decisões difíceis para manter a aliança que ganhamos o seu respeito e, por conseguinte, a vantagem. Por isso, precisamos voltar a criar pontos de conexão e de maior profundidade com os nossos dois aliados-chave: Europa e os EUA. Mesmo após o Brexit, ainda há muito a fazer com a Europa: preparação para as alterações climáticas e para futuras pandemias; cooperação energética; auxílio; uma

frente comum em aspetos de política externa e de defesa. Com alguma imaginação, consigo ver-nos a cooperar com países europeus em áreas como o quadro regulamentar para grandes empresas de tecnologia ou em Investigação e Desenvolvimento.

Temo que os problemas não resolvidos após o acordo do Brexit possam vir a ser um impedimento. Ainda assim, se subordinarmos a política nacionalista estrita a uma verdadeira política de interesse nacional, podemos trabalhar em conjunto numa aliança produtiva.

Juntamente com os EUA, a ênfase que a nova administração confere ao clima dá-nos uma parceria imediata com a Cimeira sobre o clima em Glasgow, no mês de Dezembro. Do mesmo modo, a nossa liderança no G7 deve permitir-nos trabalhar de perto com os EUA sobre como devemos resolver as enormes lacunas dos sistemas de saúde por todo o mundo, expostas pela Covid-19.

A nossa aliança com a América tem como pilares a segurança, defesa e economia. E poderão existir mais. Poderíamos tornar-nos parceiros em construir e desenvolver apoio para os nossos valores democráticos, por exemplo. O poder está a deslocar-se para o Oriente e dentro de algumas décadas a estrutura de poder geopolítico do mundo será muito diferente. A Índia acabará por se tornar um gigante global. Deveríamos apostar seriamente nessa relação. Nas últimas duas décadas a Grã-Bretanha construiu uma postura moderna dentro do continente africano, um continente em constante ascensão. Temos grandes relações no Golfo, no Médio-Oriente e temos vindo a desenvolver uma relação próxima com o Japão e com o Sudeste Asiático. O que quero dizer é que há muito a acontecer agora a nosso favor, mas precisamos de trabalhar o dobro para provarmos o nosso valor.

Em terceiro lugar, a China é um outra questão por si só. Atualmente, os países ocidentais estão sem um esquema estratégico de envolvimento, divididos entre parecerem apaziguar um Estado Chinês muito mais agressivo e poderoso e transformarem a China no equivalente da União Soviética do século XXI. A Europa vai estar sob muita pressão dos EUA para uma aliança no que é praticamente a única área bipartidária da política externa: o confronto com a China.

O Reino Unido, novamente, com alguma criatividade, pode ajudar a construir uma ponte entre estas duas posições, traçando um caminho para assegurar pelo menos algum espaço de diálogo e de cooperação com a China, mesmo quando o Ocidente a confronta e compete com ela quando necessário.

Em quarto lugar, temos um sólido Ministério dos Negócios Estrangeiros que integra o antigo Departamento de Desenvolvimento. Não estava de acordo com a junção de ambos e oponho-me ao corte no financiamento pois acredito que irá enfraquecer as nossas reivindicações globais. Apesar disso, ainda temos um largo orçamento. Esta junção, se bem utilizada, poderá tornar a nossa política externa mais coerente e influente.

Em quinto, as nossas Forças Armadas são respeitadas em todo o mundo. Deveríamos investir nelas e pô-las na vanguarda da inovação militar no que toca a soldados, recursos e operações militares. Devemos aspirar a ser líderes do pensamento. Não conseguimos alterar o nosso tamanho mas, perdoem o clichê, os países conseguem “dar um passo maior que a perna”. Essa deve ser a nossa ambição. Quando olho para alguns países com os quais o meu Instituto trabalha, alguns têm uma população pequena, mas o alcance que têm é desproporcional ao seu tamanho. O Reino Unido é muito maior, mas a lógica é a mesma. No entanto, existe algo que estes países têm em comum: têm uma liderança política preparada para tomar decisões políticas duras, corajosas e ousadas. E é aqui que a situação da política britânica me deixa nervoso. Os dois principais partidos políticos têm contradições para resolver.

A coligação do Brexit que deu ao Partido Conservador a vitória eleitoral consiste nuns que vêem o Brexit como o facilitador de uma nova Grã-Bretanha reformada e global; e noutros nomeadamente dos antigos círculos eleitorais trabalhistas do Norte que vêem no Brexit a possibilidade de regressarmos à nação que “em tempos fomos”. Um representa um pequeno “r” radical; e o outro é um pequeno “c” conservador. Também está presente no Partido Trabalhista uma tensão entre a ala modernizadora, que vê como uma mudança radical as novas formas de capital económico e social, e a sua antiga esquerda conservadora com “c” pequeno que acredita que as soluções residem no regresso às instituições tradicionais do poder coletivo e estatal.

Assim sendo, o gigantesco senão para a Grã-Bretanha é que o debate político continua na sua direção convencional de quem gasta ou cobra mais impostos, quem “apoia” mais o SNS, quem é mais generoso com a segurança social, inúmeras versões de quem melhor preserva o *status quo*, quando só através de uma análise rigorosa da forma como o mundo está a mudar é que temos qualquer hipótese de assegurar o nosso futuro.

Estas contradições podem ser resolvidas e do Brexit pode surgir uma Grã-Bretanha forte, bem sucedida e com visão para o futuro. Mas apenas se aceitarmos isto: o Brexit por si só não o vai tornar realidade. Sem ação e liderança, só irá acentuar o desafio apresentado pelas mudanças a ocorrerem no mundo, a não ser que façamos um esforço tremendo para compreendê-las, tomar-lhes as rédeas e ter controlo sobre elas.

Este é o momento da verdade, tanto para os que são a favor do Brexit como para os que são contra. As respostas não estão em ideologias desatualizadas mas em valores de união, clareza de pensamento, competência e concretização. Este é o espaço político no qual devemos viver. A alternativa é a inevitável ruína.

3. Comentário às propostas de tradução

Numa primeira leitura dos discursos, prévia à tarefa tradutória, tornou-se manifesta a existência de fatores tanto intratextuais como extratextuais, que deveriam ser tidos em conta na tradução comentada. Citando a obra de Katharina Reiss (1971/2000: 48–88), Jeremy Munday (2016: 117-118) enumera estes fatores, de forma a analisar as estratégias adequadas para a tradução de um texto, dividindo-os em duas categorias: na categoria dos fatores linguísticos encontram-se a equivalência semântica, a equivalência lexical e as marcas gramáticas e estilísticas; nos fatores não-linguísticos encontram-se a situação, a área/tema de assunto, o tempo, a localização relativamente ao país e à cultura, o público de chegada, o público de partida e características como o humor, a ironia e as emoções.

Contudo, conforme referido na Introdução, optou-se por se escolher como metodologia de apoio para a análise as estratégias tradutórias de Andrew Chesterman (2016: 91-109), devido a indicarem soluções claras para as dificuldades, e que podem ser sistematizadas do seguinte modo:

Estratégias tradutórias de Chesterman

Estratégias sintáticas	<ul style="list-style-type: none">-Tradução literal-Empréstimo/ decalque-Transposição-Mudança de tipo e organização de unidade-Mudança de estrutura sintagmática-Mudança de estrutura oracional-Mudança de estrutura frásica-Mudança de elos coesivos-Mudança de nível-Alteração de padrões de repetição
Estratégias semânticas	<ul style="list-style-type: none">-Sinonímia-Antonímia-Hiponímia-Conversão-Mudança de grau de abstração-Mudança da distribuição de elementos-Mudança de ênfase-Paráfrase-Mudança de tropo

	-Outras mudanças semânticas
Estratégias pragmáticas	<ul style="list-style-type: none"> -Filtragem cultural -Mudança de grau de explicitação -Mudança de informação -Mudança interpessoal -Mudança ilocutória -Mudança de coerência -Tradução parcial -Mudança de visibilidade -Transedição -Outras alterações pragmáticas

Segue-se a análise dos cinco TP, apontando-se a título de exemplo algumas estratégias sintáticas (ES), estratégias semânticas (ESe) e estratégias pragmáticas (EP).

3.1. Análise de “Leader’s Speech”

Neste discurso, a tradução foi feita de forma a estar o mais próxima possível da cultura da língua de chegada, recorrendo a estratégias de filtragem cultural como a domesticação, nomeadamente em expressões idiomáticas. Desta forma, pretende-se que o texto de chegada não cause estranheza no público-alvo, fazendo-se também uso das notas de tradutor para contextualizar o leitor.

Começando pela tradução do título, “Leader’s Speech”, optou-se pela tradução “Discurso do líder do partido”, visto que se trata de um discurso no congresso trabalhista de 1996, antes de Tony Blair se tornar Primeiro-Ministro, durante a sua campanha eleitoral. Ao longo do discurso foi necessário fazer alguma pesquisa relativamente às figuras enumeradas por Blair. Assim, foi necessário verificar o género da maior parte dos nomes que são evocados, particularmente o de Aung San Suu Kyi, ativista e política birmanesa. Além disso, o próprio Blair faz referência à sua alcunha de “Bambi”, que na época foi utilizada sobretudo pelos seus opositores, por ser candidato e depois se ter tornado o mais novo primeiro-ministro em 200 anos.

É mencionado também o “Scott Report”, traduzido por “Inquérito Scott”, que foi criado devido ao fracasso do julgamento relativo a Matrix Churchill. Na tradução de “report”, optou-se pelo uso da palavra “inquérito”, parecendo ser mais adequada na

língua de chegada do que “relatório”. Verificou-se em websites como a BBC que o caso foi referido como um “inquiry”, justificando a escolha.

A empresa Matrix Churchill era uma empresa envolvida na exportação de máquinas e ferramentas para o Iraque, que poderiam ser utilizadas para a produção de material militar. Três administradores foram acusados de enganar o governo, mas estes alegaram que o governo estaria a par do ocorrido. Foi dirigido pelo juiz Richard Scott e no relatório final, com 1806 páginas, foi concluído que o governo do conservador John Major não informou o Parlamento da sua decisão de adotar uma política mais liberal nas vendas ao Iraque.

Tony Blair menciona também os “Nolan Principles” e “Cash for questions” que se escolheu manter em inglês, na falta de uma tradução que não fosse confusa e também de uma tradução oficial.

Conforme se indica abaixo, na grelha de análise inspirada pelas estratégias tradutórias de Chesterman, pode destacar-se a filtragem cultural aplicada à designação que Blair faz de Kenneth Clarke, “Mr. Feelgood Factor”. Poderia tratar-se de uma alusão a Dr. Feelgood, que se refere à droga heroína e também a um médico que prescrevia drogas aos pacientes. No entanto, e tendo em conta o contexto político, a expressão “feelgood factor” significa que alguém está otimista e esperançoso no futuro, resultando na equivalência para “Sr. Vê Tudo Cor-de-Rosa”, que significa também ser otimista e ver o melhor nas situações. Um outro exemplo surge também na expressão “I don’t give a damn”, que foi traduzida por “estou-me nas tintas para isso”. A expressão inglesa transmite um registo informal, característico dos discursos de Blair e, por isso, foi utilizada a expressão considerada equivalente, tentando manter o mesmo registo informal, sem o baixar demasiado, para não alterar o conteúdo da mensagem. Foi também feita uma explicitação na frase: “Há algumas semanas visitei a fábrica de construção JCB em Staffordshire”, de forma a contextualizar melhor o leitor, sendo que no texto de partida apenas se encontra: “A couple of weeks ago I visited the JCB plant in Staffordshire”, assim como se explicitou a designação “British Crime Survey” como “inquérito sobre a criminalidade na Grã-Bretanha”.

Seguidamente, Blair diz “we are on the same side, the same team, and Britain united will win”, onde é perceptível uma rima imperfeita com as palavras “team” e “win”, o que se tentou manter na tradução optando por “A Grã-Bretanha unida, jamais será vencida!”. A tradução escolhida é mais marcante do que a expressão original, sendo mais apelativa ao público-alvo português, passando a mensagem de forma

pragmática por evocar um espírito revolucionário. O slogan “o povo unido jamais será vencido” surgiu no Chile, na era de Salvador Allende, ainda antes do 25 de Abril de 1974, quando se tornou familiar para o público português.

Na tradução de “private school”, apesar de se saber que, por tradição, na Grã-Bretanha as “public schools” são as escolas privadas, após pesquisa sobre o assunto, confirmou-se que “private schools” são também escolas independentes, ou seja, são escolas que não estão dependentes do governo e que cobram taxas para os alunos as frequentarem. Aplicando esta informação ao contexto do discurso, Blair menciona que o governo Tory decidiu subsidiar alguns alunos para que pudessem frequentar estas escolas, referindo-se ao “Assisted Places Scheme”, no qual, consoante o seu desempenho académico, os estudantes do ensino público recebiam bolsas para irem estudar para o privado. Desta forma, decidiu-se traduzir “private” como “privada”.

Tony Blair menciona também o exame “11-plus”, cuja definição é mencionada como nota de tradutor. Não foi possível encontrar uma equivalência para português, sendo que o mais próximo seriam talvez os testes psicotécnicos feitos pelos alunos quando tentam escolher que área querem seguir. No entanto, ao contrário do “11-plus”, não são testes feitos pelas escolas, mas por escolha pessoal. Quanto à utilização da designação ONG, importa esclarecer que o texto de partida utiliza a palavra “quango”, acrónimo de Quasi-Autonomous Non-Governmental Organisation, ou seja, uma organização não governamental.

Uma outra dificuldade tradutória relevante encontra-se no excerto “as I left the church service, one of the sisters came up to me and pressed a little strip of red ribbon into my hand”. Na religião protestante, é mais adequado indicar-se “serviço religioso” do que “missa”, utilizada na religião católica, mas optou-se por mudança de informação na tradução “Quando estava a sair da igreja”. Também o segmento “one of the sisters” poderia ser traduzido por “uma das freiras”. No entanto, como Blair relata a situação com detalhe, parece notório que a pessoa em causa seria chegada a Sam McCluskie, conhecendo bem a sua personalidade, e daí a escolha de “uma das suas irmãs”.

TP	TC	Estratégias
(...) Dad always voted Labour. He used to vote	(...) o seu pai sempre votou no Partido	Mudança de estrutura frásica (ES)

Labour, he said, but he bought his own home, (...)	Trabalhista. Disse-me ele que costumava votar no Partido Trabalhista, mas que comprou a sua própria casa, (...)	
In that moment the basis of our failure - the reason why a whole generation has grown up under the Tories - became plain to me.	Nesse momento tornou-se claro para mim a base do nosso fracasso, a razão pela qual toda uma geração cresceu sob a alçada dos Conservadores.	Mudança de estrutura oracional (ES)
(...) borrowed their way into the record books; (...)	(...) pediram tanto dinheiro emprestado que entraram para o Guinness; (...)	Filtragem Cultural (EP)
A couple of weeks ago I visited the JCB plant in Staffordshire.	Há algumas semanas visitei a fábrica de construção JCB em Staffordshire.	Mudança de grau de explicitação (EP)
Mr. Feelgood Factor!	O Sr. Vê Tudo Cor-de-Rosa!	Filtragem Cultural (EP)
I don't give a damn.	Estou-me nas tintas para isso.	Filtragem Cultural (EP)
It can take you two weeks to get your first Income Support payment, and then one in seven will be wrong.	Pode demorar até duas semanas para receberem o primeiro subsídio de desemprego e um em cada sete está errado.	Filtragem Cultural (EP)
When that happened the fair-weather friends went; (...)	Quando isto aconteceu os amigos da onça desapareceram.	Filtragem Cultural (EP)

3.2 Análise de “Speech to the Global Ethics Foundation”

As dificuldades deste discurso prenderam-se maioritariamente com incoerências presentes no texto de partida, causando alguma confusão na interpretação do texto. Primeiramente, existe a localização “Tuebingen”, que é escrita de duas formas ao longo do texto, variando com a forma “Tubingen”. Após alguma pesquisa, foi possível verificar que em português se usa a forma “Tubinga”.

Seguidamente, na frase “for narrow and exclusive traditions. It underlines the supreme importance in the modern world of understanding”, não está claro o significado de “it”. Recorreu-se por esse motivo a uma explicitação para que a frase fizesse mais sentido e ficasse mais coerente.

No que diz respeito à designação das diferentes partes do discurso, estas estão enunciadas de forma diferente por Tony Blair na apresentação inicial e no respetivo desenvolvimento no corpo do texto. Neste caso, optou-se por manter o TC igual ao TP, ou seja, com as mesmas variações, visto que acabam por ter o mesmo significado.

É de notar a ocorrência de um *false friend* na frase “must resolve an apparent conflict”, que numa primeira leitura poderá ser traduzido como “aparente”. Neste caso, optou-se por “claro”, sinónimo de “evidente” e “óbvio”. É igualmente de salientar o recurso a explicitações e a filtragem cultural. No segmento “removing poorly performing Head Teachers” foi feita uma explicitação ao traduzir “remove” para “despedir”, sendo que “remove” poderia ser traduzido por “afastar”. Também “poorly performing” foi traduzido por “inefícazes”, exemplificando uma explicitação. A equivalência de “nursery education” a “educação pré-escolar” ilustra uma filtragem cultural.

Alem disso, é relevante mencionar a dificuldade levantada pela polissemia do vocábulo “enlightened”, podendo ser traduzido como “iluminista” ou “esclarecido”. Não ficou claro a qual destes significados Blair se refere em “principle of enlightened self-interest”, pressupondo-se que evoca o legado dos princípios iluministas e, por isso, optou-se por “princípio iluminista do interesse próprio”.

No que toca a algumas obras literárias e ensaísticas mencionadas por Blair, foi necessária alguma pesquisa e, na maior parte, conseguiram-se encontrar traduções dos

respetivos títulos para português. No entanto, não foi possível verificar uma tradução para “the book of life the human genome project” devido à falta de pontuação no TP, tendo-se optado por fazer uma mudança de informação: “livro sobre o projeto do genoma humano”.

TP	TC	Estratégias
There is no place in the 21st century for narrow and exclusive traditions. It underlines the supreme importance in the modern world of understanding our dependence on one another, for future progress.	(...) no século XXI não existe lugar para tradições limitadas e exclusivas. É uma lição que salienta a suprema importância no mundo moderno de compreender a nossa dependência uns dos outros, para o progresso futuro.	Mudança de grau de explicitação (EP)
(...) an event to launch the first draft of the book of life the human genome project.	(...) lançamento do primeiro rascunho de um livro sobre o projeto do genoma humano.	Mudança de informação (EP)
All 4 year olds are now given nursery education; (...)	Todas as crianças de 4 anos recebem agora educação pré-escolar, (...)	Filtragem cultural (EP)
(...) specialist schools, which devote particular attention to one subject, (...)	(...) escolas especializadas, que se focam numa determinada área do saber, (...)	Mudança de grau de explicitação (EP)
(...) removing poorly performing Head Teachers (...)	(...) despedir diretores ineficazes, (...)	Mudança de grau de explicitação (EP)
That is the bargain or covenant at the heart of modern civil society. Frankly,	Esta é a negociação ou pacto que está no cerne da sociedade civil moderna.	Sinonímia (ESe)

<p>I dont think you can make the case for Government, for spending taxpayers money on public services or social exclusion in other words for acting as a community - without this covenant of opportunities and responsibilities together.</p>	<p>Sinceramente, não creio que se possa defender o Governo, que se possa gastar dinheiro dos contribuintes em serviços públicos ou exclusão social, por outras palavras, que se possa agir como uma comunidade, sem este pacto de oportunidades e responsabilidades em conjunto.</p>	
<p>Our global community is like a tapestry; individual threads at its back; an intelligible picture at its front.</p>	<p>A nossa comunidade global é como uma tapeçaria: fios individuais atrás e uma imagem perceptível à frente.</p>	<p>Mudança de tipo e organização de unidade (ES)</p>

3.3 Análise de “Leader’s Address”

Devido à sua extensão reduzida, esta foi uma tradução sem grandes dificuldades, a não ser pela terminologia militar, como “servicemen and women”, que foi traduzido para “militares”. Não existe a necessidade de traduzir “women”, pois a palavra da língua de chegada inclui ambos os géneros.

Quanto a “VX nerve agent”, confirmou-se que em português se utiliza a designação “agente neurotóxico VX”, sendo VX a abreviatura de “veneno”.

Outro aspeto relevante para reflexão é a tradução do nome “al-Qaida”, que em português foi traduzido para “Al-Qaeda”. É usado frequentemente nos media em Portugal, constituindo a forma normalizada.

TP	TC	Estratégias
servicemen and women	militares	Filtragem Cultural (EP)
intelligence	informação	Hiponímia (ESe)

3.4. Análise de “Speech on improving parenting”

O discurso sobre a parentalidade é seguramente aquele que está mais marcado pela oralidade. Existem muitas frases desconexas ao longo do discurso, que se mantiveram no texto de chegada, como por exemplo: “Agora foram atualizados uma e outra vez e racionalizados à medida que precisamos de fazer melhorias, mas foram os planos de parentalidade e os contratos de comportamento aceitável, novamente introduzidos em 1998, e depois houve nova legislação para os avisos de sanções fixas e para outras formas de assegurar que houvesse uma ação adequada e imediata sobre o comportamento antissocial, que foram introduzidas na legislação de 2003”, e em: “Assim, o poder para fechar casas usadas por traficantes de droga, o poder para lidar com coisas como graffitis e vandalismo, afixar cartazes e assim por diante, tudo isto foi introduzido, com números extra de polícia e números extra de agentes de apoio comunitário, e existem exemplos reais de sucesso, eu próprio já vi alguns”. Com efeito, estas marcas de oralidade dificultaram a interpretação do discurso, mas optou-se por não corrigir o fluxo do discurso.

A polissemia também provocou dificuldades. A título de exemplo, veja-se o seguinte excerto: “I always say to people that the job of Prime Minister is difficult, and sometimes I think the job of Home Secretary is worse, which is why you are doing it Charles, but the job of being a parent is difficult, whoever you are”. Aqui, “job” seria traduzido como “cargo” nas duas primeiras ocorrências. No entanto, devido a ser seguido de “job of being a parent”, foi escolhida a tradução pragmática de “trabalho”, que facilmente se aplica às três situações: “digo sempre às pessoas que o trabalho de Primeiro-Ministro é difícil, por vezes penso que o trabalho de Ministro da

Administração Interna é pior e é por isso que o fazes, Charles, mas o trabalho de ser pai é difícil, para quem quer que seja”.

Ainda no âmbito da tradução pragmática, “housing officers” foi traduzido por “assistentes sociais”, pois apesar de não ser usado o termo correspondente a assistentes sociais, devido ao contexto do que está a ser dito, é seguro presumir que se trata de funcionários qualificados que se deslocarão a casa das pessoas para verificar se está tudo bem.

Seguidamente, fez-se também uso de uma mudança de tropo com o uso de uma metáfora, “começar a sair da linha”, para a metáfora do texto de partida “go off the rails”. De acordo com Chesterman (2016: 101) a mudança de tropo pode ser utilizada na tradução de expressões idiomáticas, assim mantendo a metáfora no texto de chegada, sem causar estranheza no leitor.

Na sequência desse processo de pensamento, fez-se também uso de uma explicitação no excerto em que Blair menciona o prémio *Taking a Stand*, esclarecendo o leitor do que se trata exatamente: “vencedoras do Prémio Take a Stand, dado àqueles que mostram empenho em combater o comportamento antissocial”.

Importa acrescentar que outra dificuldade sentida ao longo da tradução foi o uso de terminologia política e económica. Por esse motivo, houve necessidade da utilização de ferramentas CAT e de plataformas como o IATE para a verificação desta terminologia mais específica, de forma a melhor encontrar equivalências para português.

TP	TC	Estratégias
(...) have just been sitting on their hands (...)	(...) têm andado a mandriar (...)	Filtragem Cultural (EP)
(...) the 1998 Crime and Disorder Act that introduced Antisocial Behaviour Orders.	(...) a Lei do Crime e Desordem de 1998 que introduziu os Planos de Comportamento Antissocial.	Tradução Literal (ES)
(...) the criminal justice system has at its heart, (...)	(...) o sistema de justiça penal tem em mente.	Filtragem Cultural (EP)

<p>(...) housing officers (...)</p>	<p>(...) assistentes sociais (...)</p>	<p>Filtragem Cultural (EP)</p>
<p>(...) if they are beginning to go off the rails, (...)</p>	<p>(...) se estão a começar a sair da linha, (...)</p>	<p>Mudança de tropo (ESe)</p>
<p>(...) who enjoy a quality of life that frankly our grandparents would have found absolutely extraordinary, if we can do all of this we surely can find the right way to bring that precious respect (...)</p>	<p>(...) que gozam de uma qualidade de vida que francamente os nossos avós teriam considerado absolutamente extraordinária. Se conseguirmos fazer tudo isto, podemos certamente encontrar o caminho certo para trazer de volta aquele precioso respeito (...)</p>	<p>Mudança de tipo e organização de unidade (ES)</p>
<p>(...) winners of the Taking a Stand Award and you are all people who have shown it can be done, (...)</p>	<p>(...) vencedoras do Prémio Taking a Stand, dado àqueles que mostram empenho em combater o comportamento antissocial, e todos vocês são pessoas que mostraram que é possível fazê-lo, (...)</p>	<p>Mudança de grau de explicitação (EP)</p>

3.5. Análise de “Post Brexit Britain”

Neste discurso, à semelhança dos anteriores, a tradução foi feita com o intuito de aproximar o leitor o máximo possível do texto, fazendo uso de estratégias como a filtragem cultural e a explicitação. É importante frisar que a palavra “Brexit”, para designar a saída do Reino Unido da União Europeia, deixou de causar qualquer estranheza no público português devido à sua integração na linguagem comum, desde o início da sua divulgação, graças sobretudo aos media.

Relativamente à expressão chave “change or decline”, que está presente no título e surge ao longo do texto, foi traduzida de imediato por “a mudança ou o declínio” e “mudar ou cair em declínio”. Após alguma pesquisa em *sites* de notícias, foi alterada para “a mudança ou a ruína” e “mudar ou cair em ruína”, que provoca maior impacto e expressa a mensagem de forma mais pragmática.

Também no início do texto, no excerto: “In any event, we should make a virtue of necessity and see in Brexit’s consequences, an opportunity and an obligation to renew our country and its place in the world”, optou-se por fazer uma mudança da estrutura frásica de forma a que o texto ficasse mais coerente e para manter o ditado próximo do significado original na falta de uma expressão equivalente na língua de chegada: “De qualquer forma, devemos aproveitar e ver nas consequências do Brexit uma oportunidade e uma obrigação de revitalizar o nosso país e a sua posição no mundo, fazendo da necessidade uma virtude”.

Outra expressão relevante é “Britain has core strengths”, que se optou por traduzir como “pontos fortes”. Poderia ter-se traduzido como “qualidades fundamentais” ou até “grandes vantagens”, mas presume-se que Blair teria em mente a análise SWOT, acrónimo em inglês para “strengths, weaknesses, opportunities and threats”, ou seja, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Acrescente-se que a pesquisa efetuada esclareceu que, no Brasil, a análise é designada como FOFA, ou seja, forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. Trata-se, contudo, de um acrónimo que não se utiliza em Portugal.

A este respeito, e fazendo uso da domesticação, optou-se por traduzir as iniciais “NHS” de “National Health Service” para “SNS”, o Sistema Nacional de Saúde tal como é referido em Portugal. Também “welfare” foi traduzido por “segurança social”, aqui mais adequado do que “estado social”.

Na expressão idiomática “when the going gets easy”, alusiva à habitual expressão “when the going gets tough”, foram ponderadas outras hipóteses como “quando a maré está calma”, mas tomando em consideração o registo coloquial, optou-se por traduzir para “quando a coisa está fácil”, expressão usada frequentemente no discurso oral em português em situações informais. No texto de partida, a utilização de aspas simples para “friends” sugere um tom de ironia, pelo que se mantiveram as aspas, se bem que duplas, usadas na língua de chegada para sublinhar a crítica implícita na mensagem de partida.

Na expressão “on the move and on the up”, que aqui caracteriza o continente africano em mudança, neste caso “em ascensão”, acrescentou-se “constante” para reforçar a mensagem de Blair. Também na frase “we have a strong Foreign Office” optou-se por uma tradução mais pragmática, em vez da tradução literal “forte”, para reforçar a ideia de que se trata de algo consolidado e robusto. Daí a escolha de “sólido Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Também na frase “could make more coherent our foreign policy offer, and make it weightier” se substituiu “weightier” por “influyente”, visto que aqui a tradução literal de “mais pesada” ou “com maior peso” não se adequa.

Uma das dificuldades encontradas no texto foi a interpretação de “Neither climate nor identity politics divide us with anything like the rancour of the USA”. A dúvida surgiu quanto a “identity politics”, que acabou por ser traduzido como “política identitária”, termo usado frequentemente na imprensa portuguesa. Tendo sido difícil decidir também se o rancor mencionado por Blair se aplica aos Estados Unidos ou ao rancor que existe nos Estados Unidos, foram consultadas duas falantes nativas e acabou por traduzir-se por: “Nem as questões climáticas, nem a política identitária nos divide tanto como o rancor em relação aos Estados Unidos”.

Uma outra dificuldade igualmente relacionada com a interpretação do texto de partida prende-se com a frase “the yawning gaps in the Global Health System exposed by Covid 19”. Para resolver a questão, optou-se por “sistemas de saúde por todo o mundo”, visto que Tony Blair parece estar a referir-se não a uma entidade global mas às várias entidades de saúde presentes pelo mundo.

Uma das maiores dificuldades encontrou-se na terminologia militar presente no texto, nomeadamente, o segmento “personnel, assets and deployment”. Entendeu-se que Blair se referia a forças militares, armas ou outras mais-valias e destacamento ou deslocação de tropas. Para evitar repetições, visto o excerto já se referir a “Forças

Armadas” e “inovação militar”, o segmento foi traduzido como “soldados, recursos e operações militares”.

Para além dos pontos já comentados, importa realçar um excerto em que se torna particularmente visível a intervenção do tradutor. Em primeiro lugar, a expressão idiomática “punch above their weight”, que normalmente significa fazer algo que é considerado para além das capacidades, foi traduzida pelo equivalente “dar um passo maior que a perna”, embora se perca a imagem de agressividade. Em segundo lugar, foi feita uma explicitação na frase “political leadership prepared to take tough, courageous, bold decisions” ao ser traduzida por “têm uma liderança política preparada para tomar decisões políticas duras, corajosas e ousadas”. Procurou-se, deste modo, enfatizar a mensagem política de Blair e a sua crítica aos dois principais partidos britânicos. De acordo com Chesterman (2016: 105), as explicitações são especialmente importantes pois representam uma forma de o tradutor conseguir incluir informação, contextual ou não, que é pertinente para a interpretação feita pelo leitor e que normalmente não se encontra no texto de partida.

Por último, cabe referir que foi observado um lapso no texto de partida, na frase “turning China into the 21st equivalent of the Soviet Union”. Presumiu-se que se trataria de “21st century”, e daí ter sido traduzido como “no equivalente da União Soviética do século XXI” e não “no 21º equivalente da União Soviética”.

TP	TC	Estratégias
(...) make a virtue of necessity (...)	(...) fazendo da necessidade uma virtude.	Mudança de tropo (ESe)
Anyone can be ‘friends’ when the going gets easy.	Todos podem ser “amigos” quando a coisa está fácil.	Mudança de tropo (ESe)
(...) personnel, assets, and deployment.	(...) soldados, recursos e operações militares.	Hiponímia (ESe)
(...) ‘punch above their weight’ (...)	(...) “dar um passo maior que a perna”.	Mudança de tropo (ESe)

(...) political leadership prepared to take tough, courageous, bold decisions.	(...) uma liderança política preparada para tomar decisões políticas duras, corajosas e ousadas.	Mudança de grau de explicitação (EP)
(...) who ‘supports’ most the NHS, (...)	(...) quem “apoia” mais o SNS, (...)	Filtragem Cultural (EP)
(...) understand these forces, harness them and make them our servant.	(...) compreendê-las, tomar-lhes as rédeas e ter controlo sobre elas.	Filtragem Cultural (EP)

Conclusão

Tony Blair continua a ser uma figura importante no panorama mundial, principalmente através do instituto de que é presidente. Como referido *supra*, devido ao seu papel no contexto do Iraque, foi cunhado o epíteto “Bliar”, um jogo de palavras entre o seu apelido e a palavra *liar*, “mentiroso”. Contudo, os discursos selecionados permitem verificar o que pretendia para o seu país e tornam clara a sua capacidade retórica como líder partidário britânico. A amplitude dos temas abordados demonstra a pertinência dos cinco discursos como um todo no percurso de Blair como dirigente político, mas também a sua vontade ativista de uma sociedade melhor e de um governo mais capaz de satisfazer as necessidades dos britânicos.

A elaboração deste trabalho de projeto permitiu, ainda que não em contexto profissional, uma experiência no que é a tradução pragmática e a tradução de discursos políticos. A tradução, que pode ser considerada como uma forma de ligação entre duas culturas, não pode apoiar-se apenas no conhecimento linguístico, mas também em todos os outros aspetos exteriores à linguagem que completam a comunicação. Por esse motivo, foram realizadas pesquisas temáticas complementares à leitura dos textos de partida, por exemplo sobre o sistema de educação britânico e sobre a autonomia da Irlanda do Norte, de modo a se poder realizar uma tradução comentada e adequada, quer a nível linguístico, quer cultural.

Parece continuar a estar bastante normalizada a ideia de que para se ser um tradutor, basta apenas ser fluente em duas línguas. Trata-se de algo que, por exemplo, fica patente no desenvolvimento de memórias de tradução para tradução automática. Contudo, o papel do tradutor, como veículo da comunicação entre duas culturas que de outra forma não se entenderiam, é crucial, necessitando não só do conhecimento da língua, mas também das culturas de partida e de chegada.

Este trabalho permitiu relevar ainda mais a importância de tradutores bem preparados, que tenham conhecimento cultural sobre as línguas e o público para quem vão traduzir. No caso dos cinco discursos selecionados para tradução, o público-alvo englobava quer outros dirigentes e membros do Partido Trabalhista em comícios, quer a população em geral, por exemplo, em universidades, nem sempre em altura de campanha eleitoral. Embora não se tratasse de textos especializados, incluíam linguagem e terminologia específica no âmbito militar, sociopolítico, jurídico e económico, o que levantou algumas dificuldades na tradução adequada das mesmas,

exigindo alguma pesquisa também nestas áreas. Tendo em conta a análise apresentada relativamente a cada um dos discursos, verifica-se um equilíbrio entre o recurso a estratégias semânticas e sintáticas, apesar de a utilização de estratégias pragmáticas ter sido predominante, nomeadamente, no que diz respeito à filtragem cultural e a explicitações.

Foi também possível perceber e explorar o papel do tradutor como mediador cultural e até onde pode ir a sua influência no texto de chegada, na retransmissão da mensagem e na tradução da intencionalidade.

Em suma, este é um trabalho exploratório, na medida em que os discursos aqui analisados representam uma pequena percentagem de tantos outros proferidos por Tony Blair, que poderão servir para uma futura investigação na área e mesmo para o desenvolvimento de uma formação mais intercultural na área da tradução.

Referências Bibliográficas

- Afonso, Dulce Margarida Guerreiro. “A Tradução do Discurso Político: Contextos de Poder na Imprensa Portuguesa do Século XX”. Dissertação de Mestrado em Tradução, área de especialização em Inglês. NOVA FCSH, 2012.
- Al-TaHER, M.A. *The translation of intertextual expressions in political articles*. PhD Thesis. University of Salford, 2008.
- Bani, S. *An Analysis of Press Translation Process*. Em Conway, K. and Bassnett, S. *Translation in Global News*. University of Warwick, 2006, pp.34-44. Disponível em: <https://www.ufs.ac.za/docs/librariesprovider20/linguistics-and-language-practice-documents/all-documents/feinauer-translation-in-global-news-proceedings-931-eng.pdf?Status=Master&sfvrsn=0> Consultado a: 11 de Abril de 2022
- Bassnet, Susan. “The Translator as Cross-Cultural Mediator.” *The Oxford Handbook of Translation Studies*, edited by Kirsten Malmkjær e Kevin Windle. Oxford University Press, 2011.
- BBC News. “7 July London Bombings: Blair Says Terror Threat ‘Not Going Away.’” *BBC News*, 7 July 2015, www.bbc.com/news/uk-politics-33415477. Consultado a: 11 de Abril de 2022
- Black, Max. “The Limitations of a Behavioristic Semiotic.” *The Philosophical Review*, vol. 56, no. 3, 1947, pp. 258–72.
- Blair, Tony. “Leader’s Speech.” Blackpool, 1996. Acesso em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=202> Consultado a: 22 de Março de 2022
- . “Post Brexit Britain: We Can Succeed but It’s Change or Decline.” Chatham House, 2021. Acesso em: <https://institute.global/tony-blair/tony-blair-post-brex-it-britain-we-can-succeed-its-change-or-decline> Consultado a: 22 de Março de 2022
- . “Speech on Improving Parenting.” Watford, 2005. Acesso em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=291>. Consultado a: 22 de Março de 2022
- . “Speech to the Global Ethics Foundation.” Tübingen, Germany: Tübingen University, 2000. Acesso em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=334> Consultado a: 22 de Março de 2022

- . "Tony Blair's Address." 2003. Acesso em: https://www.bbc.co.uk/radio4/today/iraq/library_blairspeech.shtml Consultado a: 22 de Março de 2022
- Burke, Peter, et al. *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 2007.
- Chesterman, Andrew. *Memes of Translation: The Spread of Ideas in Translation Theory*. Revised edition. Benjamins, 2016.
- Dusi, Nicola. *Intersemiotic Translation: Theories, Problems, analysis*. *Semiotica*, vol. 2015, no. 206, 2015, pp. 181-205. <https://doi.org/10.1515/sem-2015-0018>
- Eco, Umberto. *Mouse Or Rat?: Translation as Negotiation*. Weidenfeld and Nicolson, 2003.
- Gagnon, Chantal. "Political Translation." *The Handbook of Translation Studies*, edited by Yves Gambier e Luc van Doorslaer. John Benjamins Publishing Company, 2010, pp. 252-256.
- Gallagher, Tom. "Tony Blair." *Encyclopedia Britannica*, 2 May. 2021, <https://www.britannica.com/biography/Tony-Blair>. Accessed 20 Apr. 2022.
- Hatim, Basil and Jeremy Munday. *Translation: An Advanced Resource Book*. Routledge, 2004.
- Huang, Yan. *Pragmatics*. Oxford University Press, 2007.
- Katan, David. "Translation as Intercultural Communication." *The Routledge Companion to Translation Studies*, edited by Jeremy Munday. Revised edition. Routledge, 2009, pp. 74-92.
- Levinson, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge University Press, 1983.
- Munday, Jeremy. *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. 4th ed., Routledge, 2016.
- Ramos, Iolanda. "Interações Pragmáticas: Interculturalidade, Identidade(s) e Globalização". *Viagens Intemporais pelo Saber: Mapas, Redes e Histórias*, ed. Catarina Monteiro et al. Centro de Estudos Interculturais. 2017, pp.136-158.
- Reiss, Katharina. *Translation Criticism: Potential and Limitations*, traduzido por Erroll F. Rhodes, St Jerome and American Bible Society. 1971/2000.
- Ribeiro, Raquel Sofia Serafim. "A Tradução é um Lugar Estranho: Comunicação, Mediação e Pragmática Transcultural". Dissertação de Mestrado em Tradução, área de especialização em Inglês. NOVA FCSH, 2013.
- Rubel, Paula G. and Abraham Rosman. *Translating Cultures: Perspectives on*

- Translation and Anthropology*. Berg, 2003.
- Schaffner, Christina. ‘Political Discourse From the Point of View of Translation Studies’, *Journal of Language and Politics* 3.1: 117–50.
- Schaffner, Christina and Susan Bassnett. *Political Discourse, Media and Translation*. Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- Silva, Ana Cláudia Gamito da. “O Texto Jornalístico de Cariz Político: Implicação e Explicação em Tradução e Edição”. Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução, área de especialização em Inglês. NOVA FCSH, 2019.
- Tipton, Rebecca and Louisa Desilla (ed.). *The Routledge Handbook of Translation and Pragmatics*. Routledge, 2019.
- “Tony Blair (1953-)”. BBC-History.
https://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/blair_tony.shtml. Accessed 9 May 2022.
- Tony Blair Institute for Global Change*. (s.d). <https://institute.global/> Accessed 20 Apr. 2022.
- Yule, George. *Pragmatics*. Oxford University Press, 1996.

ANEXOS

Texto de partida de “Leader’s Speech” (1996)

Leader's speech, Blackpool 1996

Tony Blair (Labour)

Location: Blackpool

Diana, friends, colleagues, this year we meet as the opposition. Next year, the British people willing, an end to 18 years of the Tories and we will meet as the new Labour government of Britain. (Applause) It is exciting!

But it is also a great responsibility. ‘A chance to serve - that is all we ask.’ John Smith’s final words from his final speech the night before he died. We owe a debt of inspiration to John Smith, and a debt of honour to Neil Kinnock. (Applause) I did not begin new Labour; Neil did. I intend to repay them both in full. All I ask is the chance to serve. And at the time of the next election there will be just one thousand days until the new millennium, a thousand days to prepare for a thousand years.

As a father, as a leader, as a member of the human family, I ask this question of Britain’s future. We live in an era of extraordinary, revolutionary change at work, at home, through technology, through the million marvels of modern science. The possibilities are exciting. But its challenge is clear. How do we create in Britain a new age of achievement in which all of the people - not just a few but all of the people - can share?

For all the people or for a few? That is the difference between us and the Conservative Party that governs Britain today. That is the choice before us. That is the challenge of the 21st century. I want to lead Britain into this age of achievement, and today I want to set before you how.

But first we should welcome all the representatives, the ambassadors from round the world. I would want to welcome in particular at this time the Israeli Ambassador and the representative of the Palestinian people. (Applause) You are here together and you have our prayers that the tears and the bloodshed of the past few days can once again be ended and peace restored.

Here, too, are those from all the communities in Northern Ireland. I would like to say this personally to the people there. No leader with this nation’s interests at heart

could do anything other than see this peace process through. With the Irish government, with the parties in Northern Ireland, I can assure you it will be every much a priority for me as for John Major. All the force and energy I have will be bent towards it. We have been responsible in our actions over the peace process from the outset; we will continue to be so now. (Applause)

I say this to Sinn Fein and, after events of the last 24 hours, to Loyalist groups as well. You have your chance to take the path of peace. It is your duty to take it as members of the human race. Honour it and you shall play your part. Fail in that duty and I swear to you, the search for justice and reconciliation will carry on without you. The choice is yours. (Applause)

My friends, I would like, too, to give apologies for one absentee today. The National Executive invited Aung San Suu Kyi of Burma to be our guest here this week. For reasons everyone will understand she cannot be with us. Let us hope to invite her here next year, a free citizen and an example to democrats everywhere. (Applause)

You must be careful with the flashlights, it is making my eyes red! (Laughter and applause) It has been a funny year for me. First, it was Stalin. Then it was Kim Il Sung. And now it is the devil with the demon eyes. Can't we just go back to Bambi? (Laughter and applause) Or I have a better idea - maybe Kim Il Sung's official title - the Great Wise Leader, President for Life, Dearly Beloved and Sagacious Leader. (Laughter) Why not? It is what John Prescott calls me! (Applause) Sometimes.

I will tell you something. In John Prescott I have the best deputy any leader could have. (Applause) If I am fighting in the jungle there is nobody I would rather have with me than John Prescott, and if John Major is fighting in the jungle there is nobody I would rather have him with than Michael Heseltine!

I ask you, this Tory government - has there ever been a government in this country's history that has put itself before the British people with less to merit its re-election than this one? Just mouth the words 'five more Tory years' and you feel your senses and reason repulsed by what they have done to our country. (Applause) Look at them - the tax-cutting party that gave us the biggest tax rises in peacetime history; the law-and-order party that doubled crime and gave us a Home Secretary in court more often than the people he is supposed to be locking up; the farmer's party that gave us BSE; the party that set up the Scott Report, then, when it found ministerial deceit, tried to ignore it and would have got away with it but for the brilliance of that man Robin Cook. (Applause)

And then Nolan - cash for questions, and this morning more revelations. Do you know, the Tories changed the law to let Mr Hamilton put his case? Well, we will change the law to make the Tories clean up their act. (Applause) To coin a phrase, we will be tough on sleaze and tough on the causes of sleaze. We will ask that Nolan Committee to investigate political funding, and we will legislate so as to make the Tories tell us where the money comes from for these negative and deceitful advertising campaigns. (Applause)

I say this, too, to John Major. If he wants to be seen as an honest man, fight an honest campaign. (Applause) By the way, Matthew Harding sends his regards. Here he is, this Prime Minister, so weak, so utterly incapable of stamping his authority on the government he nominally leads, that he has given birth to the first 'ism' in politics to denote not the existence of a political philosophy but the absence of one. 'Majorism' - holding your party together while your country falls apart. (Applause)

Still, he has his secret weapon. And I have mine. Kenneth Clarke! Mr Feelgood Factor! Let us tell Kenneth Clarke and John Major, the real feelgood factor will arrive when the people of this country say goodbye to this government for good. (Applause)

Time to change. The Tories never did have the best vision for Britain. They just took the best words - freedom, choice, opportunity, aspiration, ambition. I can vividly recall the exact moment that I knew the last election was lost. I was canvassing in the Midlands on an ordinary suburban estate. I met a man polishing his Ford Sierra, self-employed electrician, Dad always voted Labour. He used to vote Labour, he said, but he bought his own home, he had set up his own business, he was doing quite nicely, so he said I've become a Tory. He was not rich but he was doing better than he did, and as far as he was concerned, being better off meant being Tory too.

In that moment the basis of our failure - the reason why a whole generation has grown up under the Tories - became plain to me. You see, people judge us on their instincts about what they believe our instincts to be. And that man polishing his car was clear: his instincts were to get on in life, and he thought our instincts were to stop him. But that was never our history or our purpose.

I know in my own constituency, the miners in 1945 who voted Labour did so so that their sons would not have to go down the pit and work in the conditions that they had. (Applause) And in 1964 their children voted Labour because they saw the next generation's chance to go to university and do better than their parents had done. The

true radical mission of the Labour Party, new and old, is this: not to hold people back but to help them get on - all the people. (Applause)

Is that not the essence of what we believe? Each generation doing better than the last, the heritage of hope passed from parents to their children - now, for the first time in this generation, at risk under this Conservative government. Our task is to restore that hope, to build a new age of achievement in a new and different world.

Today we compete in the era of global markets, and I say this to our Conservative opponents. There is no future for Britain as a low-wage, low-skill, low-technology economy. (Applause) We will compete on the basis of quality or not at all. This means a stable economy, long-term investment, the enterprise of our people set free.

First, let us get the fundamentals right. Look at the Tories - two recessions, one of which wiped out a third of our manufacturing base; borrowed their way into the record books; the pound devalued; North Sea oil money gone; all the money from asset sales gone. It is sometimes said, you know, that the Tories are cruel but they are efficient. In fact, they are the most feckless, irresponsible, incompetent managers of the British economy in this country's history. (Applause)

Labour will be the party of sound finance and good housekeeping. World interest rates and inflation rates are low; in Britain we will keep them this way. There will be defined targets set and kept to. Losing control of public finance is not radical, it is just reckless, and we will not do it. Gordon Brown, the Iron Chancellor (Applause) - it can be a tough job and he does it brilliantly. They say it is easier to get past security at our Conference without a pass than to get a spending commitment past Gordon! And in case anyone is in any doubt, that is how it is going to stay.

We need a tax regime, too, though, that is fair and encourages work and business. Sure, the few at the top have become wealthy under the Tories. But they have put up the taxes of ordinary families in Britain by the largest amount in peacetime history. We are not going to add to their burden. Those families have suffered enough. Instead, a new Labour government should be trying to get tax down for the lowest income earners, some of them paying 80-90 per cent marginal tax rates. If incentives through lower tax rates is the key for the director on £200,000 a year, then why should it not work for people on £5,000 or £10,000 a year? (Applause)

Next, in this new world many more people will be self employed or in small businesses, and we are going to help them. The Federation of Small Businesses has just

welcomed our programme as the basis of a real partnership between a Labour government and small businesses. So move over again the Tories; Labour is the party of small businesses in Britain today. (Applause)

We will give Britain the modern, integrated transport network, built in partnership between public and private finance, and restoring a unified system of railways with a publicly-owned, publicly-accountable British Rail at its core. (Applause) Good for Britain and good for business.

Leading Britain into an age of achievement means Britain leading in Europe, and for business and for Britain we will build that new, constructive relationship with our European partners. Let me make one thing plain. I will not scrap Britain's veto in Europe. Our options on a single currency should remain open, to be determined according to our national interest. Any change will only come with the full consent of the people. But make no mistake: leave Europe, or retreat to its sidelines, as these Tories want to do, and this country will lose its influence and its inward investment. It would be a disaster for jobs and for industry. The Tories may glory in perpetual isolation but I say that is not standing up for Britain; that is a betrayal of British interests. (Applause)

With a good relationship in Europe we can get more out of it. Britain has the Presidency of the European Union in the first half of 1998. One of our key priorities in that Presidency will be the completion of the single market. Today, even in opposition, I set a deadline - June 1998, the end of the British Presidency, for the completion of the single market in Europe. And I will begin discussions with other European leaders now so that we can get ready to meet that deadline. New opportunities for our firms and new jobs for our people. Our aim is that by the end of the first term of a new Labour government in gas and electricity, in telecommunications, in public procurement, in financial services, we will have a genuine single market in Europe open to British goods and services. That is the way to get the best out of Europe for Britain. (Applause)

And a new age of achievement in our industry, too. Support for manufacturing as well as for services; support for research and development, for science and engineering; and a new era of industrial relations in Britain. There will be fairness, not favours, for employers and employees alike. The Labour government today is not the political arm of anyone other than the British people. But let us settle these arguments about industrial laws once and for good. There will be no return to the 70s, but there

should and there will be basic civil rights for all at work legislated on early in a Labour government. (Applause)

What are they? They are merely the due claim of civilisation - a statutory minimum wage. Like every other industrial country the world over, we will have one under a Labour government in Britain. (Applause) We will be part of the European social chapter, as every other government, Tory or Labour, is in the rest of Europe. There will be a right for any individual to join a trade union (Applause) and if a majority of the workforce wanted, for the union to represent those people. (Applause) Basic human rights.

On GCHQ I hear people say we have changed our mind. I have not. I have made a personal commitment to those people to restore their trade union rights in full and I will keep it. (Applause) You applaud, and rightly. But let me tell you something that I believe in the end is even more important. I make a plea to both sides of industry. A couple of weeks ago I visited the JCB plant in Staffordshire. The man who runs it, in the past at least, donated to the Tory party. I don't give a damn. He has got good union relations there, the work force is valued and invested in, stakeholders in the enterprise, the product is the best. That is the future. We are on the same side, we are in the same team.

I visited Raytheon Jets in North Wales, too, not so far from here. A plant which the unions helped, with management, to save from relocation to the United States. I ask in the name of this country's future - forget the past, no more bosses versus workers - we are on the same side, the same team, and Britain united will win! (Applause)

These are the foundations of this new age of achievement. And for all our people it can be made a reality. There is only one lasting route to higher living standards, better wages, more secure jobs in today's world. We will win by our brains and our skills or not at all. In Britain we are still in the 30-30-40 economy: 30 per cent do very well, 30 per cent just getting by, 40 per cent struggling or worse.

When the Tories talk about the spirit of enterprise they mean a few self-made millionaires. Well, best of luck to them. But there should be a spirit of enterprise and achievement on the shop floor, in the office as well: in the 16 year-old who starts as an office girl with the realistic chance of ending up as the office manager; in the young graduate with the confidence to take initiatives; in the secretary who takes time out to learn a new language and comes back to search for a new and better job. These people have enterprise within them. They have talent and potential within them. Ask me my

three main priorities for government and I tell you: education, education and education. (Applause)

The first wonder of the world is the mind of a child. I sometimes sit reading a newspaper, watching TV, and you look up and you see your children at a computer, and you marvel at what they can do, using that computer as easily as we would read a book. Yet we are 35th in the world league of education standards today - 35th. They say give me the boy at seven, I'll show you the man at 70. Well give me the education system that is 35th in the world today and I will give you the economy that is 35th in the world tomorrow. (Applause)

So let us set about this task at every level - radical improvement and reform for our children; a teaching profession trained, able to stand alongside the best in the world and valued as such. No to Tory nursery vouchers, yes to proper nursery places for all our children. (Applause) Tomorrow David Blunkett will set out how to ensure that every primary school child leaves school able to read to the adequate standard. (Applause) A literacy guaranteed by establishing three-week intensive literacy summer schools for all those falling behind, with the aim of ensuring that every 11 year-old is up to the standard in reading and adding up that they need.

It is a choice of priorities, isn't it? The Tories choose to spend those millions of pounds on the assisted places scheme to subsidise a small number of children at private school. Under Labour that scheme will be phased out, that money will be used to make sure that every five, six and seven-year-old is in a class of a size of 30 or under. Those are the priorities for us. (Applause)

There will be no return to the 11-plus. The comprehensive system will stay, modernised for today's world. (Applause) Modernised, taking account of children's different abilities but not setting them apart. Continual assessment, targets set, instant action where they are not met. There should be zero tolerance of failure in Britain's schools. That is if we want to be serious about our task. I will tell you my vision of the future. I would like a state education system in Britain so good, so attractive, that the parents choose to put behind us the educational apartheid of the past, private and state, and I do not believe anything would do more to break down the class divides that have no place in a modern country in the 21st century. (Applause)

Education should not be about wealth. And the age of achievement will be built on the new technology. Last year I announced an agreement with British Telecom to cable up schools, colleges, universities, libraries to the information superhighway for

free. To their credit, the cable companies have followed suit. That was an historic beginning. But it was only a beginning. Today we go further. The cable industry and British Telecom have now given us a commitment to keep costs to our schools for access to the Internet and superhighway as low and as predictable as possible, and they have given a commitment to achieve real reductions in prices for those schools.

We have agreed with them to put this into practice. So we have got the wires, we have got the low-cost connections. But now we need more - the hardware, the computers themselves. In January, again even in opposition, we appointed Dennis Stevenson, a leading businessman in the country, to chair a commission of independent experts to examine how we get that computer hardware and the training for teachers to use it. His final report, to be published later this year, will lay down the third building block to show how in time no child will be without access to a computer and no school unable to use them properly.

The cables for free, the connections at low cost, plans for computers, and then the final piece. What matters in the end is the educational material that comes down from those cables into those computers and into the mind of the child. Just as schools have to buy books, they will pay for the various courses and services on offer. But we are going to make sure the quality is high. Competition will ensure that prices are low. In government we will be inviting bids for a franchise to provide the specialised education network that the superhighway needs. Our aim is for every school to have access to the information superhighway, the computers to deliver it, the education programmes to go on it. With the university for industry, for adult skills, this adds up to a national grid for learning for Britain. That is the age of achievement come alive. (Applause)

Just think of it - Britain, the skills superpower of the world. Why not? Why can't we do it? Achievement, aspiration fulfilled for all our people. Because a great people equals a Great Britain. Run a country where a few winners take all rather than all of us as winners, and see what happens. It is not right, it is not in people's interests. Huge costs of unemployment, crime, social decay, higher taxes to pay for it. Welfare bills doubled under the Tories, even as poverty rises. And the type of society we have - what kind of world is it where fathers who do not work have sons who do not work, where the young take to drugs and the debased culture of despair because no job beckons on leaving school? What kind of world is it where there are more second homes but more homeless and the streets paved with fear? (Applause) What kind of world is it where the

best education, jobs and skills are available only to the few? It is a world in which some can succeed. But I ask you, is it a world of which anyone can be proud? That, Mr Major, is the moral question of our times. (Applause)

When I was growing up the family was strong, the sense of social responsibility was strong, crime was low. There was a national ethos and spirit that had won us the war and stayed with us in peace. What was strong then is fragile now. National purpose faltering, our feeling of collective responsibility starved of expression, the family unsupported. It is right to want to get on. It is right to want to do well. But if all we have is what we own, not what we share, we are all the losers for it. (Applause)

Today I offer you, and we offer the country, a new vision. If we are to build this new age of achievement, you and I and all of us together must build first the decent society to deliver it. A society in which every individual is valued, every person given the chance to fulfil their potential; a society to which we contribute and which then contributes to us; a society based not on outdated prejudices but on the common duty of humanity, our belief that we owe an obligation to each other to improve the lives of us all; a society of opportunity; a society of responsibility; a society which gives to us because we give to that society. History will call it the decent society, the new age of achievement in Britain.

These will be its principles. We will respect family life. We will develop it and encourage it in any way that we can, for strong families are the foundation of strong communities. We will provide opportunities for those without. As a first step, we will implement a Programme to take 250,000 young people off benefit and into work, funded by a one-off windfall levy on the excess profits of the privatised monopoly utilities. (Applause) We will put a roof over the heads of the homeless by releasing those capital receipts from the sale of council houses and let homes be built for our people. (Applause) We will cherish and enhance the environment, ease congestion, reduce pollution, develop our quality of life, and in the countryside as much as cities and towns.

In return for those opportunities, responsibility. I am proud that new Labour has taken the mantle of the party of law and order in Britain today. (Applause) I began that process, Jack Straw has carried it on. I simply say to people who tell us it is wrong to want to crack down on violent crime, drug pushers, anti-social neighbours, hooligans - try living next door to them. (Applause)

It is the weak and the vulnerable who suffer most from crime. So we will be tough on the causes of crime, but tough on crime too. You saw in that film review of the year the day when John Major and I visited Dunblane together. It was a searing, chilling and dreadful day. Conservative MPs complain that our response has been emotional. If they had been in that gym, if they had talked to those parents, sitting on those tiny chairs where once their children had sat, they would have been emotional, too. I believe that we should ban the private ownership and possession of handguns. (Applause)

We will do more. We will give the disabled the civil rights that the Tories have denied them. Nobody should be excluded from this age of achievement. We will work with the voluntary sector, and tomorrow David Blunkett will announce our plans for a national network of millennium volunteers.

We will provide security in old age. Let me say this to you: previous Labour governments did their duty by British pensioners, and so will the next Labour government. (Applause) The review that we have announced will be set up under a Labour government on the terms we have announced to see how we fulfil that duty for modern times. It will review also the whole issue of community care where those elderly people have to sell their homes to pay the cost of nursing care. (Applause) That I can say. But I will not make promises on money until I know they can be kept. That is our guiding rule; there can be no exceptions to it, and I ask you to understand that. Making promises we do not keep does not help anybody. (Applause)

One thing I can promise to pensioners and to everyone else gladly - gladly. The next Labour government will scrap the Tory internal market of the National Health Service and will improve and renew the health service as a decent public service for the people. (Applause) Now you can see why it is worth winning, why it is worth making a difference. No more hospitals fighting hospitals. No more doctor competing with doctor. No more bogus red tape and expensive bureaucracy, and, in place of a Tory who does not care about the health service, Chris Smith, who does. (Applause) And we will improve it, not just keep it as it is. Of course things will be done in a different way. It is a new world. There is no switching the clock back on anything. New challenges, new ideas. But ours can be, and will be, a great radical, reforming government, giving Britain the welfare state it needs in the 21st century.

The great reforms should not stop with the welfare state. Let us modernise government itself so that it serves the interests of the people. (Applause) Not bigger government; better government. So local people decide how to run local services. A

parliament for Scotland, an assembly for Wales, legislated for in the first year of a Labour government. And let me say this to you - achievable precisely because we will have the clear consent of the Scottish and Welsh people before doing it. (Applause) A directly elected authority for London, our capital city. (Applause) Local democracy reborn, the quango state in the dustbin of history where it belongs. (Applause)

More than that. Today I can make another announcement on our plans for the National Lottery. It has been a great success, but has all the money gone to good causes? No. We want to fund specific environment, education and public health projects through the proceeds of the National Lottery. I want the people's money to go on the people's priorities. (Applause) Equipping all our teachers to use the new technology that will improve children's education; working with the voluntary sector; insulating homes; supporting national talent and potential; reclaiming public space for pedestrians. The millennium stream of lottery money, one-fifth of the total, should be focused on giving Britain a head start in the 21st century, and under us it will be.

There is more that we can do with government. If Clem Attlee came back today he would think pretty much everything was changed, including a few things about this, I suppose. But not the way that we run government or Parliament. We spend £300 billion a year in the public sector. But a lot of what government does is not about helping us achieve; it is actually stopping us achieving. If you are a young person, for example, leaving school, leaving home, looking for a job, you have to contact 11 government offices, not one. Finding care for an elderly relative can take four stops, not one. It can take you two weeks to get your first Income Support payment, and then one in seven will be wrong. It takes a month to get your first Child Benefit cheque. A small engineering firm in Blackpool spends as much on dealing with inspectors as it would hiring an extra member of staff. And it is getting worse.

The fraud in the system? Probably as much as £8 billion a year or more. We will therefore make it a priority to introduce a programme to reform this system of government. Our aim is to co-ordinate services across government departments, using the advantages of the technology now available to provide a modern and up-to-date service for the customers of the state. Government for the people, not government for government. (Applause)

But we should reform Parliament too. One reform we have already achieved - more women Members of Parliament than ever before. (Applause) Another we can - reforming Prime Minister's Question Time so that it actually does Parliament credit;

ending the greatest symbol of privilege of any democracy in the world by ensuring that hereditary peers are not voting in the House of Lords. (Applause)

We will clean up the political funding in Britain. It is surely right we know where these types of money come from. I simply say that it is important that we ensure that everyone recognises their responsibility to make our politics better.

The age of achievement, at home and abroad. We will be strong in defence, in NATO, with our allies the United States; we will be the bridge across the Atlantic between them and Europe. But we will also fight for democracy and civil rights the world over. (Applause) There is no greater pride to me than our total unequivocal, unrelenting battle to end apartheid and see Nelson Mandela freed from his chains. So we salute the Bob Hugheses, the Joan Lesters, the Neil and Glenys Kinnocks who played their part in that, and we put to one side the nausea we felt at those Tories who had propped up apartheid and worn shirts calling for Nelson Mandela to be hanged - yes, hanged - then flocked to be seen with him. (Applause)

Imagine Britain a leading player in Europe once more, a force for good promoting democracy and civil rights and free trade between nations, dealing with the debt burden at the heart of any strategy for overseas development, helping fashion the United Nations and the institutions of international co-operation for a new world.

It can happen. It can happen. The British people want change; I am sure of that. But they need to trust us. I want them to trust us.

Recently, the boss of one of Britain's biggest and most successful companies said to me that companies do not just have prospectuses, they have performance contracts too: a contract that sets out targets and priorities and allows public and company to measure success or failure. And he dared me to publish a performance contract for a new Labour government. Today I do that. These are the vows that I make to my country.

By the end of the term of a five-year Labour government:

I vow that we will have increased the proportion of our national income we spend on education

I vow that we will have reduced the proportion we spend on the welfare bills of social failure

I vow that we will have reduced the spending on health service bureaucracy and increased it on patient care

I vow that we will have cut the numbers of long-term unemployed and cut by over half the number of young people unemployed (Applause)

I vow that we will have halved the time it takes young offenders to get to court

I vow that we will keep government borrowing and inflation within the low and prudent targets we set within the economic cycle

I vow that the promises that we make on tax we will keep

I vow that class sizes will be down in primary schools and standards up in all schools

I vow that, with the consent of the people, we will have devolved power to Scotland, Wales and the regions of England and

I vow that we will have built a new and constructive relationship in Europe.

This is my covenant with the British people. Judge me upon it. The buck stops here. For the future, not the past, for the many, not the few, for trust, not betrayal, for the age of achievement, not the age of decline - that is my covenant with the British people.

I can make this promise - I can make it because you have helped me transform our party into a great party of reform for the modern age. Four hundred thousand members, and growing! A new constitution that we can actually, leader included, quote in our speeches. A party open and in touch. New Labour, new members. And I am proud of them. But let me say this to you. I don't forget that this party only survived for new members to join because the old members stuck with it through thick and thin. (Applause)

Let me try to explain this to you. I was not born Labour, I became Labour. When you look back on your past you try to think of the things that shaped you. My father was a very ambitious man. He was ambition personified, successful, he was a go-getter. One morning I woke to be told that he had had a stroke in the middle of the night and might not live through the day. My whole world then fell apart. And it taught me something. It taught me the value of the family, because my mother worked for three years to help him talk and walk again. But it taught me something else too. When that happened the fair-weather friends went; that is not unusual. But the real friends, the true friends, stayed with us; they helped us and they stuck with us for no other reason than that it was the right thing to do.

I do not pretend to you that I had a deprived childhood; I did not. But I learned a sense of values in my childhood. A year ago or more, John Prescott and I went up to Sam McCluskie's funeral. A lot of you will remember Sam McCluskie, he was a great guy, great stalwart of the Labour movement. I think it would be fair to say that we did not always absolutely agree on everything! And as I left the church service, one of the sisters came up to me and pressed a little strip of red ribbon into my hand - it is something I keep with me still - and said this is a keepsake that Sam used to have and I want you to have it. I was embarrassed and I turned round to her and said look, I didn't know Sam that well and, quite honestly, a lot of the time we didn't see eye to eye. And she said to me I know that, but in your souls you want the same thing, a better world.

That is it. That is what we believe in. Yes, we are a democratic socialist party. Indeed, it says so in the words of Clause IV, the new Clause IV, the one I drafted and the party overwhelmingly supported. (Applause) But it stands in a tradition bigger than that - bigger than European social democracy, bigger than any 'ism,' bigger than any of us. It stands in a tradition whose flame was alive in human hearts long before the Labour Party was ever thought of; a tradition far above ideology but not beyond ideals.

We are not a sect or a cult. We are part of the broad movement of human progress, the marriage of ambition with justice, the constant striving of the human spirit to do better, to be better. It is that which separates us from the Conservatives. And it was there long ago, there even when the ancient prophets of the Old Testament first pleaded the cause of the marginal, the powerless, the disenfranchised. It was there when Wilberforce fought the slave trade against the vested interests of Tory money. It was there when the trade union movement began as an instrument against abuse in the work place. It was there when the young Jack Jones went to fight in the Spanish civil war for another people's freedom out of nothing more than the goodness of his heart. (Applause)

It was there when we said, having conquered the evil of Hitler, that the welfare state must be built so that the destitution of the 30s never returned to our country. And it is here now, in this room, as we build around the Labour Party the new force for progress in British politics to bring in the new age of achievement for all our people. A thousand days - yes - to prepare for that thousand years.

Consider a thousand years of British history and what it tells us. The first parliament of the world, the industrial revolution ahead of its time, an empire, the largest the world has ever known, relinquished in peace, the invention of virtually every

scientific device of the modern world, two World Wars in which our country was bled dry, in which two generations perished but which in the defeat of the most evil force ever let loose by man showed the most sustained example of bravery in human history.

This is our nation, our characteristics - common sense, standing up for the underdog, fiercely independent. But the outstanding British quality is courage - not just physical bravery but the courage to think anew, to break convention when convention is holding us back, to innovate while others conform; to do it our way. I say to the British people: have the courage to change now. We are coming home to you. We are back as the party of the people, and that is why the people are coming back to us. When Alan Howarth has the courage to tear up the ties of a lifetime because he can no longer stomach today's Tory party and he sees his home as new Labour, I say welcome to him, and welcome to those others. (Applause)

When businessmen say to me, 'Tony, I never thought I'd be doing this but here's a big cheque to help you beat the most dishonest, negative campaign in history,' I say thank you to them. We need that. (Applause) And when former Tory voters write and tell me they never thought in a million years that they would vote Labour but they hate the Tories and they think we are worth more than a shot, I write back and say welcome, thank you. Thank you for giving us that chance. Thank you for seeing the changes we have made are real. Thank you for having the courage to change your vote. And when a 76 year-old widow from Liverpool, a party member since before I was born, sends me a Christmas card that says 'Tony, please, for me, win,' then I tell you we have a duty to win, a duty for her and millions like her. (Applause)

I don't care where you are coming from; it is where your country is going that matters. If you believe in what I believe, then join our team. Labour has come home to you, so come home to us. Labour's coming home! (Applause) Seventeen years of hurt never stopped us dreaming. Labour's coming home! (Applause) As we did in 1945 and 1964, I know that was then, but it could be again - Labour's coming home. (Applause) Labour's coming home.

The people are coming home. Because Britain is their team and they are part of it, and they know that if we unleash the potential of our people Britain comes alive with the new energy, the new ideas, the new leadership, and Britain can take on the world and win. We will be envied throughout the world, not just because of our castles and our palaces and our glorious history, but because we gave back that heritage of hope to

the generations, we turned round this country by the will of the people in unity with the party of the people, and we built this age of achievement in our lifetime.

This is our mission for Britain today. We knew we could do better. And we did. We knew we could be better, we the Labour Party. And we are. Britain, too, can do better. Britain can be better than this. A thousand days to prepare for a thousand years - not just turning a page in history but writing a new book, building the greatness of our nation through the greatness of its people. Think of the possibility of change. No more squandering the nation's assets. No more sleaze. No more cash for questions. No more lies. No more broken promises. I say to the Tories: enough is enough! Be done, be gone! (Applause) The glory days of Britain are not over, but the Tory days of government are. (Applause)

We have the programme. We have the people to make decent change in our country. Let us call our nation now to its destiny. Let us lead it to our new age of achievement and build for us, for our children, their children, a Britain - a Britain united to win in the 21st century. (Prolonged applause)

Texto de partida de “Speech to the Global Ethics Foundation” (2000)

Speech to the Global Ethics Foundation, Tuebingen University, 2000

Tony Blair (Labour)

Location: Tübingen, Germany

It is an honour to speak at Tübingen University. One of Germany's oldest and most influential seats of learning. A renowned centre of scholarship and science that has long been and remains at the forefront of Europe's intellectual development. And also the city twinned with Sedgefield, my constituency in Co. Durham, which I have represented for over 17 years in the UK Parliament. Tübingen was at the heart of the Reformation, something that has relevance to some of the theme I want to talk about today. In 1534 Duke Ulrich introduced the Reformation into Tübingen and in 1536 he established the Lutheran seminary which played such a prominent role in the development of Lutheranism in Germany. But in 1817 the university's Catholic faculty of theology was restored. It has co-existed in an environment of mutual understanding and creative dialogue ever since. It is a good thought to start on. Today I want to set out my view as to the ethical values that should guide us in the era of globalisation. I shall argue that in a world of change, it is the belief in community, and in the equal worth of all, that offers us the only hope of a peaceful and prosperous future; and that a purely self-interested and materialistic philosophy will lead to ruin. I shall split the speech into four parts.

1. The nature of global change.
2. Community within a nation.
3. The doctrine of international community.
4. The role of religious faith and understanding.

Northern Ireland

But first, as I know that progress in Northern Ireland is one of the reasons I was invited here, I will say a few words about that. The history of Northern Ireland teaches us many things. But primarily it teaches us the value of a civic society where ancient divisions can be healed. Today, engagement and dialogue have shattered the depressing status quo of the past. "Working together", once dirty words, is now the basis of a new future that offers hope in place of war. Of course there are those who reject this change. People who believe that if you don't fit in with their view of the world, you don't belong. But they are the minority. The majority rejected the old ways. They voted for change. For the first time ever Northern Ireland has an inclusive government voted for by the people of Northern Ireland. I am proud of what has been achieved in Northern Ireland. I am honoured by the interest shown in it round the world. With the support and prayers of millions outside Northern Ireland, I know we can build a future of peace and harmony in Northern Ireland. But what is the fundamental lesson of Northern Ireland for us all? For me it is this. There is no place in the 21st century for narrow and exclusive traditions. It underlines the supreme importance in the modern world of understanding our dependence on one another, for future progress.

The challenge of change

We are living through an age of global change, one of the most dramatic and unpredictable in the history of the world. Hardly a month passes without some breathtaking development in science or technology. In 1990 two American futurologists published a book entitled *Megatrends 2000*. They did not need to look too far a mere ten years. Yet one word does not appear in the entire book the word 'Internet' the phenomenon that today is changing our lives. Our world is moving at breakneck speed, and continuous change is among the hardest things for human beings to bear. Small wonder that ours has been called the 'age of anxiety' or, in the title of Francis Fukuyama's latest book, *The Great Disruption*. I believe it is no exaggeration to say that we are in the middle of the greatest economic, technological and social upheaval the world has seen since the industrial revolution began over two centuries ago. Globalisation is not merely an economic phenomenon, and that is why our response

cannot simply be an economic one. During most of the twentieth century, scarred as it was by ideological conflict and divisions, such a concept would have been unthinkable. In that sense, you could say that globalisation started here in Germany, with the fall of the Berlin Wall and the end of the Cold War. Last night I strolled with Chancellor Schroeder over the Glienicke Bridge, where once spies between East and West were swapped. The exchanges were going on until not much more than a decade ago; the Berlin Wall fell just 11 years ago. It was only once the ideological barricades came down all over the globe that the choice became not the state or the market but how you develop a dynamic market, an intelligent state, and an active civil society. Earlier this week I participated in an event to launch the first draft of the book of life the human genome project. The power that this information puts at our disposal almost defies our comprehension. Only future generations will be able fully to evaluate its true significance. Many of us reacted with wonder mixed with foreboding. Wonder at the new frontiers that science has opened up. Foreboding at what lies beyond; at what this means for our sense of ourselves, for our destinies, for what we understand to be the natural order of things. Globalisation has brought us economic progress and material well-being. But it also brings fear in its wake. Children offered drugs in the school playground; who grow up sexually at a speed I for one find frightening; parents who struggle in the daily grind of earning a living, raising a family, often with both parents working, looking after elderly relatives; a world where one in three marriages ends in divorce; where jobs can come and go because of a decision in a boardroom thousands of miles away; where ties of family, locality and country seem under constant pressure and threat. Yet it is a world where our living standards rise, our opportunities for travel and communication are those our grandparents would never dream of. It is a world with a paradox at the heart of it: greater individual freedom; yet greater interdependence. We can do more; yet the very nature of globalisation is that what we do affects others more. We buy and consume more as a matter of personal choice; yet the opportunities we have and our quality of life depend ever more on choices we make together - good schools, environmental pollution, safe streets; or at an international level, world trade agreements or nuclear weapons control. So the change is fast and fierce, replete with opportunities and dangers. The issue is: do we shape it or does it shape us? Do we master it, or do we let it overwhelm us? That's the sole key to politics in the modern world: how to manage change. Resist it: futile; let it happen: dangerous. So - the third way - manage it. But it can't be managed unless there are rules of management, value

judgements as to how and why we are managing it in a particular way. Here's where we must resolve an apparent conflict between old and new, modernisers and traditionalists. The traditionalist mourns the passing of the old familiarities, points to the greater stability of family life in the past; points to the ugliness and disorder of much of the new world. The moderniser sees its opportunities; rejects the prejudices of the past, the old hierarchies, is impatient to grasp the material benefits modernity brings. And in politics, the fascinating thing is that there is left and right in both camps. A traditionalist left that hates global finance; a traditional right that fears the immigrant. A modernising left that sometimes too easily shrugs off the threat to family life; a modernising right that believes in the supremacy of market forces. The resolution of this conflict lies in applying traditional values to the modern world; to leave outdated attitudes behind; but re-discover the essence of traditional values and then let them guide us in managing change. The theologians among you will say it is reuniting faith and reason. What are the values? For me, they are best expressed in a modern idea of community. At the heart of it is the belief in the equal worth of all the central belief that drives my politics - and in our mutual responsibility in creating a society that advances such equal worth. Note: it is equal worth, not equality of income or outcome; or, simply, equality of opportunity. Rather it affirms our equal right to dignity, liberty, freedom from discrimination as well as economic opportunity. The idea of community resolves the paradox of the modern world: it acknowledges our interdependence; it recognises our individual worth. It allows us to unite old and new. The traditionalist is right to worry about the breakdown of family life. The moderniser is right to say that shouldn't prejudice us against single parent families, the majority of whom do not choose to be single parent families. The moderniser is right to say global markets are good not bad. The traditionalist is right to worry about the inequity that can arise from them. The moderniser needs values. The traditionalist needs modern reality. In this way globalisation in money, travel, communication, technology can extend to a global ethic as well.

Community within a Nation

So: let us start applying this principle to modern Government. We embrace change. We do so on the basis of building a community, where citizens are of equal worth. Opportunity to all; responsibility from all.

Nowadays, it is pretty clear what governments have to do to promote prosperity. Macroeconomic policy is no longer left or right. It is right or wrong. Indeed, it is governments of the centre-left who have often been cleaning up the deficits inherited from the right. In Britain in May 97, we found a borrowing requirement of £28bn per annum and a doubled national debt. In our first year we were paying more interest out on the debt than we were spending on the entire schools system. We are now in surplus and destined to remain so, though there were a lot of tough decisions along the way. For the first time in my adult life, Britains long-term interest rates are below those of Germany. But its only ever a foundation. On top has to be built a modern economy whose raw material is knowledge, skills, the aptitude and intelligence of people. Here there is certainly a political divide. For me, the challenge is to use the power of the community, acting together, to break down the barriers holding back opportunity for all. Education based on excellence for all and learning through life, not just at school becomes the economic, as well as social priority for a modern nation in the knowledge economy. When the Berlin Wall stood, the arms race occupied the leading nations of the world. Today, it is the knowledge race. We are putting through an education revolution in Britain today. We are raising, sharply, education spending. All 4 year olds are now given nursery education; 3 year olds will come next. Primary schools are being re-focussed around literacy and numeracy, where we need a dramatic improvement in attainment. We are opening up 11-18 year old education, creating new specialist schools, which devote particular attention to one subject, building City Academies in our inner cities, to be schools of excellence in deprived areas; introducing new contractual arrangements for teachers to link pay to performance; closing poor schools; removing poorly performing Head Teachers, rewarding others, better; massively expanding university and further education. In addition there is a huge investment in I.T. training and education for adults as well as children. There will shortly be opened a University for Industry, which will offer high-quality, easily accessible skills courses through the internet. We are doing a lot but every day I worry it should be more. For I know there are children still being raised without the hope of making the most of themselves. And millions, literally, of adults who cannot read and write properly. So

much potential, wasted, failed by the past. But its not just education we need. We need enterprise, small businesses encouraged, * new structures as to how we treat business taxes to stimulate growth and reward entrepreneurs. And then, there is a new phrase for modern Government policy social exclusion. We can attain full employment in Europe today. But not by demand management alone. We need special targeted measures at that hard core of the unemployed, whose problems are not just lack of work, but who are often living in a culture of poverty, drug abuse, low aspirations and family instability, excluded, set apart from society's mainstream. Our New Deal in the UK has taken 250,000 of them off benefit and into work and helped 200,000 more with training. We are shortly going to announce how we renew the programme for the next Parliament, and press on further to the goal of full employment. All of this requires a sense of responsibility from us as a community to help others; to allow each person the chance to fulfil their potential. Without the values of community, solidarity, there would be no driving imperative to act. Yes, it is economically vital to improve education. But it is a moral case too. Deprive a child of educational opportunity and you deny their equal worth. This part of the agenda though not perhaps the policies would be familiar to any adherent of the centre-left, moderniser and traditionalist. But you cant build a community on opportunity or rights alone. They need to be matched by responsibility and duty. That is the bargain or covenant at the heart of modern civil society. Frankly, I dont think you can make the case for Government, for spending taxpayers money on public services or social exclusion, in other words for acting as a community — without this covenant of opportunities and responsibilities together. If we invest so as to give the unemployed person the chance of a job, they have a responsibility to take it or lose benefit. And on crime, I have no hesitation about being very hard on it. It's not just that the vulnerable suffer most from crime. It is that it breaks the covenant between citizens. In Britain, we are now introducing policies that mean automatic jail for third time burglars; minimum and long sentences for rape; and setting aside additional prison places for violent crime. Violent neighbours can be evicted. It is all controversial. The Conservative Opposition have for example, refused to support us when we say those who breach community sentences, should lose their benefits. We help drug addicts, but we test offenders for drugs and if theyre positive, we demand they get treatment. We hit drug dealers hard. And we believe in law and order. We have passed measures to deal with noisy neighbours, and anti-social behaviour. We have encouraged the courts to use them more. You will know, sadly, shamefully for us, that we, like other countries, have

a problem with football hooliganism. At home, we have a tough regime and it has worked. We need to do more to deal with the problem when England fans travel abroad. We will do so. But it is not just about football. We are now looking at giving the police more powers to deal with drunken anti-social behaviour which causes offence and misery in too many towns and cities on too many Friday and Saturday nights. Bizarrely, as the law stands, the police have the power in Britain to levy on the spot fines for cycling on pavements and dog fouling. And yet, they have to deal with drunks who get offensive and loutish and often can do nothing about it without a long, expensive process through the police station, the courts and beyond. It is perfectly legal for a private company to put a clamp on a car wheel and demand £100 to get it released. Yet no comparable power exists for our public police force. I believe that should change. On Monday I meet some of our senior policemen and I want to put to them the idea that their officers get the power to levy on the spot fines for drunken, noisy, loutish and anti-social behaviour. Obviously where real violence and serious criminal intent is involved, the courts must remain the only option. But I am talking about dealing with nuisance drunken behaviour. A thug might think twice about kicking in your gate, throwing traffic cones around your street or hurling abuse into the night sky if he thought he might get picked up by the police, taken to a cashpoint and asked to pay an on the spot fine of, for example, £100. If the police want that power and I believe they will, and the public will support it they should get that power. Some of the libertarian left express shock at some of our measures; just as some of the right do not think the community should have a responsibility to provide jobs for people. Both are wrong. Today's way forward is a modern civil society of rules and order but not prejudice or discrimination. We are tolerant of people's sexuality, opposed to all forms of discrimination, but intolerant of anti-social conduct. We have taken our traditional values of respect for others and solidarity, we have accepted the need for Government action, but are re-casting both values and role of Government to meet the challenge of a changing world.

Community as an international idea

Now let us step outside our nation-states and analyse the world the nation-state finds itself in today. None of the big issues facing us all, trade, finance, the environment, nuclear proliferation, organised crime and drugs can be tackled today by nations acting alone. The history of the last 100 years and more shows the vital importance of renewing the institutions of international co-operation and of building alliances between the main players. For centuries, statesmen and philosophers, appalled by the horrors and futility of war, have made attempts to reconcile the ideal of an international community with the reality of a world based on states and their interests. In 1309 the poet Dante proposed in his book *The Kingdom* that all nations should live under one law and that this world law would one day keep nations from going to war with each other. Two hundred years later the Dutch scholar Erasmus in his *Complaint of Peace* appealed to all earthly kings and rulers to set up a Council of Just Men to deal with disputes so that, as he put it, wars should not breed wars. At the end of the 16th century the Duke de Sully wrote the *Grand Design* suggesting that the 15 states of Europe set up a Council of Europe to deal with the problems arising between them as a national parliament would. Hugo Grotius, in 1625, set out in his *Laws of War and Peace* the first comprehensive system of international law. William Penn drew up a scheme for a European Parliament and Abbe de Saint-Pierre in 1716 devised a Project for a Permanent Peace to unite the nations rulers in a Senate, where voting would take the place of war-making. Jean-Jacques Rousseau and Immanuel Kant and many others dreamed up the kind of world order, in keeping with their times, that would abolish war and bring the nations together. But it was only following the First World War that a world legal constitution was actually drawn up and agreed at the Peace Conference in Paris in 1919. It was called the Covenant of the League of Nations. Sixty one nations eventually joined the League, but not the United States. Although it was never a world parliament, many people today recognise it as the true parent of the present United Nations. Despite early successes, the League failed to achieve its goal of preventing another world war. The League became a mirror of a discordant world. Its Council discussed the Japanese invasion of China, the Italian invasion of Ethiopia, and the German invasion of Czechoslovakia and Austria; and was powerless to prevent any of them. The elaborate system of collective security that the League represented never worked; because in the end the common bonds of trust and shared values that would have to underpin such collective security were not there. Too much of the world, tragically, agreed with Mussolini, that it faced a simple choice between fascism or

communism. Thankfully he was wrong, though many millions died in defeating both. The Charter of the United Nations has now served for over half a century as the political constitution of mankind. But one has only to glance through the Preamble to be struck by the gap between promise and performance, between the hopes and pledges of 1945 and of 1919 and the frustrations of Bosnia, the Congo, Angola, Afghanistan. We have not yet made a reality of our determination to save succeeding generations from the scourge of war, to unite our strength to maintain international peace and security and to practice tolerance and live together in peace with one another as good neighbours. And we have had only limited success in our endeavours to reaffirm faith in the fundamental human rights and in the dignity and worth of the human person and to promote social progress and better conditions of life in larger freedom. How we collectively respond to globalisation in many ways will determine whether we can bridge that gap between these aspirations and today's reality. I believe we will only succeed if we start to develop a doctrine of international community based on the principle of enlightened self-interest. As within countries, so between countries. A community based on the equal worth of all, on the foundation of mutual rights and mutual responsibilities. This is not to say nations will not pursue their self-interest or that there will not be occasions when those interests conflict in a way that diminishes or overwhelms the desire for mutual understanding. We are not naive. But it is to say that increasingly, our problems are shared and our societies and economies threatened where no understanding to resolve these problems exists; and benefit greatly where it does. Let us be specific. First, free trade is the key to prosperity for poorer nations and essential for the competitiveness of the richer ones. Protectionism on the other hand is the result of short-sighted view of the national interest. Today we have a World Trade Organisation where until recently we had no formal organisation to oversee world trade at all. More remarkably, China will shortly join it. Rich countries need to go further, in particular to free up trade in agricultural goods, to meet both our moral obligation to the poor, and our long-term self-interest. That is why I believe we must restart the stalled WTO trade round before the end of the year. Second, the fact that debt relief is on the Okinawa G8 agenda in three weeks time highlights how far the concept of solidarity based on enlightened self-interest has come. We in Britain are writing off our debt. But we must do more and I hope at G8 we will take it further. We will also be looking at ways in which we can work in partnership with others to roll back the diseases that hold back the developing world: AIDS, malaria, TB. Third, crime and drugs are international

issues. As business has gone global, so has the business of crime, above all the drugs trade. When you hear stories of drug barons offering to pay off a countrys national debt in return for the freedom to operate, you realise the scale of the threat we face. As now in the EU, the fight against crime will make up an important part of the G8 summit. We will discuss measures to strike at the heart of the drug and crime cartels by identifying, and then confiscating, the criminal gains from their activities. We are also looking into drawing up common benchmarks against which to judge international financial centres, so that we are better able to crack down on the money laundering and financial crime upon which the most sophisticated and dangerous international crime organisations depend. We will also look into ways of controlling the trade in the pre-cursor chemicals that are used to manufacture many of the synthetic drugs flooding our cities and streets. Fourth, as individual nations, we are powerless to halt the destruction of our environment upon which we and future generations all collectively depend. But at Kyoto we showed that there is an international consensus on the importance of tackling global warming. A generation ago, this would have been unthinkable. We now need to take advantage of that agreement in principle to ensure that the commitments we made are followed up in practice. We are working closely with Germany on this. At Okinawa we will also be making the case for a new drive on renewable energy. Two billion people do not have access to the most basic resource of the modern world: electricity. We need to find sustainable ways of giving them that access if we are to have any chance of bridging the global gap between rich and poor. Fifth, despite the end of the Cold War the threat of nuclear proliferation is still with us. But the Non-Proliferation Treaty and the Comprehensive Test Ban Treaty represent a collective determination to banish the possibility of nuclear war from the world. Lastly on the G8 agenda, there is technology. We will not be able to deal with the global implications of the information and biotechnology revolutions if we cannot do so on the basis of common values and mutual responsibility. At Okinawa we will be taking action to avoid the emergence of a global digital divide, and extending the opportunity of education. We will also be looking at ways of building a greater international scientific consensus on genetically modified foods, and wider food and crop safety issues. Common problems, common interests have led to mutual responsibility and mutual gain. The EU is the most obvious manifestation around us of the need for nations to cooperate together. This is not a speech about Europe though I am happy to take questions on it. Neither despite what you may read was this ever going to be a response to the interesting and important

speech made by President Chirac to the German Parliament earlier this week. I will be setting out the British view as to Europe's future in a speech in the autumn. I have no doubt that it is important for Great Britain to be a full and leading partner in Europe. And as I said last night, it is time we had the confidence in Britain to realise we can shape and influence events in Europe and indeed are doing so. Europe is not a conspiracy against us, but an opportunity for us.

Inter-Faith Understanding

There is something else we can do as well and I mention this because I am speaking here in Tübingen and I have Hans Kung alongside me. We can do our best to overcome the religious divisions that still threaten our peace. There is a contradiction between trying to renew the doctrine of community politically; and ignoring the dimension of inter-faith understanding. Faith and reason are not opponents but partners. In the past, and increasingly today, we value the role religions play in promoting peace. Peace and religion have not always been fellow travellers, it is true, but today with greater understanding between religions a more just and peaceful world is ever closer. We live in an era rich with examples of inter-religious dialogue. The Pope's recent pilgrimage to Jerusalem springs to mind when Jews, Muslims and Christians met in a spirit of fraternity. Equally poignant and closer to Tübingen's cultural experience was the signing last year of that great milestone in Lutheran-Catholic understanding —The Joint Declaration on the Doctrine of Justification. Such examples give great hope and send a clear sign to the world that faiths will not allow their doctrinal differences to stand in the way of greater co-operation. Religious dialogue and understanding is essential to peace. Ignorance creates fear, which creates conflict. Such dialogue does not have to deny or trivialise differences but it should look at the common elements in faith. Our global community is like a tapestry; individual threads at its back; an intelligible picture at its front. All our faiths make up our global community, but they are all different ways of pondering the same fundamental question; the nature of existence. If it is true that it is only by clear commitment to shared values that we survive and prosper in a world of change, then surely religious faith has its own part to play in deepening

such commitment. What is faith but belief in something bigger than self? What is the idea of community but the national acknowledgement of our own interdependence? In truth, faith is reason's ally. Religion has often resulted in bigotry. But so has political ideology. However a society where there is religious faith will always, in my view, be inherently more likely finally to pursue the good of humankind; and the less it sees reason as its enemy, the quicker it will get there. But how religion modernises itself that is a topic for another time, and another speaker. Religions can help to make our communities communities of values. The inevitability of globalisation demands a parallel globalisation of our best ethical values; not a distilling or unnecessary uniformity of the rich values that make up our communities of faith. But the basic premises of our faiths; solidarity; justice; peace and the dignity of the human person are what we need in the age of globalisation.

Conclusion

Traditionally, these were religious values. But we now know, through several quite different disciplines, that they are universal values. Economists call them "social capital". Evolutionary biologists call them "reciprocal Altruism". Political theorists call them communitarianism or civil society. Each of these phrases stands for what is really a quite simple idea that what gives us the power to survive in a rapidly changing environment are the habits of co-operation, the networks of support, our radius of trust. And we learn those habits in families, schools congregations and communities. It is there that we learn the grammar of togetherness, the give and take of rights and responsibilities, where we pass on our collective story, our ideals, from one generation to the next. Without them, society is too abstract to be real. Community is where they know your name; and where they miss you if you're not there. Community is society with a human face. And that is what we need at times of change. It is an extraordinary fact, and a moving one, that our great faith traditions have survived, while political, economic and social systems have come and gone. Wherever you find a group that has managed to break free of the encircling bonds of poverty and deprivation, there you will invariably find strong families, associations and communities of faith. It's there we

discover that a crisis shared is a crisis halved; and a celebration shared is a celebration doubled. So my argument to you is that traditional values and change are not enemies but friends because it is precisely at the epicentre of change that we need the human foundations of stability. It's when the winds blow strongest that you need deep roots. When we know we are not alone, we can face the future without fear. It is community that allows us to do so. It is values that sustain communities. And it is in a new world, global values, reaching out beyond national frontiers and ideological horizons, that will guide us to our destination: a more peaceful, secure and prosperous world for all.

Texto de partida de “Tony Blair’s Address” (2003)

Tony Blair's Address - 20/03/2003

TONY BLAIR

On Tuesday night I gave the order for British forces to take part in military action in Iraq. Tonight British servicemen and women are engaged from air, land and sea. Their mission: to remove Saddam Hussein from power and disarm Iraq of its weapons of mass destruction.

I know this course of action has produced deep divisions of opinion in our country but I know also the British people will be united in sending our armed forces our thoughts and prayers - they are the finest in the world and their families and all of Britain can have great pride in them

The threat to Britain today is not that of my father's generation. War between the big powers is unlikely, Europe is at peace the Cold War already a memory. But this new world faces a new threat of disorder and chaos born of either brutal states like Iraq armed with weapons of mass destruction or of extreme terrorist groups. Both hate our way of life, our freedom, our democracy.

My fear, deeply held, based in part on the intelligence that I see, is that these threats come together and deliver catastrophe to our country and our world. These tyrannical states do not care for the sanctity of human life - the terrorists delight in destroying it.

Some say if we act we become a target the truth is all nations are targets. Bali was never in the frontline of action against terrorism, America didn't attack al-Qaida - they attacked America. Britain has never been a nation to hide at the back but even if we were, it wouldn't avail us. Should terrorists obtain these weapons, now being manufactured and traded around the world the carnage they could inflict to our economies, our security, to world peace would be beyond our most vivid imagination.

My judgement as prime minister is that this threat is real, growing and of an entirely different nature to any conventional threat to our security that Britain has faced before.

For 12 years the world tried to disarm Saddam, after his wars in which hundreds of thousands died. UN weapons inspectors say vast amounts of chemical and biological poisons such as anthrax, VX nerve agent and mustard gas remain unaccounted for in Iraq.

So our choice is clear: back down and leave Saddam hugely strengthened or proceed to disarm him by force. Retreat might give us a moment of respite, but years of repentance at our weakness would I believe follow.

It is true Saddam is not the only threat, but it is true also as we British know that the best way to deal with future threats peacefully, is to deal with present threats with resolve.

Removing Saddam will be a blessing to the Iraqi people, four millions Iraqis are in exile, 60 per cent of the population are dependent on food aid, thousands of children die every year through malnutrition and disease, hundreds of thousands have been driven from their homes or murdered, I hope the Iraqi people hear this message, we are with you, our enemy is not you, but your barbarous rulers.

Our commitment to the post Saddam humanitarian effort will be total, we shall help Iraq move towards democracy, and put the money from Iraqi oil in a UN trust fund so it benefits Iraq and no one else.

Neither should Iraq be our only concern, President Bush and I have committed ourselves to peace in the Middle East based on a secure state of Israel and a viable Palestinian state. We will strive to see it done.

But these challenges and other that confront us, poverty, the environment, the ravages of disease, require a world of order and stability. Dictators like Saddam and terrorist groups like al-Qaida threaten the very existence of such a world.

That is why I have asked our troops to go into action tonight.

As so often before on the courage and determination of British men and women, serving our country, the fate of many nations rests.

Thank You.

Texto de partida de "Speech on improving parenting" (2005)

"Speech on improving parenting", Watford 2005

Tony Blair (Labour)

Location: Watford

Thank you very much everyone, thank you for coming along, and it is good to be back here in Watford again and to say to you all that I know this is an important area, and to thank many of you who I know have been working very hard in trying to make a difference here.

Perhaps before I begin my speech, I hope you will forgive me if I just say a word about the events that have happened in America recently. The whole of this country feels for the people of the Gulf coast of America who have been afflicted by what is a terrible, terrible natural tragedy, and we want to express our sympathy and our solidarity and give our prayers and thoughts to the people who are affected by what has happened out there on the Gulf coast. And as I said to the President yesterday, this country will stand ready to help in any way that we can. But I know that people, particularly people who will know from this country, know people in that area, will feel for them very deeply at this time.

Now I would also like to say just before I begin my prepared speech, that I had a meeting just earlier today with parents who for a variety of reasons and in a variety of different ways, had taken up help with parenting, and I think the first thing to say, although the seam of this is about the Respect agenda, antisocial behaviour, crime, how we tackle it, is to say that the issue of parenting is something that affects, well it affects anybody who has ever been a parent, and I always say to people that the job of Prime Minister is difficult, and sometimes I think the job of Home Secretary is worse, which is why you are doing it Charles, but the job of being a parent is difficult, whoever you are and whatever your situation. And that is partly because the stresses and strains of modern life are greater, we have more pressure on us to try and balance work and family life, it is because our children tend, in ways sometimes that we don't want, to grow up a lot earlier than kids did when I was young, and although there are many benign influences in our society, there are a lot of malign ones as well - the dangers of alcohol abuse or drug taking, the difficulty when kids start associating with other kids who are leading them astray and so on. Being a parent is not easy, being a child is not

easy in our society today, and when we talk about this issue we talk about it with that very much in mind.

And one other thing I wanted just to say at the outset as well is that we acknowledge a responsibility in government to deal with both parts of this agenda. Now there is a tough part to it and a law enforcement part, but it is also a part that is about support, it is about programmes like Sure Start, it is about developing proper childcare help for people, it is about the New Deal for communities, it is about investing in facilities for young people, trying to encourage young people to take up sport and so on, and making sure that there are things for them to do in their local communities.

Now the absence of all those things doesn't excuse people behaving badly, but I think if we are sensible about this we recognise that creating the right infrastructure of support and facilities and things and amenities that people can use in their community, is actually an important part of tackling this issue.

But we have called this agenda Respect, and it is something that has been very close to my heart for a long time, before I became leader of the Opposition, never mind Prime Minister, and what it is about is really this, it is about how we change not just the law, but the culture of our country to put the law abiding majority back in charge of their local communities. Antisocial behaviour, in particular violent crime, remains at the top of the public's concerns, and rightly so, from petty vandalism and binge drinking, through to serious drug and gun crime, there are aspects of life today in Britain that are completely unacceptable. We are not alone in these problems and the roots sometimes go very, very deep, but there is no cause or justification for defeatism, for saying there is nothing we can do about this.

Now we should first of all dispose of two myths in this area. One is that the news on crime is all bleak. It isn't, and there is fantastic work being done by the police, by community support officers, by local communities to tackle crime. Since 1997 indeed crime is down, car crime and burglary, by over 40%, and that is the first period of government since the war in which this has been the case.

A lot of the difficulties arise, as you will know, and you have probably read a lot of the statistics on crime, and it gets immensely confusing, one, because you have got the British Crime Survey, which is the measurement of the public's concern about crime

and recorded crime, which is the crime the police actually record. Those are two different sets of statistics, they have become very confusing to people, and then just to confuse the position even more, the police for very sensible reasons have actually changed the basis of recording crime and so you have got often three sets of figures going at the same time. Now it is difficult therefore sometimes for people to make sense of this picture, and in addition it is very important to emphasise that if you are a victim of crime, it doesn't much matter what the statistics say, it is your own personal feelings and the affront to your own dignity and your own quality of life that matters to you, rather than whether you are subtracted or added to a set of statistics. But it is worth just pointing that out. The news is not all bleak. Crime has actually fallen, and recorded crime, in particular in relation to violent crime, again if you look at the statistics domestic violence and rape has increased. Actually the overwhelming probability is that because the police are encouraging now people to come forward on domestic violence cases, then they are recording more of it, but it doesn't mean to say that there is actually more of it happening, but they are recording more of it and that is a good thing, not a bad thing.

However, the point is not about statistics, it is about perception and too often an ugly reality that makes people fearful and angry about the small minority who make life hell for the decent majority.

The second myth, if I can say this, is that the government or the police and the authorities have just been sitting on their hands for the past few years. Actually we have acted time and time again to try and give the police and others the powers that they need. It was the 1998 Crime and Disorder Act that introduced Antisocial Behaviour Orders. Now they have been up-dated again and again and streamlined as we need to make improvements, but it was parenting orders and acceptable behaviour contracts, again introduced in 1998, and then there was fresh legislation for fixed penalty notices and for other ways of ensuring that there was proper and immediate action on antisocial behaviour that were introduced in the 2003 legislation. For example there are almost 100,000 fixed penalty notices that have been issued over the past few years. We used to have problems for example with gangs of youths on street corners, and still do in many parts of the country, but again there were dispersal orders introduced in order to deal with this. So powers to close down houses used by drug dealers, powers to deal with

things like graffiti, and vandalism, and fly posting and so on, all of this has been introduced, you have got extra numbers of police and extra numbers of community support officers, and there are real examples, and I have seen some myself, of success.

It is important to realise that again, it is not that the whole thing is hopeless, and some of the people I met earlier today are people that have turned their own lives and their community's life around as a result of the changes that have been made. But - and it has got to be a big but - the fact is there is a huge amount still to do, and we know that. And though it is true that new powers have been given to police and local communities, and police numbers are at a record high, and some things are improving, there are still far too many communities which continue to live in fear, and far too many examples, some well publicised, some unknown, of what I would call gross and random acts of violence that shock, not just by their consequences for the victim, but by what they say about the culture and psychology of the lawless minority in our community.

And when I said at the outset that we needed to change our culture as well as our law, let me explain what I mean by that. At the root of this is not just a set of individual acts of violence or antisocial behaviour, the reason why I call it a Respect agenda is this. It is not criminal acts that are bad in themselves, although of course they are, it is what they cumulatively indicate, which is a disrespect for other people, for their rights, for the community, when communities can only work by rules of civil conduct that everyone is prepared to accept, by give as well as take, and crucially by respect for other people. That is the only way that we make things work. And the importance of the family in this is that it is in the family that we first have to come to terms with the idea of give and take and respect for other people, and making sure that you take some account of the other person as well as yourself. And I know this may sound trivial, but I don't think it is, at its lowest level it is actually just about good manners to other people, and behaving properly towards other people and showing them some respect, and at its worst level of course it is complete indifference to anything other than yourself, when you have got drug dealers in the street, or people getting violent after taking too much drink and alcohol, or a total disregard for the effect your behaviour has on the lives of others. And in confronting and changing that culture, which again I stress is that of a minority, not a majority, new laws can't do it all, in the end they only deal with

consequences, but they can signal a new approach and a new determination on the part of the majority that it is time to reassert ourselves.

In turn however I believe this only happens if the criminal justice system and its culture also changes. And here is where I want to say something, and I think people may find it difficult but I believe is fundamental to trying to tackle this, the criminal justice system that we have in this country still asks first and foremost, how do we protect the accused from potential transgressions of the state or the police? That is the attitude that the criminal justice system has at its heart, is really that. And I think the first question should be: how do we protect the majority from the dangerous and irresponsible minority? In other words, I put that question round the other way, and a criminal justice system that is not doing the latter, in other words protecting the majority and protecting their right to have respect from other people when they are showing that respect towards them is a criminal justice system that isn't in fact just, and that is the problem that we have.

Now what that means is sending a series of not just new laws, but signals, across the system that makes it clear that that is the way things are going to be. Now what the government is trying to do is to introduce a whole series of things that will go to help this.

One is for example with the new Serious and Organised Crime Agency that will come into being next year that will try and put a whole system, a new system in place to try and tackle organised crime, others are things to do for example with the seizure of drug dealers' assets and people who are dealing in drugs, making sure that they can be evicted from the places that they are dealing from, that if they are in the street and they are with money on them, that the money can be confiscated from them - a whole series of powers there, there is the antisocial behaviour legislation that I described earlier; and then there is this issue of what do we do when sometimes this antisocial behaviour is the result of really quite young children behaving very badly in circumstances where they are never going to end up going through the full panoply of the criminal justice system, and how do we try and get the right sense amongst the parents of those kids that they do actually have a responsibility to make sure that their children behave properly and how do we help them do that.

You know a few years ago probably the talk about sort of parenting orders and parenting classes and support for people as parents, it would have either seemed somewhat bizarre or dangerous, and indeed there are still people who see this, is this an aspect of the nanny state, or are we interfering with the rights of the individual. And I think the point is this, we need to give people that support, and we need to do that particularly in circumstances where if we don't give people that support, and also put pressure on them to face up to their responsibilities as a parent, they end up having an impact on the whole of their local community. So it is not something we can just say well that is just up to you as to whether you do this properly or don't do it properly, because unfortunately the way that you do it makes a difference to the lives of other people.

Now one thing that came across to me very strongly when I was talking to people earlier was that it is actually about giving people support and a chance as well, this is not just about coming down heavy on people. Now I think people need to understand that if their kids are out of control and they are causing a nuisance to their local community, there is something that is going to happen, they can't just get away with that. On the other hand, it is also something where if we are going to solve this problem realistically we need to give some support and help. So that is the balance that we are trying to achieve.

And today I am announcing that later this year we will set out plans for a major extension of the use of parenting contracts and orders. Parenting orders offer a programme of activity to support parents, they define their rights and responsibilities. For example a parenting order can make clear to parents their responsibility to ensure that their child attends school, that the child takes part in literacy or numeracy clubs, or that they attend programmes dealing with problems as varied as anger management, or drug or alcohol mis-use. Parenting orders can also stop children visiting areas such as shopping centres, ensure a child is at home being supervised at night where that is necessary. Parents themselves can be forced by the order to accept support and advice on how to bring discipline and rules to their child's life. An order can for example ensure that parents face up to problems such as not attending school meetings where their kid has been misbehaving at school, or being unable to control their children in the home.

These requirements can be in place for a 12 month period which ensures that lessons are learnt and behaviour is changed for good. Parenting orders are also a court order and therefore they have to be taken seriously by those who are subject to them, and while most parents on these orders can resent them initially, I think often they grow to value the support they receive, and the vast majority indeed do comply with the order.

That is why we believe a wider range of authorities, such as housing officers and local antisocial behaviour teams, should be allowed for parenting orders, and schools may also be allowed to apply under proposals being considered by the group that is being set up on school discipline. The new powers are also going to apply to children at a much earlier stage, and here is something that is very important. Far too often we get heavy after the problem has got incredibly serious. It might be more sensible if we intervened somewhat earlier and tried to prevent the problem arising in such a serious way. So this will apply not just where there has been a criminal offence committed, or the child has been say excluded from school, as is currently the case, but if they are showing the propensity to get involved in antisocial behaviour, if they are beginning to go off the rails, making sure that we deal with them before they do so.

Not long ago frankly there was a sense of fatalism about antisocial behaviour, it was almost as if people accepted that it was inevitable and that nothing could be done. I believe that with the right mixture of sanctions and support we can prevent it. Family support schemes, parenting education initiatives that offer support, training and practical tips within a clear curriculum have been shown to be very successful. For example, as well as looking at some of the practice from Bristol, as we were examining this morning, we are looking closely at the Dundee Families Project which offers intensive support for families, but places them under strict conditions of cooperation, and failure to comply can mean conviction.

Experience in recent years shows the extent of this problem and it shows also the extent of the concern. But I have never believed that we should be defeatist about any of these issues. There are things that can be done to change the situation, but as Charles said right at the outset, it won't change unless we put in place the right system within the criminal justice system, the right laws, if we are putting in place the right measures of

support and sanctions where necessary, and if it is something that the whole of the community gets involved in.

One of the things that I have learnt over the past 8 years as Prime Minister - and you will be pleased to know I have learnt something - is that sometimes there is a danger in government of thinking you can always solve all the problems. I can't raise people's children for them, and I can't personally go out on the street and make sure that everything is fine within the local community. What I can do however is give the police and the local authorities and those that need them the powers they need, enable local communities to take back control of their own communities using these powers, and provide the right system of sanctions and support for families where they need them, and that is what we intend to do. And I think there is a big change that is really coming through the whole of our criminal justice system at the moment. It may seem as if it is only at the beginning, but I want to see it intensify and develop in the years to come, and that is this idea that that law abiding majority that wants to live in a society of mutual responsibility and respect, that recognises that for a community to operate in any sensible way, there has got to be that sense of respect for other people, and respect given to other people, that we are not going to achieve that unless we have a criminal justice system and a set of measures of support in place that allow us to deal with this issue of antisocial behaviour and disrespect in a fundamental way.

Now some of it means changing the way the law operates in a way that frankly a few years ago people would not have found acceptable. So for example the police are going to be given powers where they will be able to shut down pubs and clubs where there is fighting outside them every Thursday, Friday, Saturday night, and trigger a review of that pub or club's licence. There will be fixed penalty notices used more widely, which is a summary fine where the person is usually taken down to the police station and given an on the spot fine, there will be the power to evict people who are causing a nuisance from their homes if what has happened is that they are continually making life difficult for everybody else, for drug dealers to be evicted from the houses they are using for drug dealing, and that these will be measures that will be put in place and taken through at speed, in other words not having to go through an elaborate strung out process, taking a long, long period of time for the thing to be done and put in place. Now I think that is the only way that we are going to be able to deal with this.

One of the reasons why we started the special legislation on antisocial behaviour was it arose out of conversations that I was having when I was going round different parts of the country where people literally felt their community had gone out of their control altogether. And when I used to talk to police officers about this and I used to say well if there is some graffiti or vandalism, what are you going to do about it? I mean you can prosecute them, and it is true, the police were in theory able to prosecute people, but once you had all the work that they needed to do, took it through the elaborate court process, ended up with months of police time, the fact is they weren't going to do it, it was just a completely disproportionate burden placed on them in order to get the situation resolved. And the whole purpose of the antisocial behaviour legislation is to change the terms of trade if you like, change the rules of the game, make sure that when we need to act quickly, we are able to act quickly.

And the final thing I wanted to say is this. You are all people who are involved in one way or another in this area. There is legislation on this issue, further legislation, that we have under consideration at the moment. What we need is your feedback as to the things that are working, the things that aren't working, the things that we should be doing better that we are not doing, anything that you regard as of fundamental importance to getting this job done we want to hear about, so that when we come to develop this next stage of legislation and measures, we are actually getting it right, not according to us sitting in government, in Whitehall, or in Downing Street, in Westminster, abstracted from the real world, but what is actually going to work on the street in local communities.

Now some of the people here are winners of the Taking a Stand Award and you are all people who have shown it can be done, and you are all people who have shown that actually the fatalism that grips a lot of the parts of the system, the defeatism isn't justified. But it is hard, it requires a lot of work in local communities, it requires an awful lot of enthusiasm, and drive, and energy and commitment from people. Our task as a government is to enable that to happen more easily, but we need your feedback in order for that to be got right.

So what I am really signalling today, as well as announcing these changes in the use of parenting orders and how we can give the right balance of sanctions and support in relation to people who have got problems as parents that are causing problems for the

whole of the community, in addition to that I am signalling that we want to take this to a new level now over the next few months, but we need the feedback from the street, from the community, from the people actually engaged in doing the work to get it right.

And so the speech today is part of a process that will continue now over the months to come in which the more that you are giving us the information that we need, the more that we are able then to if you like road-test any of the proposals that we have against the real world, not the theoretical world, but the real world, the easier it is going to be to make a difference here.

But I don't believe that in this modern world we need to live in a country where there is this disrespect for other people, we don't need to do it. The fact is that if we are civilised countries like this who have tremendous material advances, who have managed to bring our economies to a high level and all the rest of it, who enjoy a quality of life that frankly our grandparents would have found absolutely extraordinary, if we can do all of this we surely can find the right way to bring that precious respect that many of us grew up with and value, back in the right way for the modern world, and that is what it is all about. It is not a very complicated notion, but it is a very desirable one and I hope together we can achieve it.

Texto de partida de “Post Brexit Britain” (2021)

Post Brexit Britain: We Can Succeed but It’s Change or Decline

Tony Blair’s speech to Chatham House, 1pm Friday 15 January 2021

I campaigned so long and so passionately against Brexit because I believed it to be a strategic error not just of policy but of destiny. I haven't changed my mind about its wisdom. But reality is reality. We have done it. We must live with it. We should make the best of it. And as I have said recently, if a return to Europe is ever to be undertaken by a new generation, Britain should do it as a successful nation Europe is anxious to embrace, not as supplicant with no other options.

In any event, we should make a virtue of necessity and see in Brexit’s consequences, an opportunity and an obligation to renew our country and its place in the world.

To succeed post Brexit, Britain must make radical changes. It is no longer: ‘Leave or Remain’ but ‘Change or Decline’.

Brexit obliges this precisely because without such changes, Britain’s future is inevitably poorer and weaker.

Brexiters balk at this stark statement, but this is where any sensible debate about the future must begin. Just as Brexit is a reality, so are the short term consequences of doing it. This is not to say that long term, these consequences cannot be reversed, and Britain’s future be bright. I believe it can be. But it is to recognise that if we leave the decision-making forum of the world’s most significant political Union and de-liberalise our trade with the world’s largest commercial market, both on our doorstep and on our continent, the immediate effect cannot seriously be other than to lose political power and face more difficult economic circumstances.

The right response therefore is to treat Brexit as a jolt, to act as a catalyst for change which is necessary even without Brexit and could have been done without doing Brexit, but which, by the challenge it poses, Brexit somehow enables.

So, in what is a short speech, here are some framing thoughts, though each would merit a long essay.

First, a country is more influential and powerful externally if it is successful internally. People will pay more attention to us, treat our views more considerately, be

more willing to be our allies, if our economy is strong, our society cohesive, if people look at us and see a nation to emulate. Britain has core strengths: some world class companies including in new tech, a preeminent financial sector, our Universities as centres of innovation, the English language, a good geography and for all the divisions over Brexit, we are broadly a socially tolerant liberal democracy. Neither climate nor identity politics divide us with anything like the rancour of the USA.

We should take these strengths and build on them. The aim should be to put us at the forefront of technological innovation and make Britain the best place in the world to do business. We will need major reforms to our public services, welfare, our regions and our infrastructure as part of a big vision big plan for the economic and social renewal of Britain. Easy to say. Hard to do. Especially post Covid 19.

And we can't afford to lose any part of the UK in the process.

Second, we need to review and reshape our alliances. One thing I learnt in my 10 years as PM is that alliances only really solidify if you're prepared to spend political capital to secure them. Anyone can be 'friends' when the going is easy. It's when your allies seeing you taking tough decisions to lock in the alliance that the respect and therefore leverage is earned.

So, we need to recreate points of connection and depth with our two key allies – Europe and the USA. Even after Brexit, there is plenty we can do with Europe: climate change and future pandemic preparedness; energy cooperation; aid; a common front on aspects of foreign policy and defence. With imagination, I could see us also cooperating with European countries in areas like the regulatory framework for big tech or in Research and Development.

I fear the unresolved issues after the Brexit deal will be a potential impediment.

Nonetheless, if we subordinate narrow nationalist politics to genuine national interest statecraft, we can work together in a productive alliance.

With the USA, the emphasis of the new Administration on climate gives us an immediate point of partnership with the Climate summit in Glasgow this December. Likewise, our G7 leadership should allow us to work closely with the USA over how we plug the yawning gaps in the Global Health System exposed by Covid 19.

Our alliance with America has deep roots in security, defence and economy. And we could add to them. We could, for example, become partners in development and building support for democratic values.

Power is shifting East and in a few decades the world's geo-political power structure will look very different. India will eventually be a global giant. We should put enormous effort into that relationship. The last two decades have seen Britain forge a modern position within the continent of Africa, and this is a continent on the move and on the up.

We have huge relationships in the Gulf and Middle East; have developed a close relationship with Japan and South East Asia over time.

The point is we have a lot going for us; but we need to redouble the work to prove value.

Third, China is its own special issue. At present, Western countries are without a strategic framework for engagement, torn between seeming to appease a much more aggressive and powerful Chinese State and turning China into the 21st equivalent of the Soviet Union. Europe is going to be under heavy pressure from the USA to be allies in what is virtually the only bi-partisan area of foreign policy – confrontation of China.

The UK – with again some creativity – can help construct a bridge between these two positions, charting a path to ensuring at least some space for dialogue and cooperation with China, even as the West confronts and competes where necessary.

Fourth, we have a strong Foreign Office now with the old Department of Development within. I was not in agreement with the merger and am opposed to the cut in aid because I think it will weaken our global claims. But we still have a big budget, the merger, if properly used, could make more coherent our foreign policy offer, and make it weightier.

Fifth, our Armed Forces are globally admired. We should invest in them and make them at the cutting edge of military innovation in personnel, assets, and deployment.

We should aspire to be thought leaders. We can't alter our size. But countries do, in the old cliché, 'punch above their weight' and that should be our ambition. When I look at some of the countries my Institute works with, some may have a small population, but their reach is disproportionate to their size. The UK is much larger, but the principle is the same.

They have one thing in common, however: political leadership prepared to take tough, courageous, bold decisions.

Here is where the state of British politics makes me queasy. Both main political Parties have contradictions to resolve.

The Brexit coalition which brought the Conservative Party its election victory, consists of some who see Brexit as the facilitator of a new, reforming, global Britain; and others, notably in the old Labour seats of the North, who see Brexit as allowing us to return to the nation 'we once were'. One is small 'r' radical; the other small 'c' conservative.

The Labour Party also has a tension between its modernising wing which sees radical change as coming from new forms of economic and social capital and its old, small 'c' conservative left which believes that the solutions lie in the return to traditional institutions of collective and State power.

Therefore, the colossal downside risk for Britain is that the political debate continues in conventional directions – who spends or taxes more, who 'supports' most the NHS, who is most generous with welfare, umpteen versions of who preserves the status quo best, when it is only by rigorous analysis of the way the world is changing that we have any prospect of securing our future.

These contradictions can be resolved, a strong, successful outward-looking Britain can arise post Brexit. But only if we accept: Brexit of itself doesn't make it so; and without action and leadership, Brexit will only exacerbate the challenge the forces of change at work in the world present us, unless we make a supreme effort to understand these forces, harness them and make them our servant.

This is the moment of truth for the pro Brexit and anti Brexit camps alike. The answers aren't found in outdated ideology but in unifying values, clarity of thinking, competence and delivery. This is the political space we must inhabit. The alternative is inexorable decline.